

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

RODRIGO FORESTA WOLFFENBÜTTEL

SUSTENTABILIDADE E AÇÃO SOCIOECONÔMICA:
A REDE PRODUTIVA DO PLÁSTICO VERDE.

PORTO ALEGRE

2015

RODRIGO FORESTA WOLFFENBÜTTEL

**SUSTENTABILIDADE E AÇÃO SOCIOECONÔMICA:
A REDE PRODUTIVA DO PLÁSTICO VERDE.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR: PROF. DR. SANDRO RUDUIT GARCIA

PORTO ALEGRE

2015

RODRIGO FORESTA WOLFFENBÜTTEL

**SUSTENTABILIDADE E AÇÃO SOCIOECONÔMICA:
A REDE PRODUTIVA DO PLÁSTICO VERDE.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

APROVADA EM: 11/03/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sandro Ruduit Garcia (orientador)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Odil Matheus Fontella

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof. Dr. Paulo André Niederle

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Jalcione Almeida

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que de alguma forma participaram e me apoiaram durante a realização deste estudo gostaria de agradecer. Em especial agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, mestres dedicados e comprometidos com a disciplina e com a docência. Aos meus colegas mestrands por compartilharem das aflições, dúvidas e expectativas, pelas inúmeras contribuições, trocas, referências, parcerias e partilhas, mas principalmente pelos momentos de descontração, sem os quais essa tarefa teria sido muito mais pesada.

Agradeço também aos representantes das empresas que cordialmente aceitaram participar da pesquisa, cedendo parte de seu tempo, onde tantos negaram-se, e contribuindo para uma relação mais transparente com academia. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos, e à Capes pelos recursos que possibilitaram a realização da pesquisa de campo e a participação em congressos, que resultaram em importantes contribuições.

Aos meus familiares e amigos, pela confiança depositada, pela compreensão e motivação nos momentos difíceis e por fornecerem a base sobre a qual fundamento minhas escolhas. Mas agradeço principalmente ao professor Sandro Ruduit Garcia, por estender sua tarefa além da orientação teórica e metodológica, guiando-me não apenas nos meandros da pesquisa acadêmica sociológica, mas, por meio de sua postura honesta e humilde, fornecer-me um ideal de professor e amigo.

Por fim, inspirado no mestre Saramago, agradeço à Paula, como quem pede água.

RESUMO

O estudo em tela versa sobre processos de legitimação de valores sociais no interior de redes produtivas empresariais, abordando, mais especificamente, as recentes transformações nas concepções empresariais de sustentabilidade a partir do crescente conjunto de pressões sociais que ampliaram os riscos de contestabilidade sobre as práticas e reputações das empresas. A ascensão de valores sociais relacionados à questão ambiental suscita questões sobre suas implicações na dinâmica econômica e a sua capacidade de configurar um novo paradigma econômico da sustentabilidade. Neste contexto, a indagação que norteou este estudo pode ser resumida da seguinte forma: *Como o processo de elaboração, difusão e legitimação da sustentabilidade reflete-se na ação socioeconômica das empresas? Mais especificamente, como esse processo relaciona-se com as transformações na rede produtiva do plástico verde?* Diante desta indagação, adota-se uma perspectiva diversa da tese das esferas autônomas e hostis, em que práticas de responsabilidade socioambiental empresarial seriam concebidas como nocivas ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado. Mas também distinta das abordagens que percebem estas condutas, exclusivamente, como transformações discursivas, movidas por interesses econômicos e políticos. A ênfase do estudo repousa sobre a dinâmica de influência mútua entre mercados, sociedade e natureza, embasada em estudos e teorias da sociologia econômica. O foco empírico da discussão refere-se a *transformações na rede produtiva do plástico verde* que se trata de um plástico que possui as mesmas propriedades físicas do plástico convencional, porém é derivado de uma matéria prima não fóssil (etanol). Por sua vez, o objetivo geral do estudo é analisar o processo de institucionalização da sustentabilidade como um valor e as transformações na ação econômica empresarial que daí decorrem. Consta-se que diferentes agentes sociais (profissionais, empresas, consumidores, financiadores, governantes) vem alterando suas práticas e discursos em direção a novos valores ambientais. O conjunto destas alterações no universo da produção e do consumo, juntamente às alterações nas legislações ambientais, nos conflitos sociais e nas políticas públicas em diversos níveis, aponta para um gradual processo de institucionalização da sustentabilidade como um valor legítimo na esfera pública e econômica. Nesse sentido, o argumento defendido na análise, com base na investigação do caso da rede produtiva do plástico verde, é sobre uma relação múltipla, oriunda da produção sistêmica de riscos ambientais da sociedade contemporânea, que resultou no processo reflexivo de difusão e institucionalização da sustentabilidade como um valor.

Palavras-chave: sustentabilidade; ação socioeconômica; plástico verde.

ABSTRACT

The present study is about processes of social values legitimation within enterprises production networks, approaching, in particular, the recent changes in corporate sustainability concepts based on the growing body of social pressures that increased the risk of contestability on the practices and reputations of companies. The rise of environmental issues related to social values raises questions about its implications for economic dynamics and their ability to set up a new economic paradigm of sustainability. In this context, the question that has guided this study can be summarized as follows: *How the drafting process, diffusion and legitimation of sustainability is reflected in the socio-economic action of companies? More specifically, how this process relates to the changes in the productive network of green plastic?* Faced with this question, we adopt a different perspective of the thesis of the autonomous and hostile spheres, in which corporate social and environmental responsibility practices would be designed as harmful to the free play of market mechanisms. But also distinct from approaches that understand these conducts exclusively as a discursive changes, driven by economic and political interests. The emphasis of the study rests on the dynamic interplay between markets, society and nature, based on studies and theories of economic sociology. The empirical focus of the discussion refers to changes in the network productive of green plastic that it is a plastic that have the same physical properties as conventional plastics, but is derived from a non-fossil raw material (ethanol). The overall objective of the study is to analyze the process of institutionalization of sustainability as a value and the changes in the business economic action resulting therefrom. It perceives that different actors (professionals, businesses, consumers, lenders, governments) has been changing its practices and discourses toward new environmental values. These changes in the world of production and consumption, along with changes in environmental laws, social conflict and public policy at various levels, points to a gradual process of institutionalization of sustainability as a legitimate value in the public and economic sphere. In this sense, the point made in the analysis, based on the investigation of the case of the production network of green plastic, is about a multiple relationship, arising from the systemic production of environmental risks of contemporary society, which resulted in the reflective process of diffusion and institutionalization of sustainability as a value.

Keywords: sustainability; socio-economic action; green plastic

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACV – Análise de Ciclo de Vida
- AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários
- EIA – Estudo de Impacto Ambiental
- GEE – Gases do Efeito Estufa
- GRI – Global Reporting Initiative
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IPCC – Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas
- ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
- IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais
- MDL – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
- NPA – Novo Paradigma Ambiental
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PEH – Paradigma da Excepcionalidade Humana
- RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
- RSAE – Responsabilidade Social e Ambiental Empresarial
- SEMA – Secretaria de Meio Ambiente
- TAC – Termo de Ajuste de Condutas
- UNEP – Programa Ambiental das Nações Unidas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Empresas que utilizaram o plástico verde.....	78
Quadro 2 – Documentos por categoria e critérios.....	83
Quadro 3 – Período de publicação de tipos de documentos por empresa.....	84
Quadro 4 – Concepção de sustentabilidade endógena ao negócio.....	90
Quadro 5 – Redução de emissões de gases do efeito estufa no ano de 2013 em relação ao ano de referência.....	91
Quadro 6 – Consumo total de água e consumo de água por produto das empresas.....	94
Quadro 7 – Empresas investigadas, posição na rede e ano de adesão aos parâmetros de sustentabilidade.....	99
Quadro 8 – Categorias mobilizadas por dimensão de análise.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SOCIEDADE, NATUREZA E ECONOMIA	22
1.1 PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS SOBRE NATUREZA E SOCIEDADE.....	22
1.2 RISCO, REFLEXIVIDADE E MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA.....	31
1.3 A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA.....	42
2 SUSTENTABILIDADE, MERCADOS E O PLÁSTICO VERDE	51
2.1 ORIGENS DA SUSTENTABILIDADE.....	52
2.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONTESTAÇÃO.....	63
2.3 O MERCADO E A REDE PRODUTIVA DO PLÁSTICO VERDE.....	73
3 SUSTENTABILIDADE E A REDE DO PLÁSTICO VERDE	82
3.1 DO BALANÇO FINANCEIRO AO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE... ..	82
3.2 CONCEPÇÃO E AÇÃO SOCIOECONÔMICA SUSTENTÁVEL.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	128

INTRODUÇÃO

A tradição intelectual ocidental, do Iluminismo ao Positivismo, tende a definir a modernidade como o progressivo avanço da razão sobre as tradições, da ciência sobre o mundo, do universal sobre o particular (TOURAINÉ, 1993). Nesta concepção, a ideia de um projeto com um sentido definido sempre esteve vinculada às potencialidades da razão humana frente às adversidades impostas por sua condição biológica, psicológica e social. De maneira mais específica, o projeto iluminista de modernidade envolve a crença na capacidade da razão de não apenas compreender o mundo em que se vive e se adaptar a ele, mas em transformá-lo e controlá-lo conforme seus desígnios.

Por mais ampla e sujeita a contradições que seja esta definição, ela envolve um aspecto central do “projeto modernizante” que é a crença no progresso mediante a racionalização das formas de vida. Contudo, experimentamos, atualmente, grandes entraves a este projeto, sendo um dos mais graves aquele que diz respeito às consequências dos impactos ambientais oriundos dos padrões de produção e consumo da sociedade moderna industrial que, segundo algumas perspectivas teóricas¹, estariam ameaçando a continuidade da vida humana na Terra. Embora não haja consenso científico sobre as dimensões deste risco, diferentes agentes sociais (profissionais, empresas, consumidores, financiadores, governantes) vêm alterando suas práticas e discursos em direção a novos valores ambientais (CAPPELIN; GIULIANI, 2006). As modificações mais latentes podem ser vistas em diversos sistemas de gestão ambiental: desde índices de avaliações sustentáveis em carteiras financeiras de empresas (SARTORE, 2012), passando por práticas de responsabilidade social corporativa e concepções de capitalismo das partes interessadas (ANDRADE, 2009), até políticas de consumo e produção de inovações voltadas para a sustentabilidade (MAIMON, 2001).

O conjunto destas alterações no universo da produção e do consumo, juntamente às alterações nas legislações ambientais, nos conflitos sociais e nas políticas públicas em diversos níveis (LOPES, 2004), aponta para um gradual processo de institucionalização da sustentabilidade como um valor legítimo na esfera pública e econômica. Diante da ascensão destes valores emergem questões vinculadas às suas relações e implicações na dinâmica econômica e à sua capacidade de configurar um novo paradigma econômico da sustentabilidade, tal como a aclamada economia verde. Frente a este contexto incerto, a indagação que norteou este estudo pode ser resumida da seguinte forma: *Como o processo de*

¹ Segundo as perspectivas apontadas pelo grupo de cientistas do Clube de Roma em seus relatórios “Os limites do crescimento” (MEADOWS et al., 1972) e “Além dos limites” (1992) a manutenção dos padrões de consumo e crescimento industrial levarão, num futuro próximo, ao esgotamento dos “recursos naturais”.

elaboração, difusão e legitimação da sustentabilidade reflete-se na ação socioeconômica das empresas? Mais especificamente, como esse processo relaciona-se com as transformações na rede produtiva do plástico verde²?

Convém lembrar que contexto geral destas alterações relaciona-se com os atuais desdobramentos do desenvolvimento industrial capitalista, acelerados e intensificados por novas formas e configurações, mais instáveis e interdependentes em relação ao período nacional desenvolvimentista anterior (ARBIX, 2010). Este contexto envolveria novos padrões de consumo e produção do sistema capitalista, intensivos em conhecimento (JULIEN, 2010), influenciados por valores não econômicos, organizados em redes e estruturados em torno de um difuso e dinâmico mercado global (CASTELLS, 2005). Portanto, estas novas configurações representariam uma radical transformação em relação à lógica industrial fordista do período desenvolvimentista anterior, marcada pela produção padronizada em escala, por um autoritarismo intervencionista, hierárquico, vertical e uma relação de dependência (importação tecnológica) com os países centrais.

Portanto, trata-se de um complexo processo de emergência de um novo valor, que pautaria a conduta das empresas, porém em meio a um contexto de recentes transformações organizacionais (reestruturações produtivas), políticas (abertura democrática, Constituição de 1988), econômicas (privatizações, abertura dos mercados) e sociais (movimentos ambientalistas), envolvendo esta condição de interdependência da produção e consumo nacional e o atual projeto de desenvolvimento econômico nacional, regulador, reformista e participativo (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Tendo isto em vista, o objetivo central do estudo é compreender e analisar a dinâmica da legitimação da sustentabilidade como um valor social e as transformações na ação socioeconômica empresarial que daí decorrem. Logo, o estudo em questão versa sobre este processo de legitimação e institucionalização de critérios e parâmetros sustentáveis no interior de redes produtivas empresariais; mais especificamente, aborda aspectos das recentes transformações nas concepções empresariais de sustentabilidade e economia verde a partir do crescente conjunto de pressões sociais que ampliaram os riscos de contestabilidade sobre as práticas e reputações das empresas.

Adota-se, neste sentido, perspectiva diversa da tese das esferas autônomas e hostis

² A aproximação desta temática teve origens na pesquisa realizada durante o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais (UFRGS): “Desenvolvimento e Governança Local: estudo sobre o Polo Petroquímico do Sul”, voltada para a investigação de novas formas de organização institucional no distrito industrial. Entre essas instâncias de governança destacaram-se alguns grupos voltados para a proteção ambiental, despertando o interesse do pesquisador para essa temática.

(ZELIZER, 2009), em que práticas de responsabilidade socioambiental empresarial seriam concebidas como nocivas ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado (FRIEDMAN, 1970). Questionam, igualmente, abordagens que percebem estas condutas, exclusivamente, como transformações discursivas, movidas por interesses econômicos e políticos (RIST, 2008). A ênfase do estudo repousa precisamente sobre a dinâmica de influência mútua entre mercados, sociedade e natureza, embasando-se em estudos e teorias da sociologia econômica (ABRAMOVAY, 2004, 2009, 2012; FLIGSTEIN, 2001). O argumento a ser explorado, com base na observação do caso da rede produtiva do plástico verde (abaixo caracterizada), é sobre uma relação múltipla, oriunda da produção sistêmica de riscos ambientais da sociedade contemporânea, que resultou no processo reflexivo de difusão e institucionalização da sustentabilidade como um valor. Por sua vez, o processo de legitimação desse valor relaciona-se e confronta-se com a realidade econômica empresarial, promovendo mudanças nas suas concepções e transformando sua ação em consideração a este novo contexto.

Os efeitos produzidos em decorrência destes processos de elaboração e difusão da concepção de sustentabilidade como um valor legítimo na esfera empresarial, podem ser considerados como fenômenos economicamente relevantes (WEBER, 2009), pois afetariam indiretamente os desdobramentos da ação econômica empresarial. Logo, trata-se de alterações nas formas de ação social econômica, isto é ação movida por interesses, porém estes devem ser compreendidos em suas duas dimensões, material (como, ação racional com vistas a fins, operando por uma “racionalidade formal”) e ideal (como, ação racional com vistas a valores, operando por uma “racionalidade substantiva”), correspondendo sempre a um contexto de significados socioculturais ou à mentalidade de uma época (WEBER, 2009). Contudo, esta finalidade valorativa não deve ser compreendida como uma moral normativa que paira sobre os agentes, mas no interior de uma esfera de validade, em que os valores correspondem as representações empíricas sobre sua vigência (SCHLUCHTER, 2014). Logo, o eixo teórico que norteou a pesquisa foi a tese de que a alteração paulatina deste contexto em direção à legitimação da sustentabilidade transformou, por intermédio da capacidade cognoscitiva dos agentes sociais e de seu monitoramento reflexivo, a ação socioeconômica empresarial. Esta, por sua vez, contribuiria para estruturar deste contexto (GIDDENS, 2009).

Entretanto, ao investigar sobre o tema da sustentabilidade o que se percebe é uma grande divergência em relação a sua definição e utilização pelos diferentes grupos sociais (empresas, ONGs ambientalistas e órgãos públicos). Sua aplicação varia desde suas origens científicas vinculadas a noção de resiliência, capacidade de um ecossistema absorver tensões ambientais sem mudar seu estado ecológico para um estado diferente; podendo ser utilizada

para expressar vagas intenções organizacionais de continuidade e durabilidade (VEIGA, 2010); ou até mesmo adjetivar projetos políticos de desenvolvimento mais includentes e abrangentes (SACHS, 2000). Embora a existência de imprecisos sentidos seja inerente à construção de valores, e com a sustentabilidade não seria diferente, sua difundida utilização nos mais variados contextos (político, científico e econômico) possibilita o surgimento de conflitos entre as concepções de sustentabilidade, ou ainda, embaça e confunde os discursos e práticas das diferentes concepções.

Todavia, a perspectiva aqui adotada não é ingênua a ponto de considerar estas transformações descoladas dos processos de “*greenwashing*”, em que empresas e organizações visam a se apropriar indevidamente de imagens sustentáveis, mas propõe-se a investigar estas transformações empresariais, sendo o “*greenwashing*” um dos tipos mais rasos, com base em uma lógica de gerenciamento antecipado da contestabilidade social (HOMMEL; GODARD, 2005). Em outras palavras, para além do desgastado debate sobre as contradições do desenvolvimento sustentável, buscou-se investigar a relação entre o processo de legitimação da sustentabilidade e as transformações na ação econômica empresarial em sua dinâmica recursiva, buscando evitar a contestação social de suas atividades.

Esta abordagem se justifica, pois, de acordo com alguns estudos sobre esta temática da Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas (RSAE) o conceito de sustentabilidade para os empresários brasileiros vincula-se primeiramente ao desenvolvimento econômico da empresa. Neste sentido a “preservação do meio ambiente só é sustentável se houver lucro econômico. Em outras palavras, uma prática ambiental que não se sustente economicamente, não é uma prática sustentável” (CAPPELLIN; GIULIANI, 2006, p.62). Nestes termos, a concepção de sustentabilidade empresarial estaria intimamente ligada à noção de perenidade do negócio e da organização, à sua capacidade de se adaptar a novos mercados, melhorar sua imagem pública, ou incrementar a produtividade através de processos mais eficientes. Contudo, e apesar desta vinculação, há um relevante número de empresas nacionais que buscam certificações voltadas para a gestão ambiental como a ISO 14001³ e ISO 26000 (INMETRO, 2013). A adequação a esta certificação internacional se relaciona, em parte, com a pressão dos mercados internacionais, porém a legislação nacional também tem evoluído em direção ao fortalecimento dos padrões de proteção ambiental (CAPPELLIN; GIULIANI, 2006), obrigando as empresas a adequarem-se e investirem em proteção ambiental.

Outros estudos sobre esta tendência empresarial (SARTORE, 2011, 2012), debruçam-

³ A série ISO 14001 e ISO 26000 são grupos de padrões e diretrizes relacionadas à gestão ambiental e à responsabilidade socioambiental (cf. www.iso.org).

se sobre o espaço das finanças, a emergência de fundos de financiamento sustentáveis em bancos comerciais e índices financeiros de sustentabilidade das empresas. Estes consideram este tipo de investimento ético como algo antigo, pois as dinâmicas dos mercados sempre foram perpassadas por valores sociais, e lembram que motivações religiosas e morais já pautavam carteiras de investimentos nos Estados Unidos durante o século XIX. Porém, a principal diferença residiria nos critérios que excluía determinadas empresas em função de seus produtos (tabaco e álcool), em vez de incluí-las nas carteiras por conta de sua capacidade de contribuir para melhoria da sociedade e ambiente, tal como hoje em dia.

Em consonância com a percepção empresarial de sustentabilidade mencionada acima, estes estudos exploram o surgimento de índices como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) criado pela bolsa de valores do Estado de São Paulo, em 2005. De acordo com o site da Bovespa (2013) os aspectos de sustentabilidade abrangidos pelo índice seriam eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Ou seja, uma noção de sustentabilidade corporativa ligada ao desempenho econômico das empresas. Segundo Sartore (2012), este seria um processo ainda em andamento, em que o espaço social das finanças sustentáveis estaria em disputa pelos atores sociais, onde os empresários e financistas constituiriam o polo dominante, buscando definir e delimitar sua versão de sustentabilidade.

Outras perspectivas percebem essa dinâmica de imbricação entre mercado, sociedade e natureza por intermédio das disputas ambientais. Lima e Santos (2013) interpretam as tentativas de intensificação da atividade mineradora no município de Congonhas, em Minas Gerais, de acordo com a perspectiva weberiana, como formas de contestação social, fenômenos economicamente relevantes, capazes de afetar a ação econômica empresarial. Definida como um grande projeto de investimento que colocaria em risco a preservação da Serra Casa da Pedra, em sua dimensão material (bens comuns) e simbólica (patrimônio histórico). Esta perspectiva tem o mérito chamar a atenção para a centralidade das disputas socioambientais, como ações de agentes economicamente relevantes, fundamentais para os desdobramentos da ação econômica empresarial.

Estas abordagens são de crucial relevância para a pesquisa, pois se aproximam do arcabouço teórico que foi utilizado neste estudo, voltado para a Sociologia Econômica e seus esforços em compreender as ações e as relações econômicas empresariais a partir de seu contexto social, ou seja, como ações imersas neste pano de fundo anterior que não podem ser concebidas de forma isolada, ou sem considerarem as imbricações do contexto social sobre a realidade econômica. Portanto, noções que auxiliaram na compreensão das alterações na ação econômica empresarial a partir do processo de legitimação da sustentabilidade como um valor

na esfera produtiva industrial.

Para tanto, foram investigadas as recentes mudanças em torno do surgimento do plástico verde, um produto desenvolvido pela Braskem S.A.⁴, em 2007, por meio de pesquisas e tecnologia nacional, voltado para a sustentabilidade e marcado por um selo “verde”. Trata-se de um produto inovador cujas propriedades materiais e fins de utilização são exatamente os mesmos de seu antecessor, porém tem como diferencial sustentável a matéria prima renovável de sua composição, ao invés de uma matéria-prima fóssil. Ou seja, utiliza etanol como matéria prima ao invés de petróleo, caracterizando, assim, uma origem renovável. Contudo, uma das maiores vantagens desse produto relaciona-se à sua adequação aos objetivos do milênio vinculados à redução da emissão dos gases de efeito estufa, uma vez que o plástico verde emitiria menos CO₂ do que o plástico convencional.

Não obstante grande parte da produção do plástico verde seja destinada à exportação, diversas empresas de transformação nacionais o utilizam nos seus produtos e com isto integram a rede e fazem uso de seu selo. O conceito de rede de empresas é aqui utilizado, em vez de cadeia, pois permite uma leitura mais flexível da estrutura produtiva e abrange outros fluxos que não necessariamente o de produtos. Com isso, buscou-se apreender as relações entre as empresas que aderem ao plástico verde, sem subordiná-las, necessariamente, à hierarquia e a linearidade vinculada à noção de cadeia produtiva. Portanto, trata-se de um conjunto de empresas organizadas em rede (CASTELLS, 2005), horizontalmente distribuídas, mas com alguns nós centrais (como uma teia), no que concerne a organização e difusão de práticas consideradas sustentáveis.

A adoção desta inovação sustentável, contudo, não é gratuita, em geral, as empresas que participam da rede produtiva do plástico verde encontram-se pressionadas por valores e padrões de qualidade do mercado internacional, relativamente mais competitivos. Somada a esta interdependência, fatores locais como a crescente procura e preocupação de consumidores por produtos com menor potencial agressivo ao ambiente, além de políticas públicas municipais de discriminação e proibição da distribuição de determinados produtos como sacolas plásticas, também têm influenciado na elaboração de práticas e discursos ecologicamente responsáveis nas empresas. Neste sentido, o plástico verde teria surgido em meio a um processo de contestação do plástico convencional como um produto potencialmente poluidor, devido ao seu baixo custo e grande longevidade, por meio da atuação de ONGs e grupos ambientalistas junto a órgãos públicos. No período mais dramático do embate, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proibiu temporariamente a

⁴ Empresa nacional do ramo químico e petroquímico, com plantas no Brasil, México e Estados Unidos.

distribuição gratuita de sacolas plásticas nos supermercados do município de São Paulo. Portanto, na rede produtiva em questão, a adesão a uma inovação voltada para a sustentabilidade aponta para a crescente relevância de novos valores na produção industrial.

Com o objetivo de compreender e analisar a dinâmica do processo de legitimação da sustentabilidade e seus reflexos em termos das transformações na ação socioeconômica empresarial, a rede produtiva do plástico verde foi selecionada para investigação. A mencionada rede reúne um conjunto de empresas, de variados escopos, dimensões e inserções no mercado, em torno de uma inovação voltada para a sustentabilidade. Isso implica um recorte específico no universo de empresas que atualmente vêm pautando suas ações com base em critérios sustentáveis. Porém, trata-se de um recorte que abrange empresas dispostas a investir em um produto relativamente mais caro, que possui as mesmas propriedades físicas do polietileno comum, e a adequarem-se aos parâmetros envolvidos na sua concepção, ou empresas já pautadas por esses critérios, interessadas em um produto que represente ganho comercial e reforce essa orientação.

Uma vez que o plástico verde possui as mesmas características do polietileno comum, as empresas que integram a rede e utilizam-no em suas embalagens não possuem nenhuma necessidade de alterar seus processos produtivos. Porém, o fato de optarem por um produto com valor mais elevado, mas vinculado a uma proposta de sustentabilidade, indica uma aderência destas empresas a este valor.

A mencionada rede é relativamente nova, uma vez que a primeira planta industrial do produto foi inaugurada no município de Triunfo (RS) em 2010, porém, encontra-se em constante expansão. Segundo o último relatório anual da Braskem, o produto já conta com mais de 50 clientes, significando a adesão de um número expressivo de empresas ao plástico verde e a sua proposta sustentável. Trata-se de um grupo relativamente heterogêneo de empresas, espalhadas geograficamente, cujo principal elo é a adesão a esse produto voltado para a sustentabilidade. A rede envolve usinas de etanol, que fornecem a matéria-prima para o plástico; indústrias petroquímicas, que transformam o etanol em resinas termoplásticas; indústrias intermediárias de transformadores plásticos, que transformam as resinas em sacarias, filmes, embalagens, componentes plásticos com diferentes finalidades; e empresas consumidoras que utilizam estas embalagens para seus produtos, ou como componentes. Logo, trata-se de um estudo de casos múltiplos (YIN, 2010), centrado na rede produtiva do plástico verde, mas cuja *unidade de análise* são as empresas que a compõe. Tendo em vista a diversidade de empresas que participam da rede e sua heterogeneidade, a estratégia de pesquisa envolveu diferentes etapas de investigação e dimensões de análise.

A primeira etapa da pesquisa empírica consistiu em um estudo bibliográfico sobre a questão ambiental e as origens da sustentabilidade. Com base nos principais conflitos, alterações institucionais, culturais e econômicas, vinculadas à relação com o ambiente, foi elaborado um panorama sobre o processo de legitimação da sustentabilidade como um valor social no contexto nacional. Seguido de um levantamento prévio de dados sobre o plástico verde, suas propriedades e controvérsias; as empresas que integravam a rede, seus setores de atuação e dimensões no mercado; e os principais mercados envolvidos, sua constituição e disputas em pauta. Para isso foram consultados portais de notícias, informes comerciais, estudos de institutos de pesquisa, *releases* setoriais e sites dessas empresas, bem como catálogos de produtos, códigos de conduta, políticas de intenção, manifestos, boletins informativos e peças de publicidade. O objetivo desse primeiro momento foi contextualizar a rede produtiva do plástico verde e suas implicações no interior da *questão ambiental*. Essa questão deve ser entendida dentro de um escopo mais amplo, não restrito a ética da finitude dos “recursos naturais”⁵ e da popularização dos problemas ambientais, mas também considerando o debate político e as divergentes representações coletivas que essa questão, na forma de uma interrogação institucionalizada, mobiliza e organiza (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

Após esse levantamento contextual foi elaborado um desenho de análise em dois diferentes planos complementares. Um plano diacrônico, voltado para a apreensão das concepções das empresas sobre sustentabilidade ao longo do tempo, com vistas a identificar aspectos do processo de sua institucionalização, a partir de documentos de comunicação pública, divulgados pelas empresas. Um plano sincrônico, focado nas concepções atuais de sustentabilidade e nas ações pautadas por elas, a partir de entrevistas realizadas junto a representantes das empresas. Tendo em vista a natureza qualitativa da pesquisa e o fato de que a mencionada rede envolve mais de 50 clientes, foi necessário selecionar para a pesquisa uma amostra dessas empresas.

Para a *análise diacrônica* foram selecionadas empresas da rede que divulgaram publicamente documentos sobre suas atividades (balanços, relatórios anuais, formulários). Uma vez que o objetivo da investigação foi apreender as alterações nesse tipo de publicação, a partir da ampliação da problemática ambiental, buscou-se os registros mais antigos dessa prática. Logo, trata-se de uma amostra intencional com base no período de publicação dos documentos, que vai de 1994 até 2013. Para tanto, foram coletados documentos publicados e

⁵ Convém aqui ressaltar que noções como “recursos naturais”, “impactos ambientais” e “meio ambiente” não são isentas no interior da questão ambiental, pelo contrário, expressam um posicionamento e uma concepção instrumental da natureza em relação à sociedade.

disponibilizados em formato eletrônico pelas próprias empresas em seus sites na *internet*, ou nos portais das bolsas de valores em que negociam ações (BM&F Bovespa e NYSE).

As seis empresas da rede selecionadas foram: Braskem, empresa nacional do ramo químico e petroquímico, detentora da patente do plástico verde; Natura empresa nacional de cosméticos que utiliza o plástico verde na confecção das embalagens de seus produtos; Kimberly-Clark, empresa norte-americana, com plantas industriais no Brasil, especializada em produtos de higiene pessoal e limpeza; Danone, empresa francesa de alimentação e produtos lácteos, com unidades industriais no Brasil; Procter & Gamble, conglomerado multinacional, de origem norte-americana, de empresas de higiene e limpeza; e Toyota, empresa de automóveis japonesa com fábrica no Brasil, que utiliza o plástico verde em componentes para a fabricação de automóveis.

A *análise dos dados* foi realizada por meio de uma análise de conteúdo categorial, em que a unidade de registro considerada foi o próprio documento. Foram utilizados para elaboração dessas categorias os seguintes *indicadores*: a) público-alvo, b) enfoque, c) finalidade, d) percepção sobre o ambiente, e) indicadores de desempenho. Esses indicadores buscaram categorizar os diferentes tipos de documentos publicados pelas empresas e suas concepções ao longo dos anos. Todavia, as categorias elaboradas não coincidem com os modelos propostos pela literatura organizacional, diferindo, principalmente, pela ênfase dada a forma como os mesmos abordam os problemas ambientais. Portanto, apesar de basearem-se em modelos de comunicação organizacional, as categorias elaboradas – *Balanço Financeiro; Relatório Administrativo; Balanço Social; e Relatório de Sustentabilidade* – visam a auxiliar na compreensão da relação entre empresas e sociedade ao longo dos últimos anos, expressa por esses documentos.

No *plano sincrônico da análise*, foram investigadas sete empresas participantes da rede. Nessa etapa, as empresas foram selecionadas com base na posição que ocupam na rede em relação ao processo produtivo: uma empresa petroquímica; duas indústrias intermediárias produtoras de embalagens e sacarias plásticas; e quatro empresas consumidoras que utilizam o plástico verde em suas embalagens (dos ramos de cosméticos; alimentação animal; produtos de higiene e limpeza pessoal; e produtos para a saúde). A *técnica de coleta de dados* ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes das empresas selecionadas, buscando identificar as transformações na ação socioeconômica dos agentes empresariais face à emergência da sustentabilidade como um valor social.

Tais transformações são expressas em três *dimensões de análise*: a) produtiva e organizacional, voltada para as alterações no processo produtivo ou na forma de organização

da produção; b) relação com as partes interessadas, que busca captar modificações na forma das empresas se relacionarem com clientes, fornecedores, comunidades e governos; e c) discursiva, orientada para a concepção de sustentabilidade das empresas e suas controvérsias. As dimensões são apreendidas por conjuntos de perguntas, conforme roteiro de entrevistas (ver Apêndice A).

Tendo em vista a polissemia de sentidos que permeiam a noção de sustentabilidade, foi elaborada uma proposta de *análise de dados* temática não apriorística das categorias. Essa análise não se limita a mensurar a recorrência de termos manifestos, mas propõe uma apreensão mais ampla dos significados manifestos e latentes (BARDIN, 2011). Isso implicou uma reorganização transversal dos textos (entrevistas) a partir das categorias êmicas utilizadas pelos entrevistados e, no momento posterior, uma aglutinação destas categorias em unidades de significado mais amplas e abstratas (ver Apêndice B). Essa categorização foi realizada com base nos conceitos de desenvolvimento sustentável e nos conceitos relacionados à dinâmica recursiva da ação socioeconômica (monitoração reflexiva da ação, crítica, legitimação, contestação social e mecanismos de justificação) desenvolvidos nos capítulos a seguir, esta estratégia permitiu identificar não somente a regularidade das representações e sua saturação, mas também a diversidade entre os argumentos mobilizados pelas empresas.

Por conseguinte, a partir dessa organização da análise foi possível apreender as bases comuns sobre as representações de validade do valor sustentabilidade, como um conjunto de convenções e direitos considerados legítimos pelos agentes, assim como as práticas que ela orienta, relacionando-as com as diferentes características das empresas. Os dados apontam para uma relativa homogeneidade nas transformações produtivas e nas relações com as partes interessadas, indicando um núcleo comum dessas práticas. Por seu turno, as concepções sobre sustentabilidade também mantiveram certa homogeneidade. Nessa dimensão foram analisados, juntamente a ocorrência das categorias, a complexidade e a variedade dos argumentos mobilizados no interior dessas. No conjunto da análise foram identificados diferentes graus de coesão e sistematização das condutas, apontando para diferentes graus de adesão aos modelos de gestão sustentáveis.

Logo, trata-se de um estudo de caso, voltado para uma rede produtiva recentemente organizada em torno de um produto orientado por valores sustentáveis, formada por empresas com diferentes processos e trajetórias. Contudo, devido ao seu amplo e difuso uso, principalmente nas organizações empresariais, tornou-se relevante investigar como estas diferentes empresas elaboram suas concepções de sustentabilidade e sua relação com as transformações produtivas, pois isto auxiliou na compreensão do processo de

institucionalização deste novo valor, desnaturalizando oposições binárias do tipo “verde é bom” ou “é tudo interesse”. Além disto, o estudo sobre as implicações da sustentabilidade como um valor na ação socioeconômica auxilia na compreensão das múltiplas circunstâncias e motivos que engendraram este tipo de comportamento, contribuindo assim para o debate teórico sob o viés da sociologia econômica. No caso desta pesquisa, buscou-se fornecer a contribuição de uma perspectiva que leve em conta o contexto histórico de alterações institucionais e culturais, porém voltada para as apropriações e transformações empresariais particulares envolvidas neste processo, intimamente associado à adesão destas empresas a uma inovação voltada para a sustentabilidade.

Para tanto, o estudo está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda as possíveis perspectivas teóricas sobre a relação entre sociedade e natureza e suas implicações relativas aos problemas ambientais e o modo de produção industrial capitalista. Para isso explora as contribuições clássicas da sociologia, seus desdobramentos por meio de comentadores e limitações, o surgimento da sociologia ambiental no contexto de emergência da questão ambiental, assim como suas propostas paradigmáticas e oposições epistemológicas. A partir desse enquadramento são abordadas as contribuições e os limites das teorias de risco, reflexividade e modernização ecológica para pensar as transformações produtivas e organizacionais da rede do plástico verde. Por fim, com base nas questões suscitadas por essas referências, são exploradas as propostas da sociologia econômica, perspectiva utilizada para abordar a imbricação entre economia, sociedade e natureza nesse contexto.

O Capítulo 2 é dedicado a recuperar as origens da noção de sustentabilidade em meio à difusão e complexidade da questão ambiental, em decorrência principalmente da expansão ilimitada do modo de produção industrial capitalista, e das profundas transformações organizacionais e tecnológicas, a partir de um contexto de crescente interdependência econômica e política. Com base nessa trajetória, são explorados os processos de legitimação e institucionalização da sustentabilidade, em âmbito internacional, por meio de eventos, congressos, conferências, convenções, protocolos e instrumentos jurídicos internacionais, bem como no contexto brasileiro, por intermédio de conflitos ambientais, desastres ecológicos, criação de órgãos e aparatos administrativos oficiais, legislações específicas sobre o ambiente e sobre a produção industrial. Isso envolve também uma dimensão não coercitiva, como a contestação social, movimentos de consumidores organizados, e iniciativas das próprias empresas, como modelos de gestão mais responsáveis e inovações pautadas por critérios de sustentabilidade. Por fim, o capítulo explora as principais implicações desse processo para o

mercado do plástico nacional e apresenta as especificidades do desse contexto produtivo à luz da inovação do plástico verde e da rede de empresas que o constitui.

O Capítulo 3 apresenta a análise dos dados empíricos. Na primeira seção do capítulo são apresentados os resultados da análise de documentos publicados nas últimas duas décadas pelas empresas selecionadas, já na seção seguinte são apresentadas as informações colhidas nas entrevistas realizadas com os representantes de sete empresas integrantes da rede produtiva do plástico verde, tentando alinhar especificidades das empresas investigadas nos seus contextos produtivos. A análise dos documentos teve por meta apreender e interpretar a institucionalização da sustentabilidade no modelo de gestão empresarial ao longo dos anos. Por seu turno, a análise das entrevistas visou compreender não só as concepções de sustentabilidade para os agentes empresariais e os critérios e parâmetros mobilizados, mas também as transformações produtivas e organizacionais, em relação aos diferentes públicos, postas em prática à luz do valor sustentabilidade.

Ao final, resume-se os principais resultados da pesquisa, tentando evidenciar a complexidade da questão, apontando para a permeabilidade da esfera produtiva industrial às convenções e valores sociais. Mas, ressaltam-se os aspectos condicionantes e capacitadores da base natural sobre a qual situa-se essa relação, isto é, os limites e fronteiras ecossistêmicas que fomentam a emergência de um valor pautado por uma relação sustentável com a natureza. Ressalta-se também a relevância da organização das empresas em rede para difusão e legitimação do modelo de gestão sustentável das atividades industriais, porém, sem desconsiderar seus limites na busca pela mencionada relação.

1 SOCIEDADE, NATUREZA E ECONOMIA

Este primeiro capítulo destina-se à apresentação de opções teóricas que orientam a aproximação da questão ambiental e sua relação com as transformações na ação empresarial, tendo em vista a multiplicidade de perspectivas de análise sobre a questão e seus desdobramentos na esfera socioeconômica. Se teorias são “lentes” para observar e interpretar o mundo, então convém explicitar, para uma melhor avaliação e compreensão, quais foram utilizadas e as razões de sua escolha para o estudo do fenômeno em foco.

Quando se trata de um tema que perpassa diversas áreas do conhecimento científico, tais como a sociologia, ecologia, biologia, climatologia, economia, antropologia, entre outras, e que possibilita diferentes abordagens epistemológicas – desde o realismo positivista, até um construcionismo social cético – no interior das próprias ciências humanas, torna-se ainda mais relevante posicionar-se nesta seara a fim de justificar os recortes e perspectivas adotadas diante deste universo, amplo e plural, que envolve a questão ambiental e sua relação com a produção capitalista. Portanto, o capítulo apresenta essas perspectivas, expondo o prisma utilizado na observação e interpretação das ações socioeconômicas empreendidas mais recentemente pelas empresas, face à emergência e à difusão da noção de sustentabilidade nas sociedades capitalistas ocidentais.

1.1 PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS SOBRE NATUREZA E SOCIEDADE

O principal pano de fundo do debate relativo a uma possível crise climática⁶ e à exaustão dos recursos naturais tem origens filosóficas, que não serão tratadas exaustivamente aqui, todavia é preciso mencionar que parte dela se deve ao dualismo fundamental sociedade-natureza e a concepção de mundo instrumental da sociedade ocidental. Sem a pretensão de penetrar neste profundo debate filosófico, devemos, contudo, buscar compreender a partir da noção de sustentabilidade uma proposta alternativa de relação entre humanidade e natureza, em vista de seus potenciais limites. Ou seja, a percepção não apenas de que a natureza é limitada, mas também de que a mesma deve ser preservada para a própria sobrevivência da espécie humana, inaugura a possibilidade de expansão de um novo valor social e de uma nova

⁶ Parte da comunidade científica, denominada céticos, se opõe aos argumentos do aquecimento global oriundo da atividade humana. Segundo eles, não há evidências que a emissão de CO₂ seja responsável pelo aquecimento, ou que o planeta esteja realmente aquecendo. Há, inclusive, uma petição (The Petition Project) assinada por diversos cientistas americanos opondo-se as conclusões dos relatórios do IPCC, Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. Para mais informações sobre as posições contrárias a tese do aquecimento global ver, Lino (2010).

esfera de ação socioeconômica.

Desde suas origens, no final do século XIX, a sociologia esforçou-se para distinguir-se das demais ciências e disciplinas acadêmicas consolidadas, mediante a declaração de sua especificidade e de seu objeto de estudo. Neste período de afirmação inicial, a sociologia tendeu a conceber os fenômenos sociais pela sua objetividade, singularidade e força sobre a atuação dos indivíduos. Esta concepção da disciplina, embora radicalizada e exagerada devido às circunstâncias históricas⁷, é sintomática da perspectiva antropocêntrica adotada pela sociologia desde os seus primórdios, voltada para o social e tendendo a minimizar a relevância de fatores concorrentes, como os biofísicos. A expressão máxima desse momento histórico é a sociologia positivista francesa que propõe a aplicação de modelos das ciências naturais ao social, mas atribui um status privilegiado à explicação do social por fatores sociais.

Não obstante alguns autores contemporâneos reivindicarem uma maior contribuição dos clássicos para a compreensão da relação entre sociedade e natureza (BUTTEL 1992; BENSÂID, 1999; MURPHY, 1994), grande parte da contribuição teórica clássica voltou-se essencialmente para questões sociais e modernas. Questões pautadas pelas modernas transformações nas relações entre os homens, tais como as relações de classe baseadas na exploração (Marx); tipos de solidariedade social (Durkheim); e conexões entre religião, racionalidade e capitalismo (Weber). Todavia, estas mesmas transformações engendraram novas formas de produzir, consumir e relacionar-se com o ambiente. Logo, não se trata de uma ignorância deliberada dos clássicos em relação ao substrato natural e biológico que compõe a vida material, mas sim de escolhas e posicionamentos teóricos refratários diante da ascensão de linhas teóricas como a sociobiologia e o evolucionismo social de autores da época, tais como Malthus e Spencer (BUTTEL, 1992). Este movimento de afirmação e distanciamento das ciências biológicas e variáveis ambientais, possibilitou uma interpretação centrada no social de grande parte da tradição teórica clássica, mas não encerrou sua contribuição, pois esta contém diversos aspectos relevantes e pouco explorados da relação entre sociedade e natureza.

Contudo, coube aos comentadores contemporâneos explorar estas interpretações clássicas e desenvolvê-las rumo a uma questão não prioritária para os clássicos, a questão da possível ruptura ecológica provocada pela expansão industrial das atividades econômicas humanas. Embora o advento da modernidade, com suas implicações produtivas,

⁷ Neste contexto histórico, século XIX, há um movimento de laicização das ciências do período, estas não precisam mais apelar a existência de Deus para dar conta do funcionamento do Mundo e da Natureza. A humanidade é posta no centro do mundo e torna-se a causa final do resto das coisas.

organizacionais e subjetivas, orientasse o pensamento clássico em direção a questões vinculadas ao industrialismo e ao modo de produção capitalista, a possibilidade de finitude ou colapso dos “recursos naturais” nunca esteve entre as principais preocupações dos autores clássicos. Entretanto, isto não significa o predomínio antinômico da sociedade em relação à natureza como única interpretação clássica possível.

Ao contrário, ao tratar-se de Marx, autores como Daniel Bensaïd e James O’Connor lhe atribuem uma perspectiva que não apenas evita as antinomias clássicas (materialismo x idealismo; natureza x história), por intermédio de um “naturalismo consequente”⁸, mas que também desvela a lógica expansionista e contraditória imanente ao capitalismo. Onde a necessária ampliação incessante do círculo de circulação capitalista configuraria um “sistema de exploração universal das propriedades naturais e humanas” (BENSAÏD, 1999, p.493). Pois,

(...) a produção de valor excedente baseada no aumento das forças produtivas exige, por outro lado, “a produção de um novo consumo”, primeiramente pela “ampliação quantitativa do consumo existente”; em segundo lugar, pela extensão das carências existentes a um círculo mais amplo; em terceiro lugar pela “produção de novas carências” e a “criação de novos valores de uso”. De onde “a exploração da natureza inteira” a “busca de novas qualidades úteis nas coisas”, “a troca em escala universal de produtos fabricados sob todos os climas e em todos os países”, os novos “tratamentos artificiais aplicados aos objetos naturais” para dar-lhes novos valores de uso. De onde enfim “a exploração da Terra em todos os sentidos, tanto para descobrir novos objetos utilizáveis quanto para dar nova propriedades de utilização aos antigos, e utilizar como matérias primas suas novas qualidades; o desenvolvimento máximo das ciências da natureza; a descoberta, a criação, a satisfação de novas carências surgidas da própria sociedade” (BENSAÏD, 1999, p.438-439).

Portanto, segundo esta perspectiva teórica, o modo de produção capitalista estaria relacionado ao processo de dessacralização da natureza, vinculado ao processo de secularização da existência humana, necessário para a constante ampliação (quantitativa e qualitativa) da esfera da circulação e para a criação de um mercado mundial. Este movimento “civilizador” da produção mercantil generalizada, não apenas desmistificaria a natureza, mas a colocaria numa posição de simples objeto, numa relação meramente utilitarista perante os desígnios da sociedade, tal qual um “recurso natural”. “Nada mais parece ter um valor superior em si ou ser justificado por si fora deste círculo da produção e das trocas sociais” (BENSAÏD, 1999, p.439).

Nesta mesma linha de argumentação, O’Connor (1997) chama a atenção para o que

⁸ Naturalismo consequente, ou naturalismo consumado, é o retorno a condição natural humana, em que o natural nega-se sem se abolir, unidade contraditória a partir da união do natural e do humano no devir histórico de ambos, a história natural do homem (BENSAÏD, 1999).

ele afirma tratar-se da segunda contradição do capitalismo, contradição que oporia capital e natureza, ao passo que a primeira opõe capital e trabalho. Segundo o autor, esta segunda contradição se daria devido à finitude das “condições de produção” do modo de produção capitalista, pois a apropriação universal da natureza, juntamente à irrefreável lógica expansionista, tenderia a enfraquecer e esgotar as fontes que compõem estas mesmas condições, provocando crises cíclicas, tais como as crises do petróleo na década de 1970. Numa perspectiva similar, Schnaiberg (1994) desenvolve sua teoria da dialética entre as sociedades industriais e o ambiente. Nesta, persiste a contradição necessária entre a expansão econômica e o equilíbrio ecológico, onde, no primeiro momento há uma busca incessante pela acumulação de capital, mediante a exploração de recursos naturais (tese), que leva a uma ruptura ecológica e à pressão política pela resolução dos problemas ambientais desencadeados (antítese). Schnaiberg propõe três possíveis sínteses: síntese econômica, síntese da escassez planejada e a síntese ecológica.

Na síntese econômica, utiliza-se o valor de troca para sistemas ambientais, ou seja, torna-se possível “comprar” os recursos naturais e “pagar” pelo seu uso, como no caso do crédito de carbono. Na síntese da escassez planejada busca-se um equilíbrio entre o valor de troca e o valor de uso, por intermédio do controle social da atividade econômica, porém essa tenderia a focar-se nos problemas ambientais mais urgentes, que ameaçariam destruir as instituições produtivas ou a saúde, ao mesmo tempo que prezam pela manutenção de um crescimento econômico moderado. Esta síntese apresenta certa similaridade com as propostas empresariais que serão analisadas nos próximos capítulos do texto. Por fim, na síntese ecológica o valor de uso (incluindo o valor de preservação de espécies e habitats) prevaleceria sobre o valor de troca, algo como as propostas de ecologia profunda⁹.

Em comum nestas abordagens, e relevante para esta pesquisa, é a leitura de que o modo de produção capitalista, além de ser intimamente vinculado com a subjugação e separação da natureza perante a humanidade, encontra-se em permanente contradição com propostas de preservação e conservação dos recursos naturais devido à sua lógica utilitarista e inexorável de expansão do consumo. No limite, este tipo de argumento pode trazer consequências muito sérias às recentes iniciativas das indústrias capitalistas, voltadas para valores como a proteção ambiental e sustentabilidade, relegando tentativas inovadoras, como o plástico verde, a condição de resolução paliativa e imediata de problemas econômicos.

⁹ Ecologia profunda, termo cunhado pelo filósofo norueguês Arne Naess para expressar uma perspectiva ecocêntrica, uma concepção revolucionária e holista da natureza, e opor-se ao paradigma antropocêntrico do ambientalismo, ou ecologia superficial, caracterizada como uma concepção reformista e antropocêntrica do ambiente como base material de recursos.

Portanto, segundo esta perspectiva, o atual entrave ao projeto moderno de desenvolvimento (a finitude dos recursos naturais e o irreversível colapso de ecossistemas promovidos pela atividade humana) seria consequência do inerente modo de produção capitalista associado ao modelo de racionalidade científica instrumental a seu serviço.

Outra leitura da moderna relação entre homem e natureza, similar a essa em alguns aspectos, emerge de outra vertente clássica da sociologia. Max Weber é um dos autores mais dedicados ao estudo do processo de racionalização característico da modernidade ocidental, compreendendo-o como um progressivo desencantamento do mundo, em que antigas crenças e usos rituais perdem força de convencimento e eficácia diante de uma crescente tensão entre a lógica mundana e uma conduta ética a ser seguida (WEBER, 1982). O conceito de racionalização weberiano indica um processo, não num sentido teleológico inevitável, mas experimentado e percebido, a partir de determinada perspectiva culturalmente significativa, em direção a um grau mais elevado de racionalidade nas ações dos atores sociais. Este conceito foi elaborado para compreender a passagem de uma concepção de mundo ritualizada e mágica, em que as sociedades tradicionais viviam e atribuíam suas determinações a origens místicas, para o mundo moderno, no qual as sociedades modernas orientam e organizam, em grande parte, suas ações a partir de cálculos racionais (WEBER, 1982).

Contudo, essa racionalidade não é unívoca, pois depende do racionalismo específico desenvolvido pela sociedade em questão. Para Weber, a ação social racional divide-se em racionalmente orientada em relação a fins e racional em relação a valores, que variam conforme a matriz cultural. Portanto, o processo de racionalização, ou desencantamento do mundo, não ocorreu de forma única e regular em todas as sociedades. Este pressuposto levou Weber ao estudo das grandes religiões, pois essas religiões proféticas e redentoras foram importantes promotoras da transformação da conduta ritual para uma conduta ética. Ou seja, concepções de mundo baseadas na racionalização da conduta em conformidade com uma ética. Nas palavras do Weber (1982, p.337):

“Racional” também pode significar uma “disposição sistemática”... Em geral todos os tipos de ética prática que são sistemática e claramente orientados para metas fixas de salvação são “racionais”, em parte no mesmo sentido em que o método formal é racional e em parte no sentido que distinguem normas “válidas” e o que é empiricamente dado.

Ocorre, porém, que estas concepções de mundo desenvolveram-se de forma diferente de acordo com a profecia ética proposta: enquanto umas indicavam o caminho da salvação pela conduta exemplar contemplativa, outras demandavam exigências de caráter ascético

intramundano em nome de Deus. Essas diferenças, combinadas com os demais fatores econômicos e políticos, foram fundamentais para o surgimento do racionalismo especificamente ocidental. Pois apenas este *racionalismo de dominação do mundo*, onde a “graça e o estado escolhido do homem religiosamente qualificado submetem-se à prova na vida diária” (WEBER, 1982, p.323) possibilitou a constituição de um *ethos* econômico racional, em que a orientação para disciplina, cálculo e autocontrole forneceram as bases para a sociedade ocidental moderna.

A racionalização pode, segundo comentaristas, ser compreendida como um processo de gradual desencantamento do mundo, em que as antigas crenças e usos rituais perdem força de convencimento e eficácia diante de uma crescente tensão entre a lógica mundana e uma conduta ética a ser seguida, transformando assim radicalmente as formas de percepção do mundo e ação humana dentro dele (SOUZA, 2006). No caso do racionalismo ocidental, a transformação das formas de percepção e ação no mundo tendeu a favorecer uma racionalidade formal intramundana, marcada pela lógica instrumental da relação meio-fim. Um racionalismo de dominação do mundo onde a natureza é percebida como externa, sendo algo a ser explorado pelo homem e não como algo que possua valor em si (SOUZA, 1998). Na interpretação de Murphy (1994), o processo de racionalização moderno, mediante o uso formal do conhecimento científico e da técnica eficaz, no interior do contexto de uma economia capitalista de mercado em expansão, engendra componentes institucionais como aparatos burocráticos e sistemas legais, que tenderiam a privilegiar a eficiência da ação voltada para fins e a restringir o papel da natureza ao domínio e manipulação pelo homem.

Embora não voltada diretamente para a relação sociedade e natureza, a teoria proposta por Habermas (1968) aborda os aspectos expansionistas do capitalismo e tecnocráticos da modernidade, realizando assim uma tentativa de síntese destas duas vertentes teóricas clássicas. Segundo o autor, o processo de racionalização ocorre em duas dimensões, uma de baixo para cima, a partir da expansão permanente dos subsistemas de ação racional teleológica inerentes à lógica capitalista de produção.

A partir de baixo, surge uma permanente pressão adaptativa logo que, com a institucionalização de um intercâmbio territorial de bens e da força de trabalho, por um lado, e da empresa capitalista, por outro, se impõe a nova forma de produção. No sistema do trabalho social, fica assegurado o progresso cumulativo das forças produtivas e, assim, uma expansão horizontal, dos subsistemas de ação racional teleológica - sem dúvida, à custa de crimes econômicos. Por este meio, as formas tradicionais sujeitam-se cada vez mais as condições da racionalidade instrumental ou estratégica: a organização do trabalho e do tráfico econômico, a rede de transportes, de notícias e da comunicação, as instituições do direito privado e, partindo da administração das finanças, a burocracia estatal (HABERMAS, 1968, p.65).

Outra dimensão do processo ocorre de cima para baixo, mediante a “criação de uma legitimação econômica sob a qual o sistema de dominação pode adaptar-se às novas exigências de racionalidade desses subsistemas progressivos” (HABERMAS, 1968, p.65). Devido à imposição dos critérios de racionalidade teológica que pautam os subsistemas, as tradições que legitimam a dominação e orientam a ação perdem força. Estas legitimações enfraquecidas são substituídas por outras que se pretendem não dogmáticas e científicas, mas que por outro lado possuem funções legitimadoras e subtraem relações de poder existentes. Com o fim do período liberal, a ideologia da troca livre entra em colapso e os Estados nacionais passam a ocupar um papel fundamental no que o autor denomina de *programa substitutivo* (1968). Neste aspecto interessa-se especialmente por dois pontos do argumento, quais sejam: pela expansão do saber tecnicamente utilizável, e pela proposição de que este programa baseia-se num sistema de dominação que legitima-se “negativamente” pela estabilidade do bem-estar social e pelo crescimento econômico, ou seja, pela regulação de um sistema que visa não realização de “fins práticos, mas a resolução de questões técnicas” (HABERMAS, 1968, p.70). Portanto, diante dos recentes problemas ambientais, essa justificação tecnocrática excluiria questões práticas da pauta pública, temas como a problematização do crescimento econômico e novos paradigmas produtivos e focaria em resoluções técnicas como taxa de emissão de gases do efeito estufa. Esta contradição estaria vinculada à noção de paradigma da ciência moderna como única fonte legítima e neutra do saber, pautado por critérios de efetividade e eficiência, juntamente aos processos de valorização do capital, que implicaria no predomínio de uma racionalidade instrumental sobre os homens e natureza (BOURG, 1997), onde a natureza é concebida exclusivamente como um objeto externo ao homem, passiva e passível de ser submetida por ele aos seus desígnios modernizantes.

Portanto, os desdobramentos das contribuições clássicas, ainda que proponham diferentes caminhos para a compreensão da relação entre as formas de organização da sociedade ocidental e a natureza, tendem a perpetuar essa concepção ontológica da sociedade como uma esfera externa e descolada da natureza. Esta visão antropocêntrica e dicotômica tende a perpassar todo pensamento moderno ocidental e a orientar, no processo de dominação da natureza, o uso da técnica como principal mediador desta relação (BOURG, 1997). Uma proposta sociológica de ruptura com essa concepção somente ocorre após o surgimento da “Sociologia Ambiental” em meados dos anos 1970. Esta, porém, longe de expressar uma unidade teórica, caracteriza-se por diferentes abordagens sobre a a relação com o ambiente

(HANNIGAN, 2009).

A origem desta iniciativa intelectual vincula-se, segundo Buttel (1992), a uma insuficiência teórica das perspectivas sociológicas existentes em lidarem com os problemas ambientais que surgiram e que ganharam relevância na época, em parte devido à crescente popularidade do movimento ambientalista. Uma das principais propostas teóricas nessa direção partiu dos sociólogos americanos William Catton Jr. e Riley Dunlap (1978), com seu seminal artigo “Environmental Sociology: A New Paradigm”, em que os autores propõem um novo paradigma ambiental (NPA) em oposição ao paradigma antropocêntrico vigente na sociologia, marcado por uma ênfase sobre a singularidade da cultura humana, suas capacidades adaptativas e possibilidade de acúmulo rumo a um progresso material e tecnológico, denominado paradigma da excepcionalidade humana (PEH). Sua proposta paradigmática, porém, baseia-se na interdependência humana em relação às comunidades bióticas, na finitude de recursos e na irreversibilidade de processos naturais que limitariam a expansão e o progresso social. Em outras palavras, um paradigma com base na relação biológica da espécie humana com o ambiente.

Apesar da grande influência como um importante marco da chamada sociologia ambiental, o novo paradigma proposto pelos autores não teve o impacto imaginado sobre a disciplina. Isto ocorreu devido ao elevado nível de abstração das propostas teóricas, difíceis de serem aplicadas em pesquisas empíricas significativas, mas também por possibilitarem um retorno às analogias puramente ecológicas, ignorando as contribuições clássicas para pensar a relação sociedade e natureza, relegando-as ao paradigma da excepcionalidade humana (BUTTEL, 1992). Embora esta tentativa de superação do paradigma antropocêntrico tenha falhado em sua proposta de suplementação, tendendo à inversão dicotômica da relação entre sociedade e natureza, seu esforço torna-se relevante para os desdobramentos futuros da compreensão das bases ontológicas em que o pensamento social opera, principalmente quando explorarmos as propostas teóricas utilitaristas frente aos perigos da mudança climática e finitude dos recursos naturais.

Neste momento convém adiantar parte do contexto histórico em que essa perspectiva teórica surge. O chamado “movimento ambientalista” (McCORMICK, 1992) encontrava-se em plena ascensão, ocorria na esfera política a formação de organizações e associações ecologistas, que posteriormente sustentaram o surgimento de partidos verdes. Em consonância com a proposta de um novo paradigma ambiental, este movimento orientou-se parcialmente pela chamada ecologia profunda, linha mais radical do movimento ecológico que propunha o estabelecimento de um novo contrato “social” com a natureza e a revisão do estatuto

privilegiado da humanidade perante a natureza (FERRY, 1994). O contexto deste debate ocorre principalmente na Europa ocidental, mediante o surgimento e sucesso relativo dos partidos verdes na política institucional, nele estavam em disputa, não apenas o papel dos “verdes” no espectro político esquerda-direita, mas os próprios modelos societários possíveis. Este debate foi parcialmente esvaziado após o sucesso da proposta de desenvolvimento sustentável, tratada com maiores detalhes a seguir.

Todavia, voltando para o contexto do pensamento social acadêmico, a principal divergência que pautou o debate entre as diferentes propostas de sociologia ambiental, especialmente no contexto norte-americano, pode ser definida como um debate construcionista-realista. Ou seja, um debate em torno do status ontológico dos problemas ambientais, considerados como realidades objetivas, consequência dos desequilíbrios ecológicos provocados pela expansão da atividade econômica humana nos últimos séculos, que rumam em direção a uma ruptura irreversível, pelos realistas. E, pelos construcionistas do polo oposto, como construções sociais, interpretados e percebidos por grupos sociais no interior de um processo de construção social multifacetado. Em conformidade com esta última linha, a natureza não fala por si, sendo necessário interpretá-la e traduzi-la, e este processo de construção torna-se alvo privilegiado desta abordagem.

O debate em questão origina-se da oposição entre duas concepções de ciência e formas de perceber o mundo. Enquanto o realismo baseia-se na técnica e no conhecimento científico para mediar a relação do ser humano com a natureza, tendendo a um objetivismo neutro desta relação, o construcionismo aponta para a inviabilidade desta neutralidade, arguindo que mesmo essa mediação técnico-científica é construída socialmente, e, por tanto, percebida e legitimada socialmente. Ou seja, conforme se adota uma ou outra perspectiva altera-se radicalmente o foco das questões relevantes, passando da busca de respostas aos problemas ambientais perceptíveis e quantificáveis a questões sobre a pertinência dos problemas, suas formas de representação e percepção.

Embora este debate da sociologia ambiental seja extremamente complexo e multifacetado, com importantes consequências políticas para a questão ambiental, que vão desde a postura cética radical a certa ingenuidade realista, não interessa neste estudo assumir uma destas alternativas em relação ao status ontológico dos problemas ambientais, mas sim *o processo de complexificação da questão ambiental nas sociedades industrializadas e suas implicações sobre as formas de organização e produção industrial*. Ou seja, interessa-se aqui menos pelos possíveis graus de objetividade dos problemas ambientais e mais pela forma com que estes problemas são percebidos, validados e institucionalizados, ganhando complexidade

e se estabelecendo nos diversos setores da sociedade, particularmente, no estudo em tela, no âmbito das empresas. Este processo, que será tratado em algum detalhe no capítulo seguinte, não é, portanto, tomado como algo neutro ou espontâneo, mas como um construto social, perpassado por limitações reais relativas aos ecossistemas, bem como por disputas que orientam significados culturais, construtos intelectuais e seus desdobramentos.

1.2 RISCO, REFLEXIVIDADE E MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA

Diante das oposições – sociedade x natureza, realismo x construcionismo – apresentadas pelas teorias sociais nas suas abordagens sobre a relação com o ambiente, surge uma alternativa às posturas dicotômicas da sociologia ambiental. Trata-se da abordagem proposta por autores como Ulrich Beck e Anthony Giddens, que percebe os problemas ambientais como características da dinâmica da modernidade. Apesar de haver diferenças entre os autores, esta perspectiva, têm o mérito de recuperar o papel da natureza no debate sociológico. Uma natureza socializada, mas não inteiramente domesticada, mediada pelo risco e pela incerteza, oriundos das próprias ambiguidades e impremeditações engendradas pela modernidade.

De acordo com Beck, o surgimento desta preocupação com o ambiente estaria ligado à condição atual da produção de riquezas sistematicamente acompanhada pela produção social de riscos (BECK, 2010). Para o autor, esta e outras mutações abrangentes na sociedade contemporânea são parte de um processo de expansão da modernidade, um segundo momento do processo de modernização em que a referência seria não mais a tradição, mas a própria modernidade. O conceito de sociedade de risco seria a expressão deste momento quando a expansão da modernidade encontra-se limitada pelas categorias da sociedade industrial. De maneira mais específica, na sociedade de risco, a lógica de produção de riquezas, que dominava a lógica da produção de riscos, se inverte e o “poder do progresso tecnológico-econômico torna-se cada vez mais ofuscado diante da produção de riscos” (BECK, 2010).

A recente série de publicações e estudos voltados para os riscos envolvidos nos padrões de consumo e produção industriais¹⁰, assim como a ocorrência de catástrofes ambientais decorrentes de atividades industriais (Bhopal em 1984, Chernobyl em 1986, Exxon Valdez em 1989; Fukushima em 2011, etc.), tende a fortalecer esta perspectiva. Estes riscos deixam de ser tratados como meros efeitos colaterais do crescimento econômico e

¹⁰ “Os limites do crescimento” e “Além dos limites” (MEADOWS et al., 1972; 1992); “Prosperity without grow: Economics for a Finite Planet” (JACKSON, 2009); os cinco Relatórios de Avaliação para Mudança Climática produzidos pelo IPCC.

passam a ameaçar a continuidade do processo de desenvolvimento industrial.

Este é um ponto importante do argumento, pois esta *abordagem do risco* aponta para as contradições imanentes da sociedade industrial e para as necessidades do próprio projeto modernizante de se repensar reflexivamente a partir da emergência sistêmica dos riscos. Ou seja, um ponto de ruptura onde a continuação da modernização implica uma crítica à própria modernidade, promovendo assim uma forma reflexiva de ciência e política. Na modernidade tardia, o consagrado casamento da técnica-científica com o mercado encontra-se ameaçado por riscos globais e transnacionais que incidiriam sobre a natureza, alimentação, saúde, etc. Neste sentido, o risco seria fruto da própria instabilidade gerada a partir da intensificação e disseminação deste dinamismo autônomo da modernização. O desencantamento dos privilégios estamentais e dogmas religiosos que teriam ocorrido na passagem para a modernidade, incidiriam atualmente sobre o entendimento científico e tecnológico (BECK, 2010).

O debate proposto pela teoria da sociedade de risco conduz, inevitavelmente, aos aspectos da modernização reflexiva e suas consequências. Sem a pretensão de adentrar nos meandros desta teoria, propõe-se apenas a consideração da expansão da reflexividade neste período (tardio) da modernidade enquanto autoconfrontação dos efeitos sistêmicos inerentes à industrialização. Embora Beck (1995) faça distinção entre reflexividade (confrontação das próprias bases) e reflexão (autoconhecimento e cientificidade), inclusive salientando a contingência de a reflexividade tornar-se reflexão, é a possibilidade da sociedade tornar-se reflexiva “tornar-se um tema e um problema para ela própria” (BECK, 1995, p.19) que aqui mais interessa ao debate. Afinal, é por intermédio da tomada de consciência da autolimitação desta lógica de desenvolvimento industrial que se torna possível o surgimento de propostas alternativas. Um importante indício da passagem para uma sociedade de riscos é quando são construídos mecanismos de percepção e decodificação das ameaças envolvidas na manutenção da sociedade industrial. Este momento abalaria as certezas fundamentais da modernidade e possibilitaria a crítica de suas próprias instituições.

Portanto, a construção científica e tecnológica dos riscos latentes da produção industrial e a reflexão pública sobre suas potenciais consequências ambientais, possibilitam uma reordenação e uma transformação reflexiva da produção e do consumo em conformidade com critérios menos agressivos ao ambiente. Logo, trata-se de uma reorientação dos agentes políticos e econômicos (produtores e consumidores) que passam, reflexivamente, a levar em consideração os riscos e as ameaças da expansão da produção industrial nestes moldes. Todavia, devido às suas características, grande parte dos riscos escapa à percepção leiga,

precisando ser mediado pela ciência (radiações, aquecimentos e contaminações). Esta dependência cognitiva, ligada a uma tendência de alcance universal e irreversível dos riscos, dá margem para uma “conflitiva pluralização e diversidade definitiva dos riscos civilizacionais” (BECK, 2010, p.36). Portanto, esta diversidade interpretativa implica em um necessário processo de reconhecimento social dos riscos mediado pela ciência. Todavia, para Beck, a mencionada passagem para reflexão envolve questionar a própria ciência como produtora de riscos e reformulá-la à luz de suas consequências.

Logo, a questão dos problemas ambientais se encontraria no interior destes riscos produzidos sistematicamente na modernidade, ou seja, a relação da sociedade com a natureza seria pautada pela produção social dos riscos, mediante uma ciência ambígua, necessária para a percepção dos perigos, mas incapaz de contemplar todos os problemas e riscos gerados pelas contingências e surpresas da realidade, que decorrem também de sua própria atuação, e sujeita ao reconhecimento social. Portanto, o surgimento de uma série de publicações e estudos voltados para os riscos envolvidos nos padrões de consumo e produção industriais, assim como a ocorrência de catástrofes ambientais decorrentes de atividades industriais, mencionados anteriormente, estaria ligado à percepção, construção e legitimação social destes riscos.

Porém, haveria uma característica fundamental nesta proposta teórica. Segundo Beck, na sociedade de risco, não há possibilidade de “outros”, a distribuição dos riscos não respeitaria diferenças de classe e de Estado. De acordo com o autor, a intensidade e extensão dos riscos não seria compatível com as antigas divisões entre dentro e fora, desenvolvido e subdesenvolvido, Norte e Sul, tornando-se obsoletas dicotomias que hierarquizem as consequências ambientais da ação produtiva industrial. Isso decorreria das dimensões globais de grande parte dos riscos envolvidos que ameaçariam a humanidade como um todo, tais como desequilíbrios climáticos, contaminações em massa ou liberação de grandes quantidades de radiações, desastres que não respeitariam fronteiras ou acordos comerciais (BECK, 2010).

Esta posição é passível de críticas, pois ainda que esta condição de risco globalizado se estenda a toda a humanidade mediante suas potenciais consequências, há um importante descompasso na forma como estas ameaças chegam aos diferentes países. De fato, já ocorreram algumas exportações de empresas poluidoras para países do Hemisfério Sul com legislações ambientais mais brandas, tentativas de privatizações de recursos naturais, ou exploração sistemática destes recursos para países mais ricos. Fator que atenua a novidade desta perspectiva do risco para países que sempre estiveram ameaçados por outros riscos vinculados a geopolítica colonial.

Contudo, ainda que teoria da sociedade de risco encontre uma série de restrições e críticas, principalmente em relação à tomada da modernidade tardia como uma dimensão normativa e evolutiva da sociedade moderna (COSTA, 2004), o argumento da transição dos riscos sistematicamente produzidos, de meros efeitos colaterais para questões públicas e conflitos políticos, torna-se relevante para a discussão da direção das recentes transformações produtivas e de consumo nas sociedades capitalistas. Em síntese, a questão gira em torno dos atuais desdobramentos do desenvolvimento industrial capitalista, acelerados e intensificados por estas novas formas e configurações instáveis e globais, e a possibilidade de sustentação desta lógica, ou a necessidade de uma transformação radical em outra direção.

Ou seja, apesar da passagem para uma sociedade de risco não ser um modelo teórico capaz de ser aplicado a toda e qualquer sociedade, a questão do aquecimento climático e a precaução com o ambiente parece ganhar cada vez mais peso no contexto nacional (vide próximo capítulo). E, portanto, as repercussões destes riscos tenderiam a afetar a imagem pública das empresas produtoras de riscos, podendo afetar suas vendas, ações, ou implicar em sanções legais como multas e rescisões de licenças. Logo, o controle, ou a minimização dos riscos da produção industrial são cruciais para a continuidade da atividade produtiva em um país de orientação desenvolvimentista e integrado ao mercado global como o Brasil. Em face destas potenciais sanções econômicas e legais, as empresas, como as da rede do plástico verde, tenderiam a desenvolver estratégias de gestão que minimizassem sua contribuição na geração de riscos. O caso do plástico verde constitui uma estratégia similar, voltado para a redução de gases do efeito estufa gerado pelas empresas produtoras, com a vantagem de possuir um potencial publicitário maior que as alterações produtivas, pois é traduzido na forma de um produto com um selo “verde”.

Diferentemente da perspectiva de Beck, para o sociólogo britânico Anthony Giddens a sociedade moderna é reflexiva, porém num nível diferente. Enquanto Beck foca numa reflexividade racional-individual, Giddens (1995) enfatiza a importância da reflexividade institucional para os atuais desdobramentos da modernidade. Segundo o autor o monitoramento reflexivo não é exclusivo da sociedade moderna, mas estende-se a qualquer ação rotineira humana. Contudo, na modernidade, a tradição perderia espaço como mecanismo de coordenação das práticas sociais, estas seriam permanentemente renovadas e reavaliadas através de novas apropriações dos conhecimentos, produzidas sobre as próprias ações e sistemas sociais onde atuam. Esta dinâmica reflexiva ocorre mediante sistemas abstratos, sistemas de peritos produtores de conhecimento especializado e fichas simbólicas, como o dinheiro, mecanismos de desençaixe e reencaixe que implicariam alongamentos

espaço-temporal dos sistemas sociais. Logo, para Giddens, esta reflexividade seria institucional, pois é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estejam constantemente refratados entre si.

Ademais, Giddens deixa explícitas as implicações de sua abordagem para a relação sociedade e natureza, propondo um paralelo entre natureza e tradição, no sentido em que a tradição seria uma forma de monitoração reflexiva voltada para o passado. Para Giddens, a tradição seria como uma “verdade formular, associada a influência estabilizadora do ritual” que “interdita uma variedade indefinida de possibilidades” (GIDDENS, 1997, p. 96), como algo estabelecido de forma natural. Ainda que admita esta comparação um tanto quanto forçosa, Giddens a justifica como uma noção de natural como algo oposto ao artificial, fora do escopo humano. É neste sentido, como algo dado e separado da intervenção humana, que tanto a tradição, quanto a natureza seriam ressignificadas. A tradição passaria a ser renovada continuamente mediante processos de revisão das práticas sociais à luz do conhecimento sobre estas práticas, e a natureza daria lugar a noção de ambiente, ou seja, natureza socializada, gerenciada e transfigurada pela ação humana.

Juntamente a esse aspecto de socialização da natureza, haveria outro aspecto no pensamento social de Giddens que poderia contribuir para aquela discussão pretérita entre “construcionismo” e “realismo”. Trata-se da aplicação de elementos de sua Teoria da Estruturação (GIDDENS, 2009) ao dualismo posto pela relação entre sociedade e natureza. Ou seja, da mesma forma em que haveria uma dualidade da estrutura, como fator condicionante e capacitador da ação, situada no espaço-tempo de forma recursiva e mutuamente imbricada, a natureza seria percebida como uma condição objetiva, anterior aos humanos, que condicionaria e restringiria a ação humana, essa ação, porém, ao adaptar-se às condições postas pela natureza a transformaria recursiva e continuamente (FLORIT, 1998). Cabe lembrar que essa agência humana não é sempre vinculada à intenção (pode ocorrer no nível da consciência prática), mas sim a um processo contínuo de intervenções no mundo e de condutas, monitorado reflexivamente e sujeito as consequências não premeditadas da ação. Esta proposta forneceria, por intermédio da dinâmica de constante recriação da natureza, um grau de objetividade aos problemas ambientais, diferente das propostas construcionistas mais radicais. Contudo, isto não significa um realismo duro em que a natureza é passível de ser submetida ao completo domínio humano, pelo contrário, devido à complexidade dos sistemas e as consequências impremeditadas da ação, o projeto de estender este domínio ao infinito tem se mostrado impossível.

Tendo isto em vista, tanto a certeza que anteriormente era assegurada pela tradição,

quanto a concepção espontânea da natureza, são substituídas pela incerteza da razão crítica moderna derivada do conhecimento científico. Logo, os riscos sociais da modernidade, não são devidos a falhas operatórias ou erros humanos, mas trata-se de consequências impremeditadas da própria dinâmica reflexiva do conhecimento social. Esta recursividade propõe que o conhecimento atua sobre a sociedade moderna, que por sua vez se modificaria em função deste corrigindo-se e conseqüentemente alterando as bases do próprio conhecimento. Isto significa que na modernidade o risco é sistêmico, parte integrante de sua dinâmica, porém pode ser visto também como oportunidade.

O conhecimento especializado está aberto à reapropriação a qualquer pessoa com tempo e recursos necessários para ser instruída; e a prevalência da reflexividade institucional significa que há uma contínua triagem de teorias, conceitos e achados especializados em relação à população leiga [...] Os hábitos e as expectativas tendem a ser reformados em termos da triagem profunda da informação de uma maneira mais ou menos automática. Entretanto, as formas mais deliberadas e concentradas de engajamento são comuns. Como já se enfatizou, estas podem ser individuais ou coletivas; podem cobrir os elementos idiossincráticos da vida cotidiana de uma pessoa ou ser globais em seu caráter (GIDDENS, 1995, p.113).

Portanto, a reflexividade radicalizada é a dinâmica que definiria o período atual da modernidade, nela toda convenção é revisada de forma indiscriminada, inclusive a própria natureza da reflexão e conseqüentemente o próprio conhecimento. Ou seja, este conhecimento reflexivamente aplicado seria constantemente revisado e alterado, desvinculando o avanço do conhecimento do grau de certeza sobre o futuro (GIDDENS, 1995). Aspecto que Giddens denomina consequências impremeditadas da ação, derivadas da complexidade dos processos sociais envolvidos e de sua dinâmica essencialmente aberta e recursiva.

Essas perspectivas reflexivas da modernidade foram elaboradas por Giddens e Beck num contexto de acirramento dos debates sobre a pós-modernidade, e postulam, em oposição ao fim da modernidade, uma radicalização de sua dinâmica com base na reflexividade e nos novos perfis de risco. Essas teses contribuíram para a inserção dos problemas ambientais nas análises da modernidade e suas instituições. Por conseguinte, a expansão e complexificação dos problemas ambientais, construídos e percebidos pela atividade humana, encontrou nas teorias do risco e da reflexividade terreno fértil para sua interpretação. Principalmente em contextos de países industrializados e completamente inseridos nos paradigmas da modernidade.

Paralelamente a isso, outra abordagem particular sobre a institucionalização dos problemas ambientais se desenvolveu na Europa e nos Estados Unidos. Menos focada na ambiguidade do conhecimento científico, a Teoria da Modernização Ecológica percebeu na

capacidade reflexiva dos processos modernos um potencial de reparação no desenho estrutural da modernidade em direção a uma relação menos agressiva com a natureza. A mencionada reparação, proposta pelos teóricos da Modernização Ecológica¹¹, envolve a reformulação institucional de mecanismos da economia de mercado e a gradativa reconfiguração dos processos produtivos, a partir de critérios mais eficientes e menos intensivos em energia. Essa abordagem percebe a necessidade de uma transformação nas formas de produção e consumo, mas não concorda com as soluções ecológicas mais radicais que envolvem a desindustrialização ou a chamada condição estacionária¹². Ao invés, propõe, por intermédio da inovação tecnológica e do uso de mecanismos de mercado, uma forma de crescimento econômico menos agressiva ao ambiente e mais eficiente. Em outras palavras, a modernização ecológica pressupõe uma continuidade no processo modernizante, porém pautado também por critérios ecológicos. O desenvolvimento científico e tecnológico não serviria apenas ao controle do ser humano sobre a natureza, mas como uma forma de mitigar a própria ação do homem e as imponderáveis consequências da natureza. Nas palavras de Olivieri (2009, p. 57-58), a tese da modernização ecológica “se concentra teoricamente nos processos de modernização da própria modernidade, através da reparação de uma falha (defeito) do desenho estrutural da própria modernidade: a destruição institucionalizada da natureza”.

Conforme esta tese, a emergência de uma racionalidade ecológica (numa acepção aproximada do sentido weberiano) e uma esfera ecológica autônomas de suas contrapartidas econômicas é um fator fundamental para a institucionalização da ecologia nas práticas sociais de produção e consumo. Somente este fenômeno tornaria possível o reencaixe entre a sociedade moderna e a natureza, desfazendo o desequilíbrio gerado pela crescente independência e superposição da economia em relação às outras esferas da vida social (OLIVIERI, 2009). Esta racionalidade ecológica, por sua vez, seria fruto de um processo de intensificação da racionalidade instrumental que produziria este reencaixe entre as práticas econômicas e a ecologia. Porém, dois movimentos simultâneos são necessários para que isto ocorra, a “ecologização da economia” – através da centralidade da ciência e da tecnologia no desenvolvimento de soluções preventivas para problemas ambientais – e a “economização da ecologia” – por intermédio da atuação de agentes econômicos como fomentadores da reestruturação ecológica (BLANCO, 2013).

¹¹ Os dois principais expoentes dessa linha são os sociólogos Arthur P. J. Mol e Gert Spaagaren.

¹² Condição proposta por Herman E. Daly (2008) contrária a manutenção do crescimento econômico, em que as nações mais ricas passariam por transformações qualitativas, mas suas populações e capital manteriam-se estáveis.

Contudo, convém ressaltar o aspecto processual desta modernização, não linear ou irreversível, como um conjunto de práticas e transformações institucionais em constante disputa que, todavia, dificilmente serão revertidas. As mais óbvias destas modificações podem ser vistas em diversos sistemas de gestões ambientais, desde índices de avaliações sustentáveis em carteiras financeiras de grandes empresas, passando por práticas de responsabilidade social corporativa, até a concepção de capitalismo das partes interessadas (*stakeholders*). Todos estes exemplos são indícios de transformações institucionais de práticas econômicas em função da crescente relevância e contrapartida da esfera ecológica. Sabe-se, porém, que estas transformações ainda encontram-se ilhadas e restritas a alguns países do globo. Mas ao contrário do que autores críticos defendem (BOFF, 2013), para os teóricos da modernização ecológica o processo de globalização tenderia a promover um contexto de maior interdependência e avanço para a reestruturação ecológica.

Tal argumento se contrapõe a ideia de um capitalismo global desenfreado, promotor da degradação ambiental em uma escala global. Devido ao suposto enfraquecimento das instituições do Estado-Nação – compreendidas como protetoras da natureza nacional por meio de suas políticas ambientais – frente ao avanço deste capitalismo sem pátria, o processo de globalização do capital tenderia a uma expansão destrutiva, limitada apenas pelo fim de todos os recursos naturais. Todavia, para os teóricos da modernização ecológica, a crescente interdependência das cadeias globais somada ao crucial papel desempenhado pelos movimentos sociais ambientalistas em rede, possibilita a difusão destes mecanismos e dinâmicas econômicas que reordenam os desenvolvimentos do capitalismo em direção a inovações e reformas ambientais. Entretanto, esta progressiva institucionalização do ambiente no domínio econômico só se torna possível mediante a pressão de agentes externos (consumidores, movimentos sociais) sobre os mecanismos de mercado e agentes econômicos. Isto ocorre, pois a controvérsia ambiental encontra-se cada vez mais vinculada a legitimação política dos produtos e processos de produção nas economias globais (OLIVIERI, 2009).

Logo, percebe-se nesta concepção a possibilidade de direcionar o capitalismo global para caminhos menos predatórios da natureza, por intermédio de uma governança ambiental global, com base em processos de modernização tecnológica, voltados para o desenvolvimento de produtos e processos que gerem menos resíduos, consumam menos energia e sejam menos agressivos ao ambiente. Entretanto, esse aprendizado institucional, proposto pela teoria da modernização ecológica, encontra forte resistência teórica a partir de duas diferentes linhas de interpretação crítica. Uma primeira que o percebe como um projeto tecnocrático e outra como uma política cultural (HAJER, 1996).

A perspectiva do projeto tecnocrático baseia sua crítica na fé depositada sobre as inovações tecnológicas, em seu papel fundamental de modernizar a produção e o consumo em direção ao crescimento verde. E argumenta que devem ser consideradas as contradições envolvidas no desenvolvimento tecnológico e científico da atualidade, isto é, suas ambiguidades e impremeditações. Tendo em vista que a tecnologia desempenha um papel central nessa teoria, a crítica tecnocrática considera crucial problematizar a forma como são construídos estes conhecimentos e quais são os interesses envolvidos nessa tutela tecnológica. Outra crítica ligada a essa interpretação, questiona como a manutenção e a expansão dos princípios institucionais que geraram esses problemas ambientais (eficiência, inovação tecnológica, gestão técnico-científica) seriam capaz de revertê-los. Em outras palavras, como mais crescimento poderia resolver os problemas gerados pelo crescimento? Esta posição levanta a possibilidade deste discurso de modernização abrir uma grande brecha para a manutenção dos princípios institucionais do crescimento desigual e predatório, sob um verniz de sustentabilidade, através de práticas e inovações supostamente responsáveis.

A segunda interpretação crítica da modernização ecológica, traz à tona importantes ressalvas com base na sua aplicação a contextos pré-modernos ou periféricos, em que as comunidades não possuiriam o mesmo grau de desenvolvimento tecnológico e científico, e não compartilhariam dos mesmos pressupostos culturais sobre o ambiente e os riscos. Segundo a perspectiva culturalista (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012), os riscos são constructos coletivos, percebidos e selecionados de acordo com a organização social em questão. Diante da impossibilidade de apreender por meio de um cálculo instrumental todas as ameaças envolvidas, os riscos são hierarquizados mediante valores que orientam estas sociedades. Essa perspectiva ressalta o papel de princípios normativos na seleção de alguns riscos em detrimento de outros, isto é, a construção social dos riscos pode ser vista como uma representação social, uma vez que mediada pelos valores sociais. De acordo com essa afirmação, os problemas ambientais elencados pela teoria da modernização ecológica seriam fruto de um processo de construção social, logo, o aprendizado institucional proposto deve ser considerado como uma política cultural específica. Perspectiva que ressalta a contingência do conhecimento científico sobre os temas ecológicos e implica em uma postura cética em relação a suas verdades objetivas.

Pode-se perceber, nas duas linhas críticas mobilizadas, uma aproximação com as disputas apresentadas na secção anterior. Tanto a questão do domínio tecnocrático sobre o ambiente e as pessoas, derivado das abordagens clássicas, quanto o debate entre construtivismo e realismo, característico da sociologia ambiental, reatualizam-se nessas

críticas. Entretanto, a abordagem adotada nessa pesquisa distancia-se destes posicionamentos dicotômicos ao abordar o tema dos problemas ambientais e sua relação com a sociedade a partir de uma imbricação mútua, intencional, mas limitada, sujeita ao imponderável e às consequências impremeditadas.

Ou seja, a perspectiva adotada aproxima-se de uma leitura da dualidade da relação sociedade e natureza (GIDDENS, 1996), em que esta última forneceria as bases materiais e objetivas, da ação humana, mas que ao mesmo tempo condicionaria e restringiria essa ação, e essa, por sua vez, seria capaz de adaptar-se às condições postas pela natureza, transformando-a recursivamente e interpretando-a nesse *continuum*, à luz dos conhecimentos produzidos socialmente. E, portanto, percebe a crescente complexificação e relevância dos problemas ambientais como um momento dessa dinâmica. Mais precisamente um momento em que a expansiva ação produtiva industrial humana provoca importantes desequilíbrios nessa base material¹³, sendo esses considerados socialmente relevantes, mas não neutros, a ponto de pautarem políticas e condutas.

Sob essa ótica, o atual debate em torno da crise ambiental e climática (IPCC, 2013) ocorreria em termos de uma natureza socializada e uma incerteza artificial. Ou seja, em bases que se contrapõem às perspectivas mais românticas dos ecologistas profundos, orientadas por uma volta à tradição e a uma natureza sacralizada, e às posições mais céticas pós-modernistas, descrentes de toda tentativa de controle. Isso, pois a noção de natureza socializada elimina a diferenciação entre o natural, como reduto do espontâneo e do sempre dado, e o artificial, produto da ingerência social. Ao borrar essas fronteiras, não se ignora a possível existência de ambientes alheios à intervenção humana, porém, deve-se ter em mente que os atuais debates ecológicos versam exclusivamente sobre contextos de natureza “controlada”.

Mas isso não implica uma perspectiva realista e positivista da relação com a natureza. Pelo contrário, a visão realista falharia por manter-se fiel às concepções lineares de ciência e progresso, e por encarar os problemas ambientais como riscos externos e tratá-los como tal, por meio da introdução de mais ciência e tecnologia. A diferença fundamental residiria no fato de que esses problemas não podem ser encarados como efeitos colaterais, passíveis de serem medidos e controlados, mas como riscos criados pela própria tentativa de controlá-los. Isso representa um contexto de incerteza artificial, onde orientação para o controle encontra-se limitada pelos seus próprios efeitos inesperados e imponderáveis (GIDDENS, 1995). Essa percepção sobre a natureza socializada e esse contexto de incerteza fabricada afasta-se das

¹³ É inegável que a percepção sobre esses desequilíbrios é construída socialmente, contudo negar toda e qualquer objetividade da ação humana na natureza, com base na multiplicidade de construções possíveis, leva o debate ao relativismo absoluto.

posturas radicais sobre a relação entre sociedade e natureza, pois ressignifica a natureza no interior de uma dimensão social sem transformá-la completamente em discurso e representação.

Neste sentido, a construção científica e tecnológica dos riscos latentes da produção industrial, com base nas condições materiais da natureza socializada, possibilitam uma reordenação e uma transformação reflexiva sobre as potenciais consequências ambientais da produção e do consumo. Portanto, é com base nesta dinâmica recursiva de transformações na base material e apropriação reflexiva do conhecimento sobre as condições ambientais que os agentes sociais tenderiam a revisar e reformular o conhecimento socialmente construído, as práticas vinculadas, e atuar novamente sobre o ambiente.

Portanto, apesar de não ignorar a pluralidade de perspectivas culturais possíveis e controvérsias científicas envolvidas na construção social destes problemas, o foco da pesquisa encontra-se sobre o processo de legitimação da sustentabilidade a partir dessa dinâmica recursiva de reformulação da ação humana com base em suas consequências no substrato natural e nos conhecimentos produzidos a respeito dessas consequências. Neste caso específico, na transformação da ação empresarial a partir do processo de difusão e legitimação de um novo critério reflexivo, voltado para as possíveis consequências danosas da ação industrial na natureza e na sociedade. O que não implica na adesão aos pressupostos objetivos da modernização ecológica, pois percebe o movimento de institucionalização dos problemas ambientais na esfera econômica como resultado de um processo, ainda em andamento, de disputa pelos sentidos e máximas que orientam a ação econômica. Outra diferenciação em relação a tese da modernização ecológica relaciona-se a sua leitura otimista do processo de autonomização da esfera ecológica e de uma racionalidade ecológica emergente, a perspectiva adotada no presente estudo, vista a seguir, aposta, em oposição à autonomização, numa imbricação e dissolução dos limites claros dessas esferas sociais, econômicas e ecológicas, e nos paradoxos dessa relação.

Entretanto, o estudo em questão aborda a difusão e legitimação dos problemas ambientais, bem como as transformações envolvidas, no contexto produtivo empresarial. E, portanto, lida não apenas com a relação entre sociedade e natureza, mas também com as relações entre sociedade, economia e natureza. Tendo isso em vista, será utilizado o pressuposto básico da Sociologia Econômica de que *as ações econômicas se estabelecem no interior de um contexto social*, ou seja, são permeadas por formas recorrentes e padronizadas de relações sociais, normas e valores, e por isso não podem ser concebidas ou compreendidas de forma isolada. Na presente pesquisa, trata-se do processo de difusão dos problemas

ambientais como questões legítimas, institucionalizadas e reguladas na forma de leis e órgãos fiscalizadores, mas também como representações válidas que orientam condutas para além de qualquer coerção legal ou institucional. Tendo isto em vista, serão exploradas a seguir as contribuições teóricas da sociologia econômica para compreensão das alterações na ação socioeconômica empresarial a partir da crescente relevância da questão ambiental.

1.3 A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Esta breve digressão pela Sociologia Econômica justifica-se pelo aporte concedido pela abordagem para a compreensão de conceitos centrais no estudo: ação socioeconômica e sustentabilidade como um valor social. Conforme mencionado acima, entende-se que uma segunda divisão epistemológica perpassa o debate sobre sustentabilidade empresarial. Além da separação entre natureza e sociedade, que fundamenta a perspectiva de natureza como recurso econômico, outra divisão disciplinar separou a economia da sociedade, autonomizando-a das implicações contingenciais, normativas e substantivas da sociedade. Logo, convém recuperar, ao menos parcialmente, contribuições da Sociologia Econômica para melhor interpretar essa intrincada relação entre empresas, sociedade e natureza.

Desde os princípios da teoria sociológica, fim do século XIX e início do século XX, os fenômenos de natureza econômica têm despertado o interesse e os esforços dos teóricos sociais, tais como Marx, Pareto, Durkheim e Weber (STEINER, 2006). Logo, não é de hoje que a sociologia debruça-se sobre questões econômicas, sendo inclusive este um dos seus principais temas de interesse. Contudo, naquele período, havia uma disputa teórica entre diferentes escolas e concepções metodológicas. A sociologia voltada para a economia surge como uma resposta, a partir da economia política clássica, a estes debates envolvendo principalmente a economia neoclássica e a teoria da utilidade marginal (STEINER, 2006). Porém, com o passar dos anos e com base na expansão da racionalidade instrumental como forma de ação independente do meio social dos atores econômicos, a teoria econômica neoclássica passa a obter a predominância nestes temas de natureza econômica, como o mercado, a concentração e a acumulação de capital. Diante desse avanço da economia, a teoria social voltou-se para outros temas que não estes fenômenos econômicos centrais.

Entretanto, em meados dos anos 1980, surge nos Estados Unidos um forte movimento intelectual que visa a resgatar estes temas ao domínio da teoria social. Intitulado “Nova Sociologia Econômica” este movimento e seus representantes pregam uma nova abordagem sociológica sobre estes temas centrais da teoria econômica, porém sob um novo enfoque e

com uso de novas ferramentas analíticas (SWEDBERG, 2004). Um dos principais expoentes desta iniciativa, Mark Granovetter...

Sugeriu que talvez se pudesse fundir as idéias de Karl Polanyi sobre “enraizamento” com a análise de redes. Acolhendo essa sugestão, a tarefa da sociologia econômica seria descrever o modo pelo qual as ações econômicas são estruturadas por meio de redes. Em suma, as ações econômicas não acompanham os caminhos concisos e diretos da maximização, tal como reivindicam os economistas; acompanham muito mais os caminhos consideravelmente mais complexos das redes existentes. Os economistas estavam errados, mas não tanto por conta de razões psicológicas correlacionadas ao *homo economicus* ou de fato pelo quão racionais são ou não as pessoas; os economistas como que falharam em apreender a importância da estrutura social na economia (SWEDEBERG, 2004, p.17).

Nesta perspectiva, os autores percebem este movimento como uma revitalização da Sociologia Econômica, sob nova abordagem que recupera elementos da Sociologia Clássica. O princípio básico já presente em clássicos (por exemplo, Weber e Durkheim) é de que o comportamento econômico está sempre imbricado na estrutura social, e seus principais objetos de investigação devem ser os mesmos problemas abordados pela teoria econômica, com maior ênfase nos fenômenos que interseccionam a economia com outras esferas da sociedade (SWEDBERG, 2005).

Seus principais argumentos são as próprias contribuições dos autores clássicos para o debate sobre estes fenômenos. Steiner (2006) recupera a importância de conceitos como instituições sociais de Durkheim para o fenômeno de troca em geral, tornada possível apenas através do apoio de elementos não contratuais anteriores a troca, e da tipologia da ação de Weber para a construção social do comportamento econômico racional moderno, fruto do processo histórico de valorização de formas de ação racional em relação a um valor econômico. Por sua vez, Raud-Mattedi (2005) explora as contribuições destes dois autores para a emergência de uma “sociologia clássica do mercado”. Ambos seriam precursores da análise sociológica do mercado e de suas formas de regulação através das instituições sociais, porém, convém lembrar que este conceito de intuição social não possui o mesmo sentido para os dois autores, tendo para Durkheim um caráter mais determinante e em Weber um sentido de orientação em relação à ação dos atores.

É justamente neste novo contexto de complexificação da vida econômica que surge este renovado interesse dos estudiosos sociais para a dimensão econômica da realidade social. Novos estudos passaram a problematizar e expandir antigas categorias consolidadas para um nível próximo aos seus limites. Seja através do rompimento com velhas dicotomias (econômico x social); do questionamento sistemático da racionalidade instrumental; da

expansão de esferas pouco exploradas (como o consumo); ou da problematização de categorias estáticas.

Esta abordagem tem o mérito de possibilitar uma análise das ações ditas econômicas no interior do contexto social em que ocorrem. Ou seja, uma análise em que a racionalidade dos atores é condição necessária, mas não suficiente para a ação. Essa só pode ser compreendida mediante crenças compartilhadas, normas monitoradas e valores substantivos que orientam a conduta dos agentes (como, “sustentabilidade”), fatores estes passíveis de transformação ao longo do tempo. Logo, uma concepção que perceba que as condutas empresariais não são pautadas exclusivamente por critérios de utilidade e rentabilidade, mas também por critérios institucionais, relacionais e morais, isto é, em conformidade com os contextos sociais envolvidos.

Portanto, a tese de que as ações promovidas pelos agentes econômicos seriam pautadas única e exclusivamente por uma racionalidade formal, voltada para fins, ignora fatores importantes na compreensão da ação socioeconômica. Segundo a proposição tipológica weberiana o sentido subjetivamente visado pela ação é fundamental para sua compreensão, logo, a ação econômica, significa “uma orientação subjetiva e primariamente econômica” (WEBER, 2009, p.38), ou seja uma ação movida principalmente pelos interesses materiais, voltada para êxito e sobre a representação subjetiva da escassez. A partir da sua interpretação de Weber, Swedberg (2005) faz uso da noção de ação social econômica para diferenciá-la da ação observada pela teoria econômica. A principal diferença entre elas residiria na característica da ação social econômica de levar em conta o comportamento de outros atores e poder ser movida pela tradição ou pela emoção.

Na perspectiva de Schluchter (2014), a percepção subjetiva de determinados bens como escassos pode estimular de duas diferentes formas a ação econômica: Através da satisfação direta das próprias necessidades subjetivas, naquilo que Weber denomina economia doméstica, ou por intermédio da oferta de bens e serviços para obtenção de lucro e posterior troca, que pode ser traduzido como economia aquisitiva. Ambas orientações são tipológicas e se encontram misturadas na realidade, sua diferenciação apenas torna-se possível após o encerramento de uma ampla cadeia de ações que conformariam diferentes tipos de ordem econômica. Nesse caso, a definição da orientação da ação encontra-se no plano dos indivíduos e dos sentidos subjetivamente atribuídos, contudo, ao passar do plano da ação social para o plano da relação social haveria uma transição conceitual da orientação da ação para a *coordenação da ação*, onde os planos de ação dos atores seriam determinados em referência uns aos outros.

Logo, no plano da coordenação da ação, haveria mecanismos como a luta, poder de disposição, dominação e diversos tipos de solidariedade que conformariam a ordem social. Isso se torna relevante, pois, conforme a primazia do princípio de estruturação são organizadas diferentes formas com que as comunidades satisfazem suas necessidades. Estes princípios de estruturação configuram dois tipos ideais de organização: economia de mercado, baseada no princípio aquisitivo, e economia planificada, orientada pela economia doméstica. No caso da satisfação das necessidades por meio de uma economia de mercado há uma série de condições institucionais necessárias para sua realização, tais como a institucionalização da liberdade de mercado, por meio de contratos, mercado de bens, mercado de trabalho, liberdade de iniciativa empresarial, e a institucionalização da separação entre a casa e empresa (SCHULUCHTER, 2014). Ou seja, o estabelecimento de uma ordem econômica capitalista, regida pelo cálculo monetário formal e pelo cálculo de capital, depende da formação de um quadro institucional complexo.

E mesmo nessa configuração existem tipos complementares e tensionantes de racionalidade da gestão econômica, uma racionalidade formal medida pelo “grau de cálculo tecnicamente possível e que ela realmente aplica” (WEBER, 2009, p.52) e uma racionalidade substantiva, ou material, que não se “satisfaz com o fato meramente formal e (relativamente) inequívoco que se calcula de maneira racional com vista um fim” (*Idem*). A tensão entre estas duas formas pode ser verificada na constatação de que a melhora da eficiência econômica não implica na melhoria da satisfação das necessidades do conjunto da população. Ou seja, os resultados da gestão econômica, formalmente calculada, são legitimados e orientados por valores éticos, estamentais, políticos, etc, fins normativos que orientam a ação racional econômica. Logo, a ação socioeconômica estaria vinculada, apesar do cálculo racional, aos valores que a orientam para além do seu significado utilitário. Essa leitura da relevância social nas ações sociais econômicas forneceu importantes subsídios para a sociologia econômica e para a teoria da imersão social.

Entretanto, segundo autoras como Viviane Zelizer (2010), essa dinâmica da ação social econômica não deve ser percebida de forma estanque e segregada, como esferas autônomas inseridas uma dentro da outra. Deve-se concebê-las de forma mutuamente implicada, pois a simples circunscrição de uma racionalidade puramente instrumental no interior de um contexto social (imersão) contribuiria para reafirmar a fronteira entre o econômico e o social. Para essa autora, que investiga mercados “ambíguos” como o cuidado de crianças e seguros de vida, as supostas esferas econômica e social não operariam através de lógicas autônomas e inconciliáveis (ZELIZER, 2009), mas por intermédio de fronteiras

constantemente negociáveis e em disputa. Ou seja, a ação seria intrinsecamente socioeconômica, mesmo que motivada por interesses materiais e formalmente calculada, pois encontra-se permeada por critérios morais, mais ou menos claros em determinadas situações. Segundo esta lógica, a distinção entre racionalidade valorativa e racionalidade com relação a fins operaria apenas como uma tipologia de orientação da ação subjetivamente visada. Portanto, no plano da ação, o sentido atribuído, orientado para a escassez e para o resultado, determinaria em última instância o caráter econômico utilitário da ação. Porém isto seria apenas uma parte da dinâmica, uma vez que, no plano da relação social, mesmo em um domínio regido prioritariamente por uma lógica racional formal (impessoal, burocrática e calculável), como a empresa capitalista, há valores sociais em disputa, tensionando a legitimidade dessa ação.

Esta abordagem permite compreender as transformações na ação socioeconômica empresarial a partir da progressiva difusão e complexificação da questão ambiental nas sociedades capitalistas modernas e, posteriormente, por intermédio da legitimação da sustentabilidade como um valor. Portanto, a transformação na ação socioeconômica em busca de práticas e produtos sustentáveis, pode ser compreendida à luz da recente legitimação da sustentabilidade como um valor que orienta a conduta dos agentes sociais. De acordo com Veiga (2010), o adjetivo sustentável, ao ser adicionado ao lado do substantivo desenvolvimento, representa a emergência de um novo valor que, apesar de não ser unívoco, expressaria “esperança de que seja possível compatibilizar a expansão de suas liberdades [humanas] com a conservação dos ecossistemas que constituem sua base material” (VEIGA, p.39). Ou seja, um novo valor “cujo sentido essencial é de responsabilidade pelas oportunidades e limites que condicionarão as vidas das próximas gerações” (VEIGA, p.40).

Ou seja, as transformações produtivas e organizacionais das empresas não podem ser concebidas no interior da esfera autônoma e autorregulada do mercado, mas em relação aos valores, normas e convenções sociais que pautam a racionalidade substantiva. A suposta quadratura do círculo, expressão utilizada por Abramovay (2009) para ilustrar o paradoxo que a noção de responsabilidade socioambiental do setor privado encerra para alguns economistas ortodoxos, torna-se limitada para compreender as transformações na ação socioeconômica, a partir da imersão do setor privado e das associações empresariais no interior do contexto social e ambiental. Uma expressão dessa imbricação entre mercado e sociedade reside no fato de que, no que se refere aos impactos socioambientais, a orientação da ação e conduta das empresas, transcende o cumprimento da legislação (ABRAMOVAY, 2009), como no caso do plástico verde. Condutas pautadas por interesses econômicos, é verdade, mas nem por isso

imunes às pressões sociais, que expressam-se por intermédio de movimentos sociais ambientalistas, grupos organizados de consumidores e carteiras de investimento ético.

É sobre esse ponto de tangência entre mercado e sociedade que a abordagem proposta pela pesquisa repousa. A transformação da ação empresarial, em direção a práticas mais responsáveis, não apenas como simples efeitos cosméticos dissimuladores, mas como resultado da crescente exposição dos negócios privados a formas variadas de julgamento público (ABRAMOVAY, 2012), é um dos pilares da investigação. Logo, borram-se as fronteiras entre o mercado, como expressão exclusiva dos interesses privados, e a sociedade, como expressão única da esfera pública, para dar espaço a uma perspectiva em que os valores e normas sociais tencionam e conformam as práticas econômicas e essas, por sua vez, mobilizam e elaboram sistemas de legitimidade capazes de justificarem suas ações.

Esse arcabouço teórico auxilia na compreensão do mercado como um elemento dinâmico da sociedade, como um aspecto central na forma de organização da produção e consumo, perpassado por valores sociais, configurações institucionais, laços de confiança e artefatos específicos, contingentes e mutáveis, nas palavras de Fligstein e Dauter (2012), como uma construção político-cultural. Contudo, convém lembrar que essa dinâmica não é isenta de disputas. Pelo contrário, a construção dos mercados e seus critérios de legitimidade é perpassada por embates, interesses e visões de mundo conflitantes (FLIGSTEIN, 2001). O mercado como política, ressalta os fatores concorrenciais do mercado, mas sem perder de vista a estabilidade necessária para seu funcionamento, a busca pela criação de mundos estáveis. Portanto, ainda que Fligstein não tenha elaborado nada nesse sentido, uma perspectiva que considere a natureza como fator condicionante e capacitador da ação humana, pode considerar as alterações nas condições ambientais e na percepção sobre essas alterações, como uma fonte de instabilidade nos mercados. Nesse sentido, a crescente relevância dos problemas ambientais e a legitimidade atribuída a noção de sustentabilidade, são fatores, além da concorrência de preços, que tensionam a estabilidade dos mercados ao questionar as formas de produção e consumo social.

Isso implica na possibilidade de os agentes empresariais modificarem reflexivamente sua ação socioeconômica, visando adequar-se a este novo contexto e estabelecer novas “concepções de controle” sobre o mercado. Concepções essas que “dizem respeito aos entendimentos que estruturam as percepções sobre como funciona um mercado”, mais especificamente como “uma visão de mundo que permite aos atores interpretar as ações dos outros atores e um reflexo da forma como o mercado está estruturado” (FLIGSTEIN, 2001, p.30). Todavia, devido à complexidade da questão e a ausência de consenso sobre todos os

riscos envolvidos na atividade produtiva, estes agentes se apoiariam em sistemas de especialistas, como os cientistas do IPCC e a captura de CO₂ (no caso do plástico verde) que legitimassem suas atividades econômicas, mas não contrariassem seus pressupostos básicos, como a acumulação perpétua, a introdução sistemática de novos produtos e a expansão das vendas. Portanto, trata-se de uma reorientação das condutas dos agentes empresariais, no nível da coordenação da ação, que passam a levar em consideração esses novos critérios de sustentabilidade, e a contribuir para sua elaboração e difusão.

Todavia é necessário atentar para a polissemia da noção de sustentabilidade (tratada com maior cuidado no próximo capítulo), pois sua trajetória envolve diferentes sentidos e perspectivas. A definição proposta por Veiga (2010) de sustentabilidade como um valor, comparando-o a noção de justiça, não representa uma identificação imediata com a proposta de sustentabilidade empresarial que será investigada. Segundo essa definição, a sustentabilidade como um valor vincula-se a um ideal de vida mais harmônico e menos agressivo à natureza voltado para as futuras gerações, todavia, os meios para isso e os significados disso para a sociedade moderna permanecem em disputa, tal qual a noção de justiça, e não se limitam necessariamente ao discurso êmico de sustentabilidade empresarial. Portanto, esse valor não deve ser compreendido como uma moral externa e coesa, que se desenvolve autonomamente e impõe-se aos indivíduos, mas como o sentido atribuído à ação, mutuamente referida, considerado empiricamente válido e, portanto, capaz de fornecer simultaneamente uma base para a interpretação das ações dos outros e para a orientação da própria ação nesse contexto.

Por isso, a investigação sobre a questão não fica restrita ao plano da ação socioeconômica, em que a sustentabilidade operaria como um valor relativamente polissêmico na orientação da ação, mas estende-se ao plano da relação social, onde os agentes determinam suas ações em referência aos outros. Nesse plano, os mecanismos de coordenação da ação, como a luta e o poder, exercem um papel importante na elaboração dos sentidos e máximas que constituem a noção de sustentabilidade. O quadro teórico weberiano da ação econômica, descrito acima, fornece algumas pistas para investigação desta dinâmica. Segundo essa proposta, na transição da ação econômica para a coordenação da ação econômica, não é apenas a escassez dos meios para satisfazer necessidades e a ação futura e previsível de terceiros que é levada em consideração, mas também as “ordens que o agente conhece como leis e convenções 'em vigor', isto é, das quais ele sabe que sua transgressão provocará determinadas reações de terceiros” (WEBER, 2009, p.20). Contudo, a conformação dessa ordem não se confunde, necessariamente, com a vigência jurídica de uma legislação ou com o

princípio de justificação do agente. De forma diversa, a coordenação seria baseada na probabilidade da ação, em referência a outros, ser orientada com base nessa ordem, estabelecendo assim formações sociais a partir da chance de determinada forma de ação se desenrolar. Em outras palavras, os agentes coordenariam suas ações menos em consideração ao estatuto jurídico do que na probabilidade de sua orientação efetiva. Esta afirmativa possibilita compreender que a ação, no seu sentido subjetivamente visado, orienta-se no sentido da *representação* sobre a validade de uma ordem, isto é, representação empírica, não normativa, sobre a vigência de um valor que se torna a causa de uma ação (SCHULUCHTER, 2014).

Logo, essa ordem precisa ser considerada empiricamente válida para orientar a ação econômica. Isso significa que a ordem, enquanto conjunto de relações recíprocas de sentido indiretas por meio de máximas, deve ser considerada empiricamente legítima para ser levada em consideração. Weber ainda diferencia dois tipos de ordem: convenção, “quando sua vigência está garantida externamente pela probabilidade de que, dentro de determinado círculo de pessoas, um comportamento discordante tropeçará com reprovação relativamente geral e praticamente sensível” (WEBER, 2009, p. 21) e direito, “quando está garantida externamente pela probabilidade de coação (física ou psíquica) exercida por determinado quadro de pessoas cuja função específica consiste em forçar a observação dessa ordem ou castigar sua violação” (*Idem*).

No contexto da realidade econômica, a luta pela definição da sustentabilidade, como uma nova máxima na produção e consumo capitalista, pode ser compreendida como a disputa pelo conteúdo do sentido que orienta a ação dos agentes. Não se trata exclusivamente de uma ação com base critérios materiais, ou da transformação generalizada da moral de uma época, mas de uma intrincada disputa pelos mecanismos de justificação do mercado, em que a sustentabilidade desponta como uma ordem legítima, isto é, como um conjunto de convenções e direitos com grande probabilidade de orientação efetiva¹⁴. Ou seja, os agentes sociais podem atribuir sentido a suas ações socioeconômicas com base nesse valor. “Prefiro consumir tal produto, pois ele é sustentável”, ou “Utilizo esse processo pois ele é mais sustentável”. Porém, no plano relacional, a adesão a esse valor depende da probabilidade dessa ordem ser considerada empiricamente válida como convenção ou direito. Logo, a legitimação da sustentabilidade ocorre quando, na relação entre as ações mutuamente referidas, espera-se que oriente-se pelos critérios de sustentabilidade.

¹⁴ Principalmente como convenção, mas em alguns casos como direito, casos em que a sustentabilidade encontra-se institucionalizada e regulada por órgãos e legislação específica (ver próximo capítulo).

Por conseguinte, a construção dessa noção de sustentabilidade e a transformação da ação socioeconômica vincula-se ao aspecto dinâmico dos valores e normas sociais, mas também ao crescente peso da contestação formulada pelos movimentos ambientalistas e ecologistas, e a dinâmica reflexiva dos agentes empresariais diante das possíveis sanções morais, legais e financeiras envolvidas.

Portanto, é sob este contexto que ocorre o processo de legitimação da sustentabilidade como um conjunto de convenções e direitos, ainda que não unívocos. Em face da reordenação dos riscos, induzida e mediada pela expansão ilimitada da atividade técnica industrial humana, os problemas ambientais adquiriram relevância ao ponto de a sociedade industrial racional capitalista perceber-se frente a um dilema, uma crise capaz de ameaçar sua continuidade. Nesse contexto foram geradas alternativas teóricas (novas concepções de mundo centradas na natureza) e políticas (novos modelos societários) para lidar com estes problemas ambientais e com a relação entre sociedade e natureza. Porém, as alternativas em disputa (mencionadas nas seções anteriores) foram preteridas pelos organismos internacionais e empresas multinacionais frente à ascensão do conceito de desenvolvimento sustentável, e posteriormente à noção de sustentabilidade. A trajetória política desta noção, as disputas semânticas envolvidas e sua relação com as ações socioeconômicas empresariais serão tratadas em detalhes no próximo capítulo.

2 SUSTENTABILIDADE, MERCADOS E O PLÁSTICO VERDE

Uma vez apresentadas as lentes através das quais se aborda a questão da relação entre sociedade (economia) e natureza, o presente capítulo destina-se a explorar o processo de legitimação e institucionalização da sustentabilidade, bem como recuperar suas origens em meio à difusão e complexificação da questão ambiental – promovida pela expansão ilimitada do modo de produção industrial capitalista – e profundas transformações organizacionais e tecnológicas, a partir de um contexto de crescente interdependência econômica e política. Por conseguinte, destina-se a retratar, desde o ângulo antes proposto, a maneira pela qual a sustentabilidade, gradativamente, ganhou legitimidade, tornando-se uma pauta reconhecida e adquirindo relevo no contexto internacional e na sociedade brasileira. Tal questão teria afetado diversos setores da sociedade (regulação, mercados, condutas das empresas), e sua relação com o ambiente.

Logo, o capítulo em questão destina-se a apresentar as principais alterações no contexto social e institucional relacionadas com a questão ambiental, não somente as alterações de ordem coercitiva e a *posteriori* (expressas em conferências, convenções, protocolos, instrumentos jurídicos internacionais, criação de órgãos, aparatos administrativos oficiais e mudanças na legislação nacional), mas também os debates públicos, conflitos sociais, propostas e condutas oriundas de associações ambientalistas, grupos de consumidores organizados, empresas que buscam gerir a contestabilidade de suas atividades e desenvolvem inovações pautadas por critérios sustentáveis. As informações sobre os eventos e instrumentos jurídicos internacionais, assim como os conflitos ambientais e alterações na legislação nacional, foram baseadas na literatura especializada, indicada ao longo do texto.

Por fim, a partir dos dados coletados junto a portais de notícias, informes comerciais, *releases* setoriais, sites das empresas e portais de órgãos governamentais voltados para o ambiente, o capítulo explora as principais implicações desse processo para o mercado do plástico nacional e apresenta as especificidades desse contexto produtivo à luz da inovação do plástico verde e da rede de empresas que o constitui. Mais especificamente, interessa-se pelos desdobramentos da questão ambiental sobre o mercado de plásticos, promovendo disputas entre agentes sociais de diferentes setores econômicos, movimentos ambientalistas e organismos reguladores, em relação a matérias-primas e inovações voltadas para a sustentabilidade, como o plástico verde.

2.1 ORIGENS DA SUSTENTABILIDADE

Conforme mencionado no capítulo anterior, a questão ambiental, ou melhor dizendo, os problemas ambientais oriundos da relação entre sociedade, economia e natureza, não se limitam à noção de sustentabilidade. O ambiente como uma questão institucionalizada, inserida no espaço público por meio de discursos político-partidários, de pressões exercidas por grupos ecologistas e da construção de uma opinião pública cada vez mais sensibilizada pelos problemas ambientais, é permeado por disputas entre representações coletivas fundadas sobre valores sociais (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014). Por sua vez, a noção de sustentabilidade, apesar de suas origens remotas, relaciona-se com o conceito de resiliência, capacidade de um ecossistema de absorver tensões ambientais sem mudar de estado ecológico, e representa, em geral, uma maneira específica em lidar com a questão. Neste sentido, a pauta da relação do homem com a natureza envolve aspectos muito mais heterogêneos que a noção de resiliência dos ecossistemas, que vão desde os precursores do manejo florestal no século XVIII, até o movimento do romantismo bucólico, contrário à modernização social e seus efeitos. Logo, a questão estende-se para além do gerenciamento racional dos impactos do modo de produção capitalista no ambiente, pois envolve, além desse fator, questões ontológicas sobre os limites entre sociedade e natureza, vinculadas a diferentes concepções de mundo, questões éticas relacionadas a valores intrínsecos da sociedade e questões estéticas, natureza como fonte de encanto e refúgio espiritual.

Contudo, essas questões foram relativamente acentuadas com a expansão exponencial e desenfreada do modo de vida promovido pelo industrialismo racional capitalista. Culminando na grande efervescência cultural e institucional em torno do ambiente no último quarto do século passado, e posteriormente naquilo que alguns autores (ALPHANDÉRY *et al*, 1991) chamaram de consenso ecológico. Ou seja, o desenvolvimento de uma sensibilidade ecológica, ampla e ambígua, capaz de abranger interesses e agentes sociais díspares, como políticos, cientistas, industriais, consumidores, habitantes do campo e da cidade, em favor da proteção da natureza como patrimônio “comum” da humanidade. Todavia, ainda que o pleno desenvolvimento desse consenso, nos moldes propostos, seja restrito ao contexto da Europa ocidental e Estados Unidos no período mencionado, suas raízes podem ser traçadas de forma difusa e descontínua. Conforme propõe McCORMICK (1992), o movimento ambiental não surgiu em um país específico e alastrou-se para outros de forma unilinear, mas surgiu em lugares, momentos e com motivações diferentes.

Origens são sempre arbitrárias e no caso do debate sobre a questão ambiental, devido

as suas contradições, sempre se pode reivindicar um antecessor ainda mais remoto. Contudo, um dos mais antigos registros da preocupação com o ambiente, pode ser encontrado nos primeiros tratados sobre silvicultura. Escrito no início do século XVIII pelo administrador saxão, Hans Carl von Carlowitz, *Sylvicultura oeconomica, oder haußwirthliche Nachricht und Naturmäßige Anweisung zur wilden Baum-Zucht* é um relevante expoente da necessidade de gerir atividade econômica a fim de não esgotar seus “recursos naturais” (BOFF, 2013). Neste caso, trata-se de uma obra sobre gestão de florestas ameaçadas pelas atividades mineiras e siderúrgicas na Saxônia, que conseqüentemente ameaçavam sua própria continuidade. Outro marco importante do debate é atribuído a Thomas Malthus e a questão do crescimento demográfico exponencial. Em seu mais famoso tratado, *An Essay on the Principle of Population*, de 1798, Malthus aborda o descompasso entre a progressão geométrica do crescimento populacional e a possibilidade de progressão aritmética do crescimento dos meios de subsistência, alertando para a necessidade de controlar o crescimento populacional. Além desses antecedentes, não se pode ignorar as contribuições da filosofia da natureza de Jean-Jaques Rousseau para os pioneiros do ambientalismo na Nova Inglaterra ao longo do século XIX. Tanto seu ideal de uma fusão cognitiva com a natureza, como um laço primordial não corrompido pelas relações sociais, quanto a crítica à sociedade burguesa materialista, teriam confluído para a formação de um ideal romântico e idílico de natureza que orientou os precursores do ambientalismo americano, tais como Ralph Waldo Emerson, Henry David Thoreau e John Muir (VARANDAS, 2013).

Logo, percebe-se que mesmo nos ancestrais do movimento há uma dissonância entre perspectivas. Pois, tanto os embriões objetivantes do manejo dos recursos naturais, a partir da constatação de sua finitude material, quanto o alerta calculista das tensões oriundas do crescimento exponencial, passando pelo primado da natureza como um bem e o ideal romântico de um modo de vida mais harmônico, podem ser encontrados nestas origens. Essa dissonância manteve-se latente em desdobramentos posteriores do movimento, como no embate entre as iniciativas “preservacionistas”¹⁵, voltadas para a preservação de áreas naturais intocadas por meio da criação de grandes parques nacionais, e “conservacionistas”, pautadas pela lógica do gerenciamento inteligente, capaz de conservar as capacidades geradoras de riqueza do ambiente, no contexto Norte-Americano na virada do século XX (SILVERSTEIN, 1992).

Apesar desta capilaridade etimológica, o movimento ambiental apresentaria, segundo

¹⁵ O principal líder dessa iniciativa foi John Muir, fundador do Sierra Club, uma das primeiras organizações ambientais formada a partir da bem-sucedida mobilização em torno da criação do *Yosemite National Park*.

McCormick (1992), certa cumulatividade ao relacionar-se, num primeiro momento, exclusivamente com questões de ordem local e progressivamente abranger questões internacionais e envolver formas de organização cada vez mais amplas. Esta característica do movimento estaria vinculada a uma paulatina passagem das questões ambientais da condição de interesse privado a uma condição de interesse público. Uma expressão desta leitura seria o impulso que a questão recebeu durante a década de 1960 com a publicação do livro “*Silent Spring*”¹⁶, da bióloga marinha Rachel Carson, e com o surgimento dos movimentos de contracultura nos Estados Unidos. Isso representou uma nova forma de perceber não apenas o ambiente, mas também os impactos oriundos da atividade humana e as formas de contestá-los. Não era mais apenas a natureza distante e idílica que se encontrava ameaçada, ou seus recursos essenciais para a continuidade dos processos extrativistas, mas o ambiente como um todo interdependente que estava a perigo frente aos avanços das grandes corporações industriais que passavam a pôr em risco a saúde e o bem-estar da população. Ou seja, um ambiente muito mais amplo, próximo e cotidiano era ameaçado por perigos não perceptíveis sem a mediação de instrumentos técnicos, tal qual fala Beck (2010), oriundos da expansão da sociedade industrial. Esse fator, somado a uma onda de mobilizações contrárias ao modo de vida capitalista e corporativo americano, principalmente entre grupos de jovens universitários, contribuiu para o clima de contestação ambiental que deu origem a iniciativas de pretensão global, como a celebração do primeiro Dia da Terra, em 22 de abril de 1970.

Não obstante esta leitura progressiva do movimento ambiental possa ser criticada por apresentar uma visão etnocêntrica e etapista do seu desenvolvimento, torna-se inegável a expansão e complexificação da questão ao longo dos anos face aos parâmetros postos pelo paradigma da modernidade. Em outras palavras, nos próprios marcos da modernidade a questão ambiental transformou-se, ganhando maior relevância e complexidade.

De todas as revoluções conceituais do século XX, poucas forjaram uma mudança tão universal e fundamental nos valores humanos quanto a revolução ambientalista. Gerado pelos amantes da natureza e filantropos vitorianos, nutrido por naturalistas amadores e planejadores profissionais, e finalmente inserido na agenda das políticas públicas por uma nova geração rebelde e idealista, o ambientalismo ultrapassou as divisões religiosas, nacionais e políticas para difundir-se em quase todos os países da Terra. Ganhou dezenas de milhões de adeptos, criou novos órgãos de legislação, engendrou novos partidos políticos, encorajou uma reavaliação das prioridades econômicas e tornou-se tema de políticas internas e relações internacionais. Acima de tudo, mudou nossas percepções do mundo no qual vivemos. *Pressuposições de séculos foram subvertidas* em não mais que poucas décadas. Pela primeira vez a humanidade foi despertada para a verdade básica de que a natureza é finita e que o uso equivocado da biosfera ameaça, em última análise, a própria existência humana

¹⁶ Publicado no ano de 1962 e tornado *best-seller*, o livro relata a enorme gama de efeitos danosos causados pelo uso de pesticidas como DDT (diclorodifeniltricloroetano) na saúde dos animais e seres humanos.

(McCORMICK, 1992, p.15, destaque meu)

Entretanto, para alguns intérpretes do movimento (ALPHANDÉRY *et al*, 1991; ALMEIDA, 1997) a suposta subversão destes pressupostos modernos não foi completamente efetuada. Diante das mencionadas potencialidades revolucionárias do movimento ambiental, que se apresentava como um novo paradigma cultural, frente à crise no modelo societário, seus desdobramentos recentes teriam pendido muito mais para uma lógica reformista do modelo de mercado, do que para uma transversal e revolucionária transformação do modelo de sociedade. De acordo com esta perspectiva, a ecologia teria se restringido ao ambientalismo, à proteção do ambiente por intermédio da avaliação da poluição e dos desequilíbrios resultantes do excesso populacional. Essa distinção entre ecologia e ambientalismo remete a diferenciação entre as noções de natureza e ambiente, onde a natureza é interpretada como um sistema holístico, complexo e interligado¹⁷, e o ambiente, numa perspectiva antropocêntrica, como o substrato físico natural em que os seres humanos habitam.

Esvaziada dos questionamentos sobre a condição do homem moderno, sua relação com a natureza objetivada e suas formas de organização da produção e consumo, a questão ambiental, na sua vertente de utopia ecológica, teria perdido força diante da noção de sustentabilidade, ou seja, de um projeto de continuidade reformada, mediante avaliação técnica e instrumental dos impactos. Em outras palavras, o pressuposto conceitual moderno de relação instrumental com a natureza não foi subvertido por essa noção, a relação entre sociedade e natureza permaneceu essencialmente a mesma. Contudo, a necessidade de tornar o manejo dos recursos naturais mais eficiente, visando a preservá-los para as futuras gerações, tornou-se um consenso e um valor.

Por conseguinte, o desenvolvimento da mencionada sensibilidade ecológica em direção à noção de sustentabilidade, é resultado de uma combinação de interesses políticos, debates científicos e forças sociais em torno da questão ambiental. Mas por que a sustentabilidade, entre perspectivas tão dissonantes, apresenta-se como paradigma na abordagem da questão ambiental? Não há uma resposta simples para essa pergunta, porém, as implicações políticas, econômicas e sociais relacionadas às propostas teóricas mais revolucionárias, assim como os interesses envolvidos, contribuíram para o predomínio de uma alternativa reformista.

Uma das mais controversas implicações da problemática ambiental, pioneiramente

¹⁷ Tal qual nas teorias de Gaia de Lovelock (2000) e nas propostas de ecologia profunda de Naess (1989).

abordados por economistas como Nicholas Georgescu-Roegen e Herman E. Daly¹⁸, refere-se ao impasse entre crescimento econômico e preservação ambiental. Esse impasse suscitou a formulação de três possibilidades teóricas divergentes na teoria econômica. A primeira, mais convencional e difundida no século passado, não dissocia o crescimento econômico do desenvolvimento e defende que o melhor caminho para a sustentabilidade é a melhoria do desempenho econômico (GROSSMAN; KRUEGER, 1995). A segunda conhecida como tese da condição estacionária (DALY, 2008), defende a impossibilidade da manutenção do crescimento econômico contínuo sem consequências ambientais catastróficas num futuro próximo. Esta proposta encontra forte resistência nos argumentos dos países ditos em desenvolvimento, em relação aos seus direitos de crescerem economicamente. Por sua vez, uma terceira e também controversa via, defende a possibilidade de uma progressiva reconfiguração do processo produtivo, mais eficiente e menos intensiva em energia, possibilitando, assim, a manutenção do crescimento econômico sem o necessário esgotamento dos recursos naturais (VEIGA, 2010).

Essa última proposta encontra-se em consonância com o conceito político de desenvolvimento sustentável, pois, no fim do século passado, o controverso substantivo desenvolvimento passou a contar com o adjetivo sustentável para expressar um novo projeto político e modelo de desenvolvimento, preocupado com as consequências da ação humana sobre o ambiente, mas não necessariamente contraditório ao crescimento econômico. Logo, a atual expansão e popularização da noção de sustentabilidade encontra-se, intrinsecamente, vinculada à história do conceito político de desenvolvimento sustentável.

Um marco representativo deste conceito, em nível internacional, é a mencionada publicação do livro “Os limites do crescimento” (MEADOWS et al, 1972), publicado no mesmo ano da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Nesta publicação, um grupo de cientistas do Clube de Roma, através de um modelo computacional, avaliou as consequências futuras da manutenção das taxas de crescimento econômico e populacional sobre a poluição e a exaustão dos recursos naturais. Embora os resultados tenham sido acusados de alarmistas e alvo de críticas por não considerarem transformações na base produtiva e social, sua publicação foi fundamental para introduzir a questão da finitude dos recursos no debate econômico internacional e popularizar a problemática ambiental.

Outra crítica contundente aos resultados do livro partiu dos países do hemisfério sul,

¹⁸ Autores que defendem a impossibilidade do crescimento perpétuo, com base no aumento inexorável da entropia energética da biosfera.

mediante a Declaração de Cocoyok (1974) e do Relatório Fundação Dag-Hammarskjold (1975). Nestas publicações, a principal crítica salientava a diferenciação na contribuição dos países ricos e pobres para as previsões sobre a exaustão dos recursos naturais e reivindicava o direito dos países pobres de crescerem economicamente (BRÜSEKE, 2001). De sorte que as primeiras tentativas de elaborar políticas internacionais abrangentes sobre a questão ambiental esbarraram no impasse do crescimento econômico. Contudo, a partir de 1980, com a publicação do relatório *World Conservation Strategy*, liderado pela União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais (IUCN), inicia-se um processo de institucionalização da problemática ambiental ao largo da questão do crescimento econômico (NOBRE; AMAZONAS, 2002).

Este movimento seria reforçado em três importantes eventos internacionais, a Sessão Especial do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) em 1982, a instituição da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1983), presidida pela então 1ª Ministra da Noruega, Gro Harlem Bruntland, e responsável pela publicação, em 1987, do relatório “Nosso Futuro Comum”, e a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, a Rio 92. Segundo Nobre e Amazonas (2002), esses eventos constituíram o projeto de institucionalização do modelo de Desenvolvimento Sustentável, um conceito deliberadamente vago e contraditório, mas capaz de instaurar uma arena de disputa política e mediar posições até então inconciliáveis. Em outras palavras, a instauração do conceito permitiu uma transição da questão do crescimento econômico sendo contraditório às preocupações ambientais, para a questão de como o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado. Esta transição teria permitido um consenso mínimo para o diálogo entre a maioria das nações sobre a problemática ambiental.

Conforme mencionado, apesar dos esforços de conciliação do desenvolvimento sustentável, grande parte do debate girou em torno do impasse entre crescimento econômico e qualidade ambiental, marcado principalmente por correntes opostas pelo diferente “grau de confiança que depositam na possibilidade de novas tecnologias virem a reverter os obstáculos ambientais à continuidade do crescimento econômico” (VEIGA, 2008, p.170). Este ponto é importante para o estudo, pois o argumento de que o desenvolvimento (crescimento econômico) e o ambiente (manutenção dos estoques de recursos naturais e capacidade de absorção do ecossistema humano) não são contraditórios, é baseado, entre outros aspectos, na crença do desenvolvimento de inovações tecnológicas mais eficientes e em mecanismos de mercado que incentivem responsabilidade ambiental¹⁹. É sobre essa crença que grande parte

¹⁹ Perspectiva que se aproxima da mencionada tese da Modernização Ecológica, em que a solução dos

das empresas capitalistas elabora seus discursos e ações de responsabilidade ambiental, sem contrariar o pressuposto básico de expansão de vendas (MAIMOM, 2001).

Todavia, de acordo com Veiga (2008), a possibilidade de exaustão dos recursos naturais e da transposição de limites não retornáveis pela expansão contínua do sistema econômico, impôs sérios desafios à teoria macroeconômica. Os principais limites citados pelo autor dizem respeito a pressupostos básicos da economia mais ortodoxa, tais como a noção de recursos naturais como capitais valorados e substituíveis, o princípio de equilíbrio mecânico que contraria a irreversibilidade de alguns processos de degradação ambiental e seu escopo, voltado para gestão de recursos no prazo de poucas gerações. Segundo o autor, a tentativa de superação desses limites envolveria estender a economia a um campo que não é seu, isto é, estender a temporalidade dos processos econômicos e rever a suposta autonomia equilibrada dos mecanismos de mercado face aos condicionantes ambientais e sociais envolvidos na produção e no consumo.

Por outro lado, o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável ocorre em meio a um contexto de transformações políticas, econômicas e sociais que apontaram para as limitações e contradições do modelo de desenvolvimento anterior. Segundo Rist (2008), esta seria uma característica inerente do conceito de desenvolvimento, permeado por contradições, a dinâmica do discurso envolveria uma constante reconfiguração de suas metas, reflexo de seus fracassos e tropeços. Em tese, o conceito de desenvolvimento sustentável envolveria uma dissociação da noção de desenvolvimento da necessidade de crescimento econômico. Tratar-se-ia de um embuste, uma contradição em termos (DALY, 2004) em que o único elemento a ser sustentado nesta proposta é a política de intervenção dos países ricos sobre os países pobres, numa continuação da lógica tutelar desenvolvimentista (RIST, 2008). Para Rist (2008), o conceito de desenvolvimento sustentável é paradoxal e envolveria a inserção da realidade numa perspectiva diferente, transformando o problema do desenvolvimento, e todas suas consequências intervencionistas, em solução desejável.

Já na perspectiva de autores como Nobre e Amazonas (2002), o conceito é político normativo e faz parte de um processo de institucionalização da problemática ambiental na política internacional, sem contrariar *a priori* o crescimento econômico. O fato de o conceito ser deliberadamente ambíguo fazia parte de sua proposta de delimitação de uma disputa política, porém os desdobramentos posteriores não eram previstos, distanciando-se da ideia de um jogo de cartas previamente marcadas (NOBRE; AMAZONAS, 2002)..

problemas ambientais ocorreria por intermédio de processos de modernização tecnológica, voltados para o desenvolvimento de produtos e processos que gerem menos resíduos, consumam menos energia e sejam menos agressivos ao ambiente.

Entretanto, a emergência da noção de desenvolvimento sustentável, não se relaciona exclusivamente a disputas de ordem política. Parte importante de seus desdobramentos deriva do contexto de transformações produtivas e organizacionais no final do século passado. A partir das primeiras crises mundiais do petróleo, o modelo de produção industrialista hegemônico, assim como as políticas de governo keynesianas, que haviam garantido uma prosperidade econômica e uma estabilidade social sem precedentes durante os chamados ‘anos dourados do capitalismo’, começaram a ruir diante da crescente interdependência dos mercados internacionais e suas imprevisíveis transformações (CASTELLS, 2005). A reestruturação do modo de produção capitalista, com base em inovações tecnológicas, transformações organizacionais, flexibilidade no gerenciamento e descentralização interna e externa das empresas, envolveu um turbulento período de retomada da ortodoxia econômica convencional e expansão de programas liberais, com abertura radical de mercados nacionais e privatizações em massa em diversos países. Por sua vez, estas transformações promoveram a desregulação e o “desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho, que fundamentou a estabilidade do modelo de crescimento anterior” (CASTELLS, 2005, p.55). Essa suspensão dos parâmetros e moldes anteriores do desenvolvimentismo permitiu que novos projetos de desenvolvimento começassem a ganhar destaque, como o desenvolvimento sustentável. Estes, porém, deveriam dar conta de uma complexidade de novas dimensões até então ignoradas, ou não relacionadas ao desenvolvimentismo clássico, como o problema da relação com o ambiente.

Estes novos projetos políticos de desenvolvimento não deveriam mais abranger somente o crescimento econômico e progresso tecnológico como metas essenciais. Surgem novas demandas de novos atores sociais, em novas relações: demandas por participação, autonomia, informação, equidade social, melhores condições de vida e, em especial, responsabilidade ambiental. Desse novo contexto, surge a noção de Ecodesenvolvimento (SACHS, 1986), assentada sobre um projeto de desenvolvimento mais abrangente e incluyente, e voltada para oito diferentes dimensões do processo de desenvolvimento: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional, e posteriormente a noção de desenvolvimento humano, que embasaria índices de desenvolvimento complexos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e conceitos como o de Desenvolvimento como Liberdade²⁰ (SEN, 2010). Essas noções levam em consideração, além das outras dimensões, o risco potencial envolvido na manutenção das

²⁰ Expansão das liberdades individuais como principal fim e meio para o desenvolvimento, através da eliminação de tudo que limita as escolhas e as oportunidades elementares das pessoas, que reduziriam suas capacidades.

formas de produção e consumo industrial atual, frente aos impactos e limites suportáveis pela natureza e suas consequências para a qualidade de vida das populações. Logo, assim como o desenvolvimento sustentável, trata-se de projetos em que os recursos naturais são percebidos como finitos e, portanto, devem ser preservados a fim de possibilitar oportunidades de desenvolvimento às gerações futuras.

Juntamente a essa transformação na forma de organização da sociedade, essas propostas políticas estão relacionadas ao mencionado desenvolvimento de uma ampla e sincrética sensibilidade ecológica (ALPHANDÉRY *et al*, 1991) e ao recrudescimento do movimento ambiental no último quarto do século passado. Alimentada por uma série de ameaças de holocausto natural e catástrofes tecnológicas²¹, cujos impactos transcenderam fronteiras nacionais ao abalar o equilíbrio de grandes ecossistemas, a pauta ambiental estendeu-se para além dos especialistas e amantes da natureza, atingindo diversos setores da opinião pública. O medo ecológico ampliou-se, passando a envolver todo o planeta a partir da ameaça de mudança climática. Isso se constituiu em um medo ostensivo que passou a ser medido, calculado e transmitido pela mídia para o mundo. Considerável parte da conscientização e propagação desse medo pode ser atribuída a atuação, na maioria das vezes denunciativa, da miríade de movimentos e organizações ambientalistas que surgiram nas últimas décadas do século XX.

Segundo Castells²² (1999), a suposta ambiguidade do movimento ambiental e sua capacidade de abranger iniciativas diversificadas seriam os principais motivos de seu alto grau de penetração na sociedade organizada em rede, pois nesse novo contexto social de interdependência dos mercados e fluxos intemporais de riqueza, poder e informação, a característica descentralizada e multiforme do movimento representaria uma vantagem significativa na promoção de uma identidade “de espécie humana”, como uma importante fonte de significado social. De acordo com essa teoria, a expansão do movimento seria atribuída a sua correlação e adaptação a fatores importantes nessa nova forma de organização da sociedade contemporânea.

Portanto, o movimento ambiental estaria vinculado e tensionado por fatores constituintes da sociedade em rede. Mais precisamente pelo fato de apoiar-se na ciência e no conhecimento ao mesmo tempo em que denuncia os impactos da tecnocracia sobre a natureza;

²¹ Tais como a ocorrência de chuvas ácidas, vazamentos de petroleiros, acidentes industriais e desastre nucleares

²² Na sua investigação do ambientalismo como um movimento social relevante na sociedade em rede, Castells ressalta a heterogeneidade de sua composição e propõe uma tipologia não estanque dos grupos que compõe o movimento em: Preservação da Natureza; Defesa do Próprio Espaço; Contracultura; *Save the Planet* e “Política Verde” (CASTELLS, 199).

por se organizar em torno de disputas que vão desde iniciativas locais e circunscritas a ameaças de ordem global; e por trabalhar em conformidade com os fluxos intemporais e com a lógica de organização em redes.

Boa parte do sucesso dos movimentos ambientalistas deve-se ao fato de que, mais do que qualquer outra força social, ele tem demonstrado notável capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico. Embora boa parte do movimento dependa de organizações de base, suas ações ocorrem em razão de eventos que sejam apropriados para divulgação na mídia. Ao criar eventos que chamam a atenção da mídia, os ambientalistas conseguem transmitir sua mensagem a uma audiência bem maior que a representada por suas bases diretas. Além disso, a presença constante de temas ambientais na mídia dotou-lhes de uma legitimidade bem maior que a atribuída a outras causas. A ação voltada à mídia torna-se evidente no caso de movimentos ambientalistas como globais como o Greenpeace, cuja lógica está totalmente orientada à criação de eventos que mobilizem a opinião pública em torno de questões específicas no intuito de exercer pressão sobre o poder instituído, seja ele qual for. Contudo, a ação do movimento também é o cotidiano das lutas ambientais em nível local (CASTELLS, 1999, p.161).

Indo além, alguns movimentos trabalham com a proposta de introdução de uma temporalidade nova e revolucionária na consciência individual e política, naquilo que Castells denomina “tempo glacial”. Concepção de tempo holística, integrada à temporalidade do planeta e seu equilíbrio ecológico, passível de ser afetado pelas atividades humanas com consequências desastrosas para as gerações futuras. Contudo, segundo o autor, essa proposta de temporalidade não significaria o “culto à Nova Era, mas sim uma velha e conhecida forma de cuidar de nossos descendentes” e “estabelecer os parâmetros de nossas vidas a partir da vida de nossos filhos, e dos filhos de nossos filhos”, na reunião de “um egoísmo saudável e um pensamento sistêmico dentro de uma perspectiva evolucionária” (CASTELLS, 1999, p.158).

Essa lógica encontra-se em consonância com a solidariedade entre gerações, proposta pela noção de desenvolvimento sustentável presente no relatório Nosso Futuro Comum (BRUNDTLAND, 1987), “Desenvolvimento que atende às necessidades da presente geração sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas necessidades”. Porém, a forma como o desenvolvimento sustentável lida com este desafio não é muito clara, sua proposta apresenta-se como um caminho do meio entre o otimismo convencional e o pessimismo ecológico. Fator que contribuiu para sua larga aceitação e difusão, no lugar de propostas com implicações mais radicais. Como as propostas de ecologia profunda, centrada numa concepção holista da natureza como sujeito de direito (NAESS, 1989), e condição estacionária, baseada em princípios biofísicos e voltadas para um desenvolvimento qualitativo

sem crescimento (DALY, 2008).

Contudo, devido a essa ambiguidade do desenvolvimento sustentável, a compatibilidade entre o crescimento econômico e a manutenção segura dos estoques de recursos naturais e capacidade de absorção do ecossistema dependem, quase inteiramente, do progresso tecnológico. Por meio do qual, com o apoio de mecanismos de mercado, haveria a possibilidade de uma progressiva reconfiguração do processo produtivo, mais eficiente e menos intensivo em energia. Possibilitando, assim, a manutenção do crescimento econômico sem o necessário esgotamento dos recursos naturais. Todavia, mesmo esta possibilidade parece improvável diante de estudos com o de Jackson (2009), onde o autor apresenta dados, baseados em evidências históricas, de que ganhos de eficiência não necessariamente ocasionam reduções de escala. Pelo contrário, nestes casos estas tendem a aumentar, pois a redução da intensidade tende a elevar o consumo.

Apesar dessas contradições, a noção de desenvolvimento sustentável, e posteriormente a sustentabilidade do desenvolvimento, tornaram-se lugares comuns em todo tipo de empreendimento ou organização. Principalmente após a popularização dos problemas ambientais – apoiada pela realização das grandes conferências do meio ambiente e da criação de instrumentos internacionais como a Carta da Terra, Agenda XXI, Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas e Protocolo de Quioto – houve uma adesão maciça das organizações a esses princípios e valores sustentáveis. A ponto de o conceito ter seu uso banalizado e reapropriado em diferentes contextos a fim de exprimir vagas noções de continuidade, para não mencionar seu uso indevido em práticas de *marketing*²³ sem correspondência com realizações efetivas. Porém, a contraparte disto é a crescente vigilância de órgãos reguladores em diferentes instâncias, instituições certificadoras que realizam auditorias externas, padrões de qualidade e selos de boas práticas, e organizações ambientalistas conectadas às redes sociais e prontas para mobilizarem a opinião pública.

Por conseguinte, o processo de legitimação da sustentabilidade – enquanto um valor de conduta responsável sobre os bens naturais finitos, tendo em vista a interdependência da humanidade com relação à natureza e às condições futuras dessa relação – pode ser entendido como o resultado de uma combinação de forças políticas e sociais, em um contexto de transformações tecnológicas e organizacionais, a partir do desenvolvimento de uma sensibilidade ecológica sincrética e da atuação de movimentos sociais heterogêneos. Num momento em que as consequências da produção industrial predatória sobre o equilíbrio dos ecossistemas naturais passam a ser percebidas como nocivas à qualidade da vida humana no

²³ Práticas essas denominadas de *greenwashing*.

planeta.

Disso depreende-se que, apesar de não apresentar uma univocidade de significado, a noção de sustentabilidade apresenta-se como um projeto de continuidade da moderna sociedade ocidental, que perpassa diversos planos da organização social e busca legitimar-se enquanto tal. Pautado pela finitude dos bens naturais e a necessidade de manejá-los de maneira responsável, e a minimização dos impactos da atividade humana, a fim de garantir a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Não somente numa dimensão moral, como um valor que orienta as ações, mas como um mecanismo de coordenação da ação social mutuamente referida, um conjunto de convenções e direitos considerados válidos, instigado e tencionado por essa diversidade de movimentos, organizações e instituições envolvidas na disputa pelos sentidos dessa noção. Contudo, o processo de legitimação da sustentabilidade envolve, além de sua validade como um valor legítimo, a sua institucionalização por intermédio de normas e legislação específica, garantida por aparatos administrativos legais. Na secção seguinte será explorado esse processo de institucionalização da sustentabilidade no interior da ordem econômica, a partir da dinâmica dos conflitos ambientais e da contestação social.

2.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONTESTAÇÃO

Paralelamente aos eventos e publicações internacionais mencionadas acima, a esfera institucional sobre ambiente e natureza foi adquirindo maior relevância e complexidade conforme o debate sobre o desenvolvimento sustentável avançava. No âmbito internacional, um fragmentado e abrangente arcabouço jurídico, envolvendo tratados, convenções e protocolos²⁴, foi desenvolvido ao longo do século passado. Na sua grande maioria, esses mecanismos jurídicos versam sobre determinado grupo de espécies de seres vivos, regiões geográficas, ou tipos de ambiente específicos. Todavia, alguns desses mecanismo são voltados para atividades econômicas e científicas, como testes nucleares, transporte de produtos perigosos e emissões de gases do efeito estufa. Muitos surgiram em seguimento a catástrofes

²⁴ Entre os principais instrumentos internacionais voltados para a proteção do ambiente podemos citar: a Convenção sobre a Diversidade Biológica de 1992; Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima de 1992; Convenção da ONU sobre o Direito do Mar adotada em 1982; Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios de 1973; Convenção Internacional para a Regulação da Caça à Baleia, 1946; Tratado da Antártida, firmado em Washington, em 1959; Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção ao Meio Ambiente assinado em Madrid em 1991; Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água, concluído em Moscou em 1963; Convenção Africana sobre Conservação da Natureza e Recursos Naturais, de 1968; Tratado de Cooperação Amazônica, concluído em 1978; Protocolo de Quito, assinado em 1997; Protocolo sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987.

ambientais, com apoio de estudos elaborados pela comunidade científica dos países-membros da ONU e em consideração às pressões populares.

Para o estudo em questão, convém destacar entre estes o Protocolo à Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, também conhecido como Protocolo de Quioto, assinado nessa cidade em 1997. Este controverso protocolo estabelece objetivos obrigatórios para 37 países industrializados e para a Comunidade Europeia quanto à redução das emissões de gases do efeito estufa. Redução que deveria ser, em média, de 5% em relação aos níveis de emissão de 1990. Devido a suas possíveis restrições ao crescimento econômico, o protocolo só entrou em vigor em 2005, quando a Federação Russa ratificou o instrumento, atingindo o *quorum* de 55 Estados-Partes que assinaram a convenção do clima. Contudo, os mecanismos de cumprimento do protocolo eram flexíveis e possibilitavam uma série de manobras que tenderam a limitar seu efeito redutor no aumento das emissões globais (NETO, 2012). Ainda assim, alguns de seus instrumentos como os mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) e a comercialização de emissões (créditos de carbono), além da obrigação de monitoramento e elaboração de relatórios anuais sobre as emissões, foram relativamente bem-sucedidos em sua implementação.

No Brasil, também houve importantes ecos institucionais do debate ambiental. Em 1973, ano após a primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente, em Estocolmo, o governo federal criou a primeira secretaria de meio ambiente (Sema). Na época, a Sema era subordinada ao Ministério do Interior e respondeu tanto às demandas dos estratos técnicos do governo quanto às pressões dos investimentos internacionais. Ao longo da década de 1970, foram criadas as primeiras instituições de controle ambiental nos âmbitos estaduais, tais como a Cetesb em São Paulo e a Feema no Rio de Janeiro, e com elas surgiu o dispositivo do licenciamento ambiental.

Segundo Lopes (2004), este trabalho de construção institucional do ambiente não relaciona-se apenas com pressões da política internacional, mas encontra-se “permeado por conflitos sociais”. Tal como no caso do precursor decreto de lei de 1975, “que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais”. Esse decreto, promulgado em meio ao regime militar, teve sua origem com base em um conflito social que culminou com um processo judicial pelo fechamento de uma fábrica de cimento em Contagem-MG, devido a emissões de partículas e a não observância das regulações municipais. Contudo, na perspectiva do autor, trata-se de um processo de “ambientalização” dos conflitos sociais, isto é, uma atualização de antigas disputas por intermédio da reformulação de linguagens, riscos e sentidos. Mediado por técnicos e especialistas, e

posteriormente apropriada por grupos sociais, o ambiente atuaria como uma nova fonte de legitimidade e argumentação para os conflitos sociais. Já na perspectiva de autores como Acselrad (2004) os conflitos ambientais vinculam-se, prioritariamente, a projetos de desenvolvimento, em contextos de desigualdade sociopolítica, permeados por relações de dominação e expropriação. Logo, tratam-se de disputas por recursos naturais e seus sentidos culturais, em outras palavras, luta pela apropriação material e simbólica dos recursos de um território²⁵.

De qualquer forma, seja a reatualização de conflitos em outras bases, ou sua promoção mediante a expansão de projetos de desenvolvimento, importa aqui a crescente relevância da temática ambiental nesses conflitos. Até então interpretados como externalidades necessárias ao progresso e a modernização, os danos ambientais vinculados a estes projetos políticos/econômicos começavam a ser questionados, não só pelas comunidades diretamente afetadas, mas por associações e entidades preocupadas com os impactos da atividade industrial sobre o ambiente. Um dos exemplos pioneiros dessa dinâmica é a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada em 1971, e cujo um dos principais líderes foi José Lutzenberger, que em meados da década de 1970 protagonizou um embate público, via jornais locais, contra a indústria de celulose Borregard por suas emissões no estuário Guaíba, em Porto Alegre.

No ano de 1981 é sancionada a Lei 6938/81 que dispõe sobre “a Política Nacional de Meio Ambiente seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”. Essa política tinha por objetivo conter os ímpetus desenvolvimentistas desenfreados e controlar os danos ambientais de megaprojetos como Itaipu e a Transamazônica, por seu intermédio é promulgado um arcabouço institucional que estabelece e articula na esfera federal o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Meio Ambiente, único com poder legislativo. Em meio ao processo de abertura política, os conflitos ambientais começavam a promover dissensões entre as esferas de governo estatal e municipal, recém-eleitas democraticamente (LOPES, 2004). No ano de 1985 é criada a lei de ação civil pública, que “disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos”. Com a promulgação desta lei os cidadãos conquistaram o direito de recorrer à justiça em defesa do ambiente, permitindo que o Ministério Público, estados, municípios, fundações e associações envolvidas com questões ecológicas movam processos contra qualquer agressor do ambiente.

²⁵ Para uma excelente revisão bibliográfica sobre o tema e uma perspectiva dos conflitos ambientais a partir do confronto entre cosmopolíticas, ver Fleury (2013).

Em 1986, no interior da política nacional de meio ambiente, através da resolução do Conama 001\86, foram definidas as atividades sujeitas ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e ao Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), que exigiam estudos para o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, incluindo possíveis audiências públicas com diversos segmentos da população afetada pelo empreendimento. Em 1989, após a Carta Constitucional que reafirmou o direito dos cidadãos de mover ações civis questionando danos ao ambiente e concedeu aos estados e municípios o poder de controlar a poluição de forma mais restritiva, todos os órgãos governamentais ligados ao ambiente foram reunidos no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Na esteira da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92, e de suas publicações oficiais (Convenções Internacionais, Carta da Terra e Agenda 21), foi criado o Ministério do Meio Ambiente e aprimorado o arcabouço legal de proteção ambiental nacional. Em 1998, com a Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9605 de 1998), foi estendida a responsabilidade da pessoa jurídica à responsabilidade da pessoa física. Com isso, diretores, administradores, membros do conselho, gerentes, auditores e prepostos ou mandatários de pessoa jurídica podem ser processados e condenados criminalmente quando, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixarem de impedir a sua prática (CAPPELIN; GIULIANI, 2006). Mais recentemente foi sancionada, após anos de imbróglio político, a lei federal que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Um dos aspectos mais relevantes dessa política é sua proposta de responsabilidade compartilhada sobre o ciclo de vida dos produtos, que prevê um conjunto de atribuições aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos, assim como aos consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos²⁶.

Portanto, apesar das contradições inerentes ao discurso do desenvolvimento sustentável, seus efeitos sobre a legislação ambiental nacional e conflitos sociais são suficientemente perceptíveis para justificarem a legitimação da sustentabilidade enquanto um valor e um conjunto de normas, mais ou menos instituídas. Convém lembrar que a emergência destes instrumentos e direitos sustentáveis ocorre em meio a um contexto de grandes e importantes mudanças no cenário nacional (BRESSER-PEREIRA, 2006), que vão desde abertura política e econômica, passando pela implementação de uma nova carta

²⁶ Conforme <http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos> acessado em 27/12/2014).

constitucional, até os novos modelos de gestão do Estado, empresas e sociedade.

Estas alterações na legislação ambiental nacional vinculam-se aos mencionados conflitos sociais que envolveram grandes projetos voltados para o desenvolvimento econômico, como os polêmicos casos das usinas hidrelétricas de Belo Monte e Tucuruí-PA, em 1973²⁷; desastres ambientais, como o caso do acidente radioativo com Césio 137 em Goiânia; além da crescente pressão internacional devida aos altos índices de desmatamento florestal e predação de espécies ameaçadas de extinção na fauna nacional²⁸. E, portanto, são representativas de uma proposta de relação com o ambiente regulada, onde há limites considerados seguros para emissão de resíduos e exploração de recursos naturais, regras para utilização de substâncias controladas e penalidades para aqueles que não cumprirem com as normas. Embora hoje em dia isto pareça óbvio, trata-se de uma configuração recente na história institucional. Por sua vez, essa configuração representaria um aparato jurídico e administrativo concebido para garantir a vigência empírica da sustentabilidade. De maneira mais específica, trata-se de uma parcial legalização²⁹ da representação de validade da sustentabilidade, isto é, a institucionalização normativa das máximas de que a exploração e o uso dos recursos naturais devem ser eficientes, pois os mesmos são finitos, e de que os impactos da ação humana devem ser minimizados a fim de evitar a degradação de nossa própria base natural.

Outra importante leitura para a compreensão da institucionalização da sustentabilidade no plano de sua legalidade é, como antes mencionado, a abordagem político-cultural das instituições de mercado proposta por Fligstein (2001). Segundo o autor, o Estado possui um papel relevante no fornecimento de condições estáveis e confiáveis para que as empresas se organizem, disputem, cooperem e troquem no interior do mercado. Por intermédio do estabelecimento de regras para os atores econômicos, como direitos de propriedade, estruturas de governança e regras de troca, o Estado influenciaria na maneira como os mercados se constituem. Por sua vez, os atores interpretariam essas regras (concepções de controle) em conformidade com seus interesses, na busca por mundos estáveis. Todavia, essa busca por estabilidade não está isenta de disputas e transformações no mercado. De acordo com Fligstein, a dinâmica competitiva das empresas tenderiam a formar novos mercados por

²⁷ A primeira usina segue gerando embates desde meados dos anos 1970 (FLEURY, 2013), e a segunda tornou-se um marco pelo controverso processo de alagamento de grandes áreas de mata nativa, deslocamento de populações e pela ausência de estudos de impacto.

²⁸ Para conflitos ambientais mais recentes ver: Lopes (2004); Zhouri (2006); Tavares (2007); Lima e Santos (2013); Fleury (2013); Acsegrad (2014).

²⁹ Legalização no sentido de legalidade, construção de estatutos estabelecidos pelo procedimento habitual e *formalmente* correto, e não idêntica a noção de legitimidade.

intermédio de três diferentes etapas: emergência, estabilidade e crise.

Logo, o estabelecimento de leis orientadas pela lógica da sustentabilidade influenciaria na forma com que os atores percebem o funcionamento do mercado e orientam suas ações reciprocamente. Isto se aplica também ao desenvolvimento de práticas institucionais mais informais, presentes nas organizações na forma de rotinas, sendo disponíveis para agentes de outras organizações (FLIGSTEIN, 2001). Estas práticas envolveriam formas de organizar o trabalho, modelos de gestão e definições sobre as fronteiras das empresas, viabilizando assim o surgimento e difusão (DIMAGGIO; POWELL, 1983) de práticas organizacionais pautadas pelos critérios da sustentabilidade. Tais como a criação de departamentos voltados exclusivamente para questões vinculadas ao ambiente, a partir do surgimento de instrumentos administrativos (Licença Ambiental) que estabelecem condições e restrições para instalação, ampliação e operação das empresas. No contexto atual de internacionalização dos mercados, organização das empresas em redes e em multinacionais, a difusão destas práticas, por observância às legislações internacionais ou demanda dos consumidores, torna-se ainda mais comum devido à intensidade do fluxo de informações e mercadorias (CASTELLS, 2005).

Todavia, ainda que essa “evolução” da regulação ambiental e suas sanções legais seja sintomática da sustentabilidade como um valor legítimo na sociedade nacional, do ponto de vista da ação empresarial torna-se ainda mais relevante o crescente interesse e preocupação da opinião pública com esta temática. Isso decorre não somente do potencial do consumidor como importante fator na transformação social (MILLER, 2007), que, por intermédio da atuação política de movimentos sociais econômicos, busca redefinir o mercado e os valores em jogo (PORTILHO, 2009), mas também devido à possibilidade de contestação social mais ampla de suas atividades. Tal contestação ocorreria no plano da legitimidade das empresas, isto é, num plano em que a vigência de um entendimento coletivo não dependeria exclusivamente de seu estatuto jurídico e de um aparato administrativo, mas da probabilidade desse entendimento ser seguido com base em um valor que o orienta.

Os mencionados movimentos sociais de consumidores, pautados por valores (economia solidária, comércio justo, produtos orgânicos, consumo sustentável, *slow food*), são representativos de um processo de politização e ambientalização do consumo (PORTILHO, 2005), caracterizado por uma situação em que “o interesse pela esfera pública e a ação política passam a ser vividas também através de certas práticas de consumo, muitas vezes em detrimento das formas tradicionais de participação” (PORTILHO, 2009, p.2012). Estes movimentos representam uma forma de contestação que atua por meio de redes alternativas

de comercialização, que buscam mobilizar os consumidores para as consequências de suas escolhas e fornecer alternativas, e por intermédio de ações autônomas como boicotes e compras responsáveis. Essa é uma importante dimensão da adesão das empresas aos parâmetros da sustentabilidade, por vezes menosprezada frente aos aspectos da produção. Porém, a contestação social das atividades empresariais pode atingir níveis muito mais críticos, passando desde conflitos sociais e judiciais (LOPES, 2004; LIMA; SANTOS, 2013) até a completa perda de legitimidade social da empresa.

Em casos como este, a empresa pode ter restringidos seus direitos de exploração de recursos naturais e ver ameaçado seu crescimento econômico, pois se trata de uma crise de credibilidade, onde não apenas a imagem da empresa é abalada mas sua reputação enquanto conjunto de “relações sociais duráveis, dotadas de conteúdo informativo, concepções, ideias e valores, sobre o que significa fazer negócios”, ou seja “um conjunto de significados partilhados com base nos quais os atores se identificam como pertencentes a certo campo social” (ABRAMOVAY, 2012, p.130). Uma vez alcançado este grau de contestação, a empresa passaria a operar em meio a adversidades que põem em cheque o conjunto de crenças que contribuem para justificar e sustentar sua atuação. Os objetos contestados tendem a autonomizar-se de qualquer mediação realizada pelos peritos, e a crítica generaliza-se, atuando como um estigma sobre a empresa e suas atividades. Tal como nos casos de empresas que atuam com organismos geneticamente modificados na Europa (HOMMEL; GODARD, 2005), ou no caso de grandes acidentes como o vazamento de petróleo no Golfo do México em 2010.

Essas perspectivas contrariam as teorias que concebem o mercado como uma esfera institucional autônoma e percebem qualquer esforço empresarial além do exigido por lei como um nocivo desvio de finalidades (HEIEK, 1945; FRIEDMAN, 1970). Segundo essa lógica, toda a legitimidade das empresas repousaria sobre a sua obediência à legislação e sua busca por lucros, o próprio lucro da empresa seria um indicador de sua contribuição para o bem-estar social. Neste caso, os preços conteriam toda a informação necessária para melhor alocar recursos e demandas da sociedade, e o mercado seria o mecanismo ideal para essa distribuição. Disto deriva a ideia de que não é preciso que as empresas se dediquem a práticas estranhas a sua natureza para exercerem um papel construtivo na vida da sociedade, cabendo estritamente ao Estado corrigir e impor às empresas a responsabilidade por suas externalidades, isto é, os efeitos indesejados de seus atos. (ABRAMOVAY, 2009). Logo, as práticas de responsabilidade socioambiental empresarial representariam, neste tipo de argumento, uma violência às finalidades da empresa privada e uma distorção dos mecanismos

de mercado.

Esse argumento concebe o mercado como um mecanismo perfeito, equilibrado e impessoal, ignorando sua construção social histórica e sua contextualização no interior de padrões sociais de conduta, regras e valores. Isto parece uma leitura essencialista que se mostra refratária às transformações do mercado e à sua dinâmica em relação à sociedade, desconhecendo a relevância dessa dinâmica para a compreensão de fenômenos como a contestação social de atividades empresariais. Contudo, convém ressaltar que apontar equívocos e limites dessa perspectiva não significa assumir que as empresas privadas em situação de mercado não atuem por interesse, mas trata-se, isso sim, de que seus interesses não são imunes à pressão social, sendo permeados e tencionados por padrões éticos e valores sociais. A ponto de algumas empresas, vinculadas a atividades controversas (modificação genética, energia nuclear, pesca de animais marinhos), terem sua legitimidade questionada por movimentos contestatórios.

Por conseguinte, a crítica social teria um papel central na transformação do capitalismo e no conjunto de crenças que contribuem para justificá-lo e sustentá-lo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999). Para além de uma suposta indiferença normativa da acumulação capitalista, as críticas podem ser cruciais para incorporação de melhorias efetivas em termos de justiça. Essas ocorreriam por intermédio de dispositivos de justificação que buscariam incorporar parte dos valores em nome dos quais a crítica fora gerada, a fim de garantir a legitimidade de seus princípios. Outra importante fonte de transformação do modo de produção é sua dinâmica concorrencial e a busca incessante de vantagens sobre os concorrentes por meio da inovação tecnológica ou organizacional, num processo incessante de “destruição criativa”, descrito por Schumpeter (1985). Todavia, essa inovação não se pautaria exclusivamente por critérios técnicos de eficiência, mas levaria em consideração princípios éticos e estéticos, tal como no caso das inovações sustentáveis e do plástico verde.

Ao contrário de uma lógica equilibrada e autônoma da esfera do mercado, isso implica em uma intrincada e recursiva dinâmica de tensão entre a crítica social e o modo de produção capitalista. Leitura que permite interpretar a adesão aos parâmetros de sustentabilidade como um dispositivo de justificação face às críticas ambientalistas. Essa dinâmica responderia pela tensão, mencionada no capítulo anterior, entre uma racionalidade formal maximizadora de resultados e uma racionalidade material (subjéctiva) voltada para valores. Isso é, uma dinâmica dialógica entre a acumulação “eficaz” e impessoal de capital, seu modo de organização e justificações, e os postulados valorativos das sociedades, elemento que é alvo de constantes disputas entre movimentos sociais e agentes econômicos.

Logo, diante da possibilidade de contestabilidade, por meio da crítica ambiental virulenta, parece razoável que um crescente número de agentes econômicos empresariais busque, mediante uma monitoração reflexiva de sua conduta, evitar estas crises de legitimidade. Todavia, conforme mencionado, a noção de sustentabilidade derivada do conceito político de desenvolvimento sustentável é polissêmica, pois pode ser entendida tanto como resiliência e continuidade de organizações, como num entendimento mais antropocêntrico e catastrófico, em que é o oposto ao colapso, ou degradação de nossas civilizações. Contudo, este colapso é um evento futuro, incerto e complexo. Neste sentido, qualquer prática que possa contribuir para prorrogar este colapso pode ser compreendida como sustentável. Por sua vez, se considerarmos a proposta de sustentabilidade como uma solidariedade sincrônica e diacrônica entre gerações, a questão de como realizar o equilíbrio entre estas solidariedades é repleta de controvérsias e fatores imponderáveis.

Por isso, a legitimação da sustentabilidade como um valor não abrange todos os aspectos deste impasse. O que a torna mediada e construída socialmente por critérios específicos e restritos. Tal qual a proposta do plástico verde com a captura de CO₂ por meio de sua matéria prima renovável, a cana-de-açúcar. Critério que encontra-se em concordância com as principais diretrizes da ONU e do IPCC, no combate ao aquecimento global mediante efeito estufa, mas que não esgota questões como o uso da terra para monocultivos.

Portanto, o processo de legitimação da sustentabilidade passa por disputas entre diferentes grupos sociais na construção e apropriação dos critérios que dão sentido à noção, sendo o seu resultado indeterminado e diferente das diversas concepções e discursos que lhe deram origem. As associações e federações empresariais têm demonstrado especial interesse nesta temática. A criação do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em 1997, os mencionados fundos de investimento sustentáveis, índices de sustentabilidade empresarial (SARTORE, 2012), relatórios de sustentabilidade, selos verdes e certificações voltadas para a gestão ambiental como a ISO 14001³⁰ e outras mais recentes como a ISO 26000 (INMETRO, 2013), são importantes indicadores deste crescente interesse empresarial na sustentabilidade e seus critérios de avaliação. Ademais, a questão dos fundos de investimento financeiros e o seu efeito performático sobre essas carteiras sustentáveis parece atuar como outro elemento de adesão ao paradigma.

³⁰ A série ISO 14001 consiste na certificação de um grupo de padrões e diretrizes relacionadas com a gestão ambiental. Já a ISO 26000 versa sobre a responsabilidade social, expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Esta é uma norma de uso voluntário (cf. www.iso.org).

De acordo com estudos (CAPPELLIN; GIULIANI, 2006) sobre a temática da Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas (RSAE), o conceito de sustentabilidade para os empresários brasileiros vincula-se, primeiramente, ao desenvolvimento econômico da empresa. Neste sentido, a “preservação do meio ambiente só é sustentável se houver lucro econômico. Em outras palavras, uma prática ambiental que não se sustente economicamente, não é uma prática sustentável” (CAPPELLIN; GIULIANI, 2006, p.62). Ou seja, a concepção de sustentabilidade empresarial no país estaria intimamente ligada à noção de perenidade do negócio e da organização, à sua capacidade de se adaptar a novos mercados, melhorar sua imagem pública, ou incrementar a produtividade através de processos mais eficientes. Contudo, e apesar desta vinculação estreita por parte da maioria, há algumas empresas nacionais que propõe uma concepção de sustentabilidade mais ampla como uma estratégia de desenvolvimento da sociedade, onde a empresa atua como um elemento deste projeto.

Portanto, torna-se imperativo investigar mais de perto como a emergência desse valor e sua apropriação diversa pelas empresas transformou suas ações e suas concepções de controle em relação ao mercado e ao ambiente. Um dos mais latentes reflexos desta preocupação pode ser verificado nos relatórios de sustentabilidade que algumas empresas têm produzido, juntamente aos seus *stakeholders*³¹, e publicado anualmente. Historicamente, este tipo de comunicação empresarial restringia-se aos acionistas por meio de demonstrativos financeiros. Porém, no final da década de 1970, surgem os primeiros balanços sociais, ainda voltados principalmente para o público interno, tratando de condições de trabalho e emprego. Nas décadas seguintes, os modelos de balanço social passam a enfatizar consumidores, clientes e comunidades próximas. Com o desenvolvimento da concepção de partes interessadas (*stakeholders*), passam a abranger diversos segmentos da sociedade e realizar auditorias externas em suas publicações. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) lançou, em 1997, uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social, propondo um modelo simplificado de autoavaliação das práticas das organizações, que posteriormente tornou-se os modelos de balanços sociais também voltados para o público externo (ETHOS, 2007). Embora os critérios ambientais já figurassem nestes balanços sociais, estavam longe de possuir a relevância que adquiriram atualmente.

Atualmente existe um novo padrão de diretrizes elaborado por uma organização internacional, *Global Reporting Initiative* (GRI), e representa não apenas a formalização de princípios orientadores voltados para metas globais de sustentabilidade, mas uma importante

³¹ Em uma definição ampla *Stakeholder* pode ser “qualquer grupo ou indivíduo capaz de influir ou ser influenciado pela consecução dos objetivos da organização” (FREEMAN, 1984, p. 46).

mudança em relação aos antigos relatórios financeiros, voltados exclusivamente para os acionistas e gestores. Além de apresentarem indicadores vinculados a outros aspectos não estritamente econômicos, tais como promoção de programas sociais, tratamento de resíduos e emissões de gases de efeito estufa, representariam uma concepção mais participativa e inclusiva das metas empresariais, uma vez que pressupõe uma série de consultas às diversas partes interessadas da atividade econômica (comunidade, ONG's, trabalhadores, universidades, e governos).

Porém, estes esforços empresariais em desenvolverem produtos, processos e gestões mais eco amigáveis, não necessariamente problematizam a possibilidade de apropriação deste discurso de modernização ecológica da produção e da gestão (MOL, 2002), em proveito da manutenção do paradigma de crescimento industrial anterior. Pelo contrário, segundo os autores mais críticos (RIST, 2008), reconfigurações constantes no discurso sobre desenvolvimento fazem parte de sua lógica contraditória. Contudo, é preciso lembrar que essas reconfigurações não ocorrem somente sobre bases discursivas, mas vinculam-se a transformações e desequilíbrios no substrato natural, oriundos da atividade humana. Tendo isso em vista, deve-se atentar para os limites do discurso proposto, com base nos sentidos propostos e critérios utilizados, mas sem descurar das condições objetivas postas pelos problemas ambientais.

Contudo, isso não significa que a sustentabilidade seja necessariamente um ideal não contraditório ao crescimento econômico e aos pressupostos do modo de produção capitalista. Como um valor que orienta as condutas dos agentes, seu sentido político envolve uma relação mais harmônica com o ambiente em vista as consequências futuras. Por sua vez, como conjunto de convenções ou direitos legítimos, sua orientação envolve critérios específicos que pautam a ação mutuamente referida dos agentes, e a observância desses critérios determina o caráter sustentável da ação. Porém, devido à mencionada complexidade da questão ambiental, esses critérios são alvo de disputa por diferentes grupos sociais interessados. Como no caso do mercado do plástico brasileiro e da distribuição gratuita de sacola plástica por estabelecimentos comerciais, tratados na seção seguinte.

2.3 O MERCADO E A REDE PRODUTIVA DO PLÁSTICO VERDE

O mercado do plástico é um caso emblemático da polissemia da noção de sustentabilidade, pois seu uso é amplamente defendido e criticado em nome do sustentável, porém, com base em critérios diferentes. A defesa repousa sobre sua durabilidade, leveza e

neutralidade, sua utilização representa uma economia de espaço e peso, gerando ganhos de eficiência em transporte e armazenagem. Além de ser um produto passível de ser reciclado e reutilizado inúmeras vezes, é um produto inerte, que não reage com ambiente, degradando-o. Já seus críticos baseiam-se no consumo abusivo e na sua destinação incorreta, gerando montanhas de lixo que se depositam nos bueiros, arroios e rios e obstruem o escoamento da água. Ademais, sua durabilidade é por vezes considerada negativa, pois, mal destinado o plástico levaria várias gerações para se degradar completamente no ambiente. Deve-se ter em mente que existe grande variedade de derivados plásticos, com diferentes finalidades, que possuem diferentes propriedades e capacidades de reciclagem. Todavia, as mencionadas críticas e defesas valem para a grande maioria dos produtos plásticos.

Apesar de intimamente vinculada à indústria petroquímica e à indústria petroleira, pois sua principal matéria-prima (nafta) deriva do petróleo, a questão do plástico no ambiente tende a destacar-se por esses aspectos relacionados ao consumo e a sua destinação inapropriada. Diversas ONGs ambientalistas consideram sua concepção descartável e sua acumulação a principal causa de alagamentos e intoxicação de animais, sendo a garrafa PET e a sacola plástica de supermercados apontadas como as principais vilãs. O impacto do plástico na natureza ganhou ainda mais notoriedade quando foram descobertos vórtex de lixo nos oceanos, formados, em sua imensa maioria, por microresíduos plásticos flutuantes. Um dos maiores, no Norte do Oceano Pacífico³², se estende por cerca 700 mil km². Esse tipo de fenômeno de proporções globais, além das grandes quantidades de lixo plástico que se recolhe anualmente nas regiões costeiras, representa não apenas o plástico como um produto perverso, mas uma cultura irresponsável do consumo. Logo, a crítica ambientalista e as campanhas decorrentes tendem a voltar-se para a redução do consumo de plástico e para a necessidade de destiná-lo corretamente.

No Brasil, um dos temas expoentes nesse debate é o uso de sacolas plásticas para acomodação de produtos nos estabelecimentos comerciais. No ano de 2007, o município de Santos-SP aprovou uma lei banindo a distribuição das sacolas de plástico em supermercados, porém a lei foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Após isso, outros municípios do Estado tiveram leis semelhantes suspensas. Em 2011 o município de São Paulo promulgou a lei 15.374³³, que proibia a distribuição gratuita e a venda de sacolas

³² Esse vórtex seria formado por correntes marítimas que formam um giro de baixa velocidade e concentram pequenas partículas plásticas. Disponível em: www.greenpeace.org/international/en/campaigns/oceans/fit-for-the-future/pollution/trash-vortex/ (acesso em: 16/12/2014).

³³ Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=19052011L%20153740000 (acesso em: 14/12/2014).

plásticas nos estabelecimentos comerciais do município, contudo, como a lei não havia sido regulamentada pela Prefeitura não tinha como ser aplicada. No ano seguinte, a Associação Paulista de Supermercados (APAS) e o Ministério Público Estadual firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que proibiu temporariamente a distribuição gratuita de sacolas plásticas nos supermercados. Contudo, esse TAC foi suspenso mediante uma elaborada defesa dos benefícios do plástico, focada nas possibilidades de reciclagem, e do código do consumidor, que supostamente passaria a ser onerado com os custos desta mudança. Recentemente, numa nova virada, o Tribunal de Justiça do Estado considerou a lei constitucional, e aguarda a regulamentação da Prefeitura que pretende padronizar as sacolas junto ao programa de tratamento coleta e tratamento de resíduos secos³⁴.

No caso em questão, é inegável a presença de outros interesses monetários em jogo. O banimento de sacolas plásticas representaria uma significativa economia para as redes de supermercados dos municípios. Contudo, trata-se de uma tentativa política de mobilizar os valores sustentáveis de maneira a transformar as regras do mercado a favor de um grupo específico. Ou seja, valer-se da legitimidade do valor sustentabilidade para promover mudanças nas leis que regulamentam o mercado.

Outra legislação recente que impactou sobre o mercado do plástico é a Lei 5502/09, sancionada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, lei que tem como meta desestimular o uso das sacolas plásticas nos supermercados mediante compensação monetária. A cada cinco itens comprados sem utilizar sacolas plásticas o consumidor tem direito a um desconto de R\$ 0,03 sobre suas compras³⁵. Trata-se da mesma questão do uso excessivo de sacolas plásticas, segundo a mesma máxima da necessidade de reduzir os impactos da atividade humana no ambiente a fim de preservá-lo, porém, volta-se diretamente para os estabelecimentos comerciais.

Diante dessas críticas, as indústrias plásticas têm promovido, mediante suas associações e sindicatos, campanhas voltadas para a qualidade das sacolas plásticas e seu consumo responsável³⁶. Seus principais argumentos defendem a padronização e certificação das sacolas plásticas, sua reutilização para diferentes finalidades e a redução de seu consumo. Outro argumento mobilizado é o impacto no custo mensal das famílias com a compra de

³⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/haddad-libera-sacolinha-plastica-padronizada-em-supermercados.html> (acesso em: 14/12/2014).

³⁵ Disponível em: <http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/818312/lei-5502-09> (acesso em :14/12/2014)

³⁶ A Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plástica (ABIEF), o Instituto Nacional do Plástico (INP) e o Instituto Socioambiental dos Plásticos (Plastivida) promoveram recentemente (2007) o Programa Qualidade e Consumo Responsável de Sacolas Plásticas.

embalagens para transporte das compras e descarte de lixo³⁷, caso sua distribuição seja proibida.

Paralelamente a essa disputa específica, as associações das indústrias plásticas e químicas defendem em outras frentes, por meio de programas voltados para o pós-consumo, o uso dos plásticos em geral. Campanhas publicitárias sobre coleta e separação de resíduos plásticos, distribuição de coletores seletivos, uso de simbologia apropriada e peças publicitárias ressaltando as contribuições do plástico para a qualidade de vida, são as formas encontradas por esses setores empresariais para frear as críticas ambientais e o avanço de produtos alternativos no mercado. Tais como vidro, rafia, algodão e embalagens biodegradáveis.

Foi nesse contexto de contestação e disputa em torno da sustentabilidade que a empresa petroquímica, recentemente tornada química, Braskem S.A., desenvolveu um polietileno derivado do etanol, cujas propriedades materiais são idênticas e os custos de produção similares ao polietileno comum, derivado do petróleo. Comercialmente chamado de plástico verde, essa inovação apresenta a vantagem de ser produzida a partir de matéria-prima de fonte renovável, o etanol utilizado para sua produção é derivado da cana-de-açúcar. Anunciado e certificado em junho de 2007, o plástico verde é uma inovação voltada para os valores sustentáveis, uma vez que não apenas representa uma alternativa ao petróleo, matéria-prima finita e poluidora de primeira grandeza, mas também promove a redução de emissões de gases do efeito estufa durante o período de cultivo da cana-de-açúcar (etapa do processo em que seriam capturadas e fixadas toneladas de CO₂)³⁸. Portanto, trata-se de uma inovação que concentra em si a vantagem de atender às duas principais orientações da sustentabilidade, a finitude dos recursos e a necessidade de gerir nossos impactos no ambiente.

Em termos técnicos o plástico verde pode ser considerado um biopolímero, polímeros parcialmente ou totalmente produzidos a partir de materiais naturais renováveis. Porém, diferente dos outros biopolímeros, não é biodegradável, possui as mesmas propriedades materiais dos polímeros convencionais. Aspecto que contribui para a redução da emissão de gases do efeito estufa, uma vez que capturado e fixado o CO₂ não voltaria mais para atmosfera como acontece com os biodegradáveis (BRITO *et al*, 2011). Contudo, há também, nessa proposta, algumas importantes controvérsias. A primeira delas, em relação aos biodegradáveis, diz respeito às vantagens de um produto que não se degrada face aos montes de lixo que se acumulam nos aterros sanitários do país. E a segunda, em comparação ao

³⁷ Disponível em: http://www.plastivida.org.br/2009/Releases_086.aspx (acesso em: 16/12/2014).

³⁸ Segundo estudos de Análise do Ciclo de Vida, realizados pela empresa E4tech, contratados pela Braskem.

plástico convencional, questiona o uso da cana-de-açúcar para a produção de etanol, uma monocultura intensiva e extensiva, que tem como consequência a expansão da área de plantio do uso de água, fertilizantes e agrotóxicos. Essas questões são parcialmente abordadas pela Braskem em seus relatórios de sustentabilidade e contornadas por meio de práticas como o estabelecimento de um código de condutas para fornecedores de etanol e campanhas de pós-consumo. Porém, em última instância sobrepõe-se a essas questões os parâmetros de emissão de gases de efeito estufa devido a sua posição atual na hierarquia dos riscos (vide convenções de mudança do clima e protocolo de Quioto). E nesse sentido o plástico verde apresenta-se como uma das alternativas mais plausíveis.

Percebe-se nesse caso a relevância da dualidade da relação entre sociedade e natureza para apreensão da dinâmica. As condições objetivas do substrato natural, que condicionam e capacitam a ação humana, são transformadas por essa mesma ação (despejo de lixo plástico nos oceanos, emissão de CO₂ na atmosfera), a percepção sobre as consequências dessas ações são construídas socialmente por meio de técnicas e conhecimentos científicos (imagens de satélite, modelos computacionais). Esses possibilitam que a ação seja modificada a fim de alterar essas consequências (reduzir as emissões, trocar o plástico das embalagens por outro material), porém, devido ao imenso número de variáveis envolvidas nesse sistema, algumas contraditórias entre si, e a sua característica aberta, não há garantias que os efeitos sejam os esperados. Ou seja, os aspectos imponderáveis envolvidos *podem* concorrer para transformar as condições materiais de uma maneira impremeditada, condicionando e capacitando a ação novamente.

No mencionado caso das sacolas plásticas, encontra-se em questão qual das consequências deve ser evitada. Não há, a princípio, uma contradição necessária entre elas, pode-se gerar menos emissões e evitar o despejo de lixo plástico no oceano simultaneamente. Porém a forma como são percebidas essas consequências e propostas as soluções, é perpassada por interesses econômicos opostos. Contudo, o fato de um interesse prevalecer sobre o outro e afetar a decisão sobre a reformulação da conduta, não depende apenas da força política ou econômica de um setor, mas das formulações científicas sobre as condições naturais e de sua posição na hierarquia dos riscos, revelando assim a intrincada conexão entre natureza, sociedade e economia.

Segundo estudos de Análise de Ciclo de Vida (ACV)³⁹ contratos pela empresa, cada 1

³⁹ Ferramenta de gerenciamento para avaliar aspectos ambientais e os impactos potenciais ao longo da vida de um produto, isto é, do “berço ao túmulo, desde a aquisição da matéria-prima, passando por produção, uso e disposição final” (BARBOSA JÚNIOR et al, 2008).

kg de plástico verde gerado corresponde a 2,5 kg de CO₂ equivalente⁴⁰ evitados, em comparação com o polietileno convencional. Ou seja, quando comparado com o plástico convencional, além de ser derivado de fonte renovável, o plástico verde contribuiria para a redução de emissões de gases do efeito estufa. Vantagem que torna o produto comercialmente atrativo para clientes que compartilham dos parâmetros de sustentabilidade, interessados em melhorar seus indicadores, ou sua imagem junto ao público, apesar do preço relativamente mais alto do produto.

Não há uma divulgação oficial de todas as empresas que utilizam o plástico verde em seus produtos, até mesmo porque alguns contratos não são contínuos. Porém, estima-se, com base na coleta de informações, cerca de 40 empresas que já utilizaram o produto em alguma de suas linhas, ou produziram embalagens para esses produtos, conforme quadro abaixo. Essas empresas são muito variadas em seu escopo, vão desde empresas voltadas para o cuidado pessoal e doméstico, passando por alimentos e bebidas, até empresas voltadas para o mercado automotivo. Suas dimensões e conexões também variam, há pequenas empresas com conexões exclusivamente locais e grandes multinacionais globalizadas.

Quadro 1 – Empresas que utilizaram o plástico verde.

BASF	L'Occitane	Adimax Pet
Natura	Nomacorc	Tetrapack
Johnson & Johnson	Mario Salomé	Global Pack
Kimberly-Clark	Luvex	Embalixo
Tigre	Surya Brasil	Lanxess
Panvel	Plásticos Zandei	FKUR
Zaffari	Kosé Cosmeport	Piramidal
Unisold	Shisheido	Papier Mettler
Faber Castell	Kao	Toyota
Danone	Aveda	Mcain
Electrolux	Procter & Gamble	Nestlé
Pilecco Nobre	MSA	Coca-Cola

Fonte: Elaborado com base nas informações presentes nos relatórios e site da Braskem.

Uma diferença estrutural importante para compreensão do processo produtivo diz respeito a sua posição na cadeia produtiva. Logo, convém situá-las junto a sua posição na cadeia produtiva para melhor compreender esse processo, conforme a Figura 1. Contudo, convém ressaltar que a noção aqui adotada, de organização em rede, devido a sua flexibilidade e abrangência para dar conta de outros fluxos além dos produtos, é crucial para compreender outras importantes dinâmicas envolvidas. Isso pode ser afirmado, pois, como

⁴⁰ Quantidade de gases de efeito estufa (GEEs) em termos equivalentes a quantidade de dióxido de carbono (CO₂).

será verificado posteriormente, não se trata uma hierarquia linear entre empresas que processualmente agregam valor a um produto, mas um conjunto de empresas organizadas em rede de relações que estendem-se além do processo produtivo. Ou seja, uma rede que envolve empresas de consultoria, de pesquisa, certificadoras, distribuidoras, fornecedoras, produtoras e consumidoras, em que algumas destas desempenham um papel central na elaboração e difusão de práticas voltadas para a sustentabilidade.

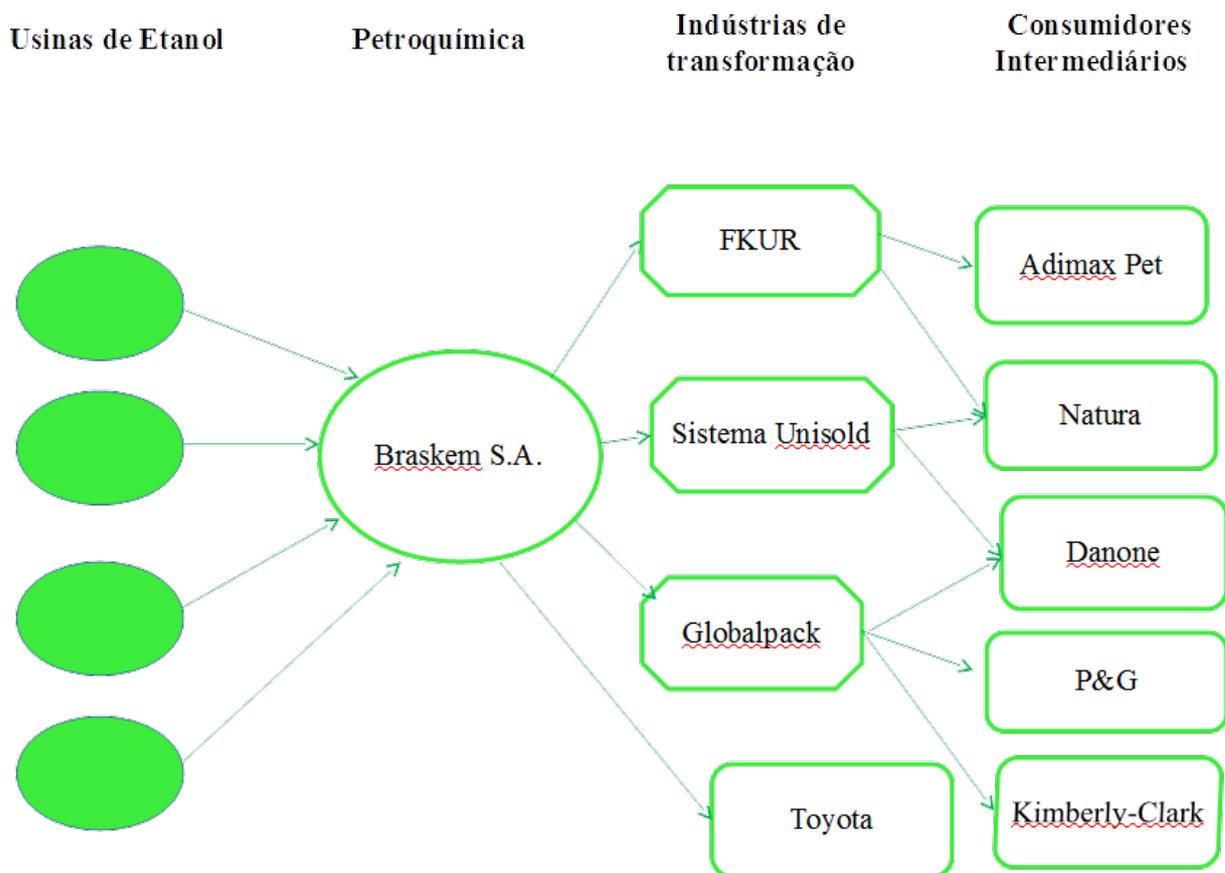


Figura 1. Estrutura Produtiva da Rede do Plástico Verde

Fonte: Elaborada pelo autor.

A primeira etapa do processo é plantio da cana-de-açúcar que posteriormente será moída, fermentada e destilada nas usinas de etanol. É nessa primeira etapa que cana-de-açúcar metaboliza e fixa o CO₂ da atmosfera para produzir sacarose. Após, o caldo de cana é destilado para produzir o etanol que será desidratado na petroquímica e transformado em eteno. Os fornecedores de etanol devem estar em conformidade com o código de conduta que postula uma série de boas práticas vinculadas à realização de queimadas, preservação da biodiversidade, práticas ambientais, observância de leis trabalhistas e direitos humanos e

fornecimento de informações para realização de análises de ciclo de vida (BRASKEM, 2011). O eteno então é transformado em polietileno pela planta industrial, instalada no município de Triunfo-RS, na forma de pequenos grânulos sólidos que são vendidos e distribuídos as indústrias de transformação que transformam esse polietileno em sacarias, filmes, embalagens, componentes automotivos, brinquedos, peças e outros produtos. Aqui cabe destacar que nessa etapa já não há nenhuma alteração produtiva necessária, pois as propriedades materiais são as mesmas do plástico convencional, o máximo que é realizado são misturas com polietileno convencional. Todavia, nessa etapa também há preocupações em torno das práticas realizadas. A Braskem desenvolveu um código de normas para utilização do seu selo *i'green*, selo que atesta a origem renovável do produto e seu percentual. Estes só podem utilizar o selo caso possuam mais de 51% de fonte renovável na sua composição, informada e comprovada por análise de laboratório, mediante um método de carbono específico (Método ASTM D6866 realizado pelo laboratório americano Beta Analytic). A última etapa consiste nos consumidores intermediários, empresas que aderiram ao plástico verde na composição das embalagens dos seus produtos, partes deles ou consumidores de sacaria como supermercados.

Essas características são importantes para perceber o fluxo do processo produtivo e suas diferenças em relação ao plástico convencional. Entretanto, os mecanismos de controle e de difusão de práticas mencionados não são exclusividades da Braskem. Essa possui um papel central na rede, devido a sua posição na estrutura, porém as práticas de sustentabilidade e os modos de organização das empresas vão além do plástico verde. Ou seja, o fluxo de informação e de poder da rede não depende da estrutura produtiva. Possibilitando assim, como será visto no capítulo seguinte, a elaboração de diferentes estratégias de negócio vinculadas a noção de sustentabilidade, mais ou menos complexas.

Contudo, uma vez que o plástico verde possui as mesmas características do polietileno comum, as empresas que optaram por utilizá-lo em suas embalagens não possuem nenhuma necessidade de alterar seus processos produtivos. Porém, o fato de optarem por um produto com valor mais elevado, mas vinculado a uma proposta de sustentabilidade, indica uma aderência destas empresas a este valor. Estas mudanças, contudo, não são gratuitas, algumas das empresas que participam da rede produtiva do plástico verde encontram-se pressionadas por valores e padrões de qualidade do mercado internacional, porém, conforme demonstrado anteriormente, a legislação nacional também tem evoluído em direção ao fortalecimento dos padrões de proteção ambiental, obrigando as empresas a adequarem-se e investirem em proteção ambiental. Somado a isto, fatores como a crescente procura e preocupação de

consumidores por produtos com menor potencial agressivo ao ambiente, também têm influenciado na elaboração de práticas e discursos ambientalmente responsáveis nas empresas, sendo o plástico verde uma destas.

Portanto, na rede produtiva em questão, a adesão a uma inovação voltada para a sustentabilidade aponta para a crescente relevância dos valores sustentáveis na produção industrial. Convém agora analisar como estes valores são concebidos e postos em prática por essas empresas, e de que maneira esta utilização lida com as possíveis contradições mencionadas. Para isso, o próximo capítulo dedica-se a investigação desta transformação ao longo das últimas décadas, por intermédio da análise de documentos publicados e disponibilizados pelas próprias empresas e com o apoio de entrevistas realizadas junto a gestores e representantes das empresas integrantes da rede produtiva do plástico verde.

3 SUSTENTABILIDADE E A REDE DO PLÁSTICO VERDE

O presente capítulo versa sobre as transformações na ação socioeconômica das empresas da rede produtiva do plástico verde, em razão do processo de legitimação da sustentabilidade e de sua institucionalização no contexto produtivo. Para tanto, apresentam-se considerações que buscam analisar a relação entre a questão ambiental em termos da recente difusão da concepção de sustentabilidade e as reorientações nas condutas dos agentes econômicos. Neste sentido, o capítulo divide-se em duas seções que expõe a investigação dessa dinâmica a partir de duas perspectivas metodológicas complementares.

Na primeira seção, são apresentados os resultados do primeiro plano de análise, em que foram investigados os diferentes tipos de documentos de comunicação publicados por seis empresas integrantes da rede produtiva do plástico verde, selecionadas com a finalidade de captar o processo de institucionalização da sustentabilidade na gestão empresarial ao longo do tempo. Na segunda seção são explorados os resultados da análise das entrevistas realizadas junto aos representantes de outras sete empresas selecionadas. Essas entrevistas buscaram apreender as concepções de sustentabilidade, formuladas pelas empresas integrantes da rede produtiva do plástico verde, assim como suas transformações nas dimensões produtivas e organizacionais e na relação com as demandas sociais. Em ambos os planos de análise, os dados e as interpretações são apresentados à luz dos argumentos e formulações teóricas selecionados e contextos sociais apresentados nos capítulos anteriores.

3.1 DO BALANÇO FINANCEIRO AO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A rede de produção do plástico verde constitui-se de um grande número de empresas, incluindo fornecedores, servidores, parceiros, empresas de consultoria, certificadoras e de assessoria⁴¹. Contudo, para a análise da institucionalização expressa nos relatórios, foram selecionadas seis empresas que participam da rede produtiva do plástico verde e que elaboraram, nas últimas décadas, documentos pautados por este ideal de relação ética e transparente com os públicos com que a empresa se relaciona (balanços, relatórios anuais, formulários) e que, mais recentemente, estabeleceram metas que visam à compatibilidade com o desenvolvimento sustentável. São elas: a empresa petroquímica inventora e detentora da patente do produto (Braskem), e cinco empresas consumidoras que aderiram ao plástico verde

⁴¹ O conceito de organização de empresas em rede estende a participação na rede às diversas empresas que de alguma forma contribuem para atividade produtiva e comercial, sejam elas empresas que prestam serviços terceirizados, fornecedores, exportadores, parceiros, ou clientes.

para a confecção de seus produtos, ou embalagens para seus produtos (Toyota, P&G, Natura, Kimberly-Clark, e Danone). Todas as empresas selecionadas para análise são grandes empresas com origem e atuação em diversos países, de capital aberto e com ações negociadas nas principais bolsas, suas áreas de atividade vão desde o setor automotivo, produtos higiene pessoal, cosméticos até alimentos, e envolvem diversas linhas de produtos.

Essa análise dos relatórios teve por propósito identificar o papel da questão ambiental e da sustentabilidade nesse tipo de comunicação empresarial, sua configuração e crescente relevância ao longo dos anos. Para fins comparativos, foram analisados relatórios, balanços e informes publicados pelas empresas selecionadas ao longo dos últimos 20 anos. Os documentos investigados foram publicados pelas empresas e disponibilizados eletronicamente nos seus sites, ou nos sites das bolsas de valores em que negociam suas ações, para mais detalhes sobre essas fontes ver Apêndice C. Com a finalidade de abranger a grande maioria dos documentos publicados nesse período de tempo, foi realizada uma análise de conteúdo categorial em que a unidade de registro é o próprio documento (BARDIN, 2011). Portanto, com apoio da literatura sobre responsabilidade empresarial e comunicação corporativa (BALDISERA, 2013; HOFFMAN, 2000; SOUZA, 2004), os relatórios foram classificados nas seguintes categorias: *Balanço Financeiro*, *Relatório Administrativo*, *Balanço Social* e *Relatório de Sustentabilidade*, conforme quadro abaixo.

Quadro 2 – Documentos por categoria e critérios.

Categorias / Critérios	Finalidade	Público-Alvo	Enfoque	Perspectiva sob o Ambiente	Indicadores
Balanço Financeiro	Fiscal	Estado	Transparência Financeira	Nula	Financeiros
Relatório Administrativo	Acompanhamento do Capital Financeiro e Humano	Acionistas	Desempenho Econômico; Condições de Trabalho	Restrita	Econômicos
Balanço Social	Prestação de Contas às Partes Interessadas	Acionistas, Funcionários, Fomecedores, Clientes, Comunidades Próximas, Estado, ONGs	Responsabilidade Social e Ambiental	Externa e Compensatória	Econômicos, Sociais, Ambientais
Relatório de Sustentabilidade	Divulgar e Legitimar a Atividade Empresarial	Acionistas, Funcionários, Fomecedores, Clientes, Comunidades Próximas, Estado, ONGs.	Desenvolvimento Sustentável	Interna ao Negócio	Econômicos, Sociais, Ambientais, Híbridos

Fonte: Elaborada pelo autor.

Uma primeira análise dos documentos já indica uma mudança de enfoque. No final

dos anos 1990, as seis empresas investigadas publicaram declarações financeiras e relatórios periódicos obrigatórios com informações fiscais e financeiras de suas atividades no período, em razão da sua participação em bolsas de valores internacionais. No caso das empresas que integram a bolsa de valores de Nova Iorque (NYSE), trata-se de formulários padronizados, anuais e trimestrais, exigidos pela *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) a fim de evitar fraudes e uso privilegiado de informações. De forma similar, ocorre com as empresas com ações na bolsa de valores de São Paulo (BM&F Bovespa) e as exigências da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ou seja, *balanços financeiros* voltados para a divulgação de informações sobre fluxo de capitais para acionistas e órgãos de fiscalização. Paralelamente a esses documentos, algumas das empresas investigadas divulgaram *relatórios administrativos*, documentos sem caráter obrigatório, voltados diretamente para acionistas e para a performance econômica da empresa (aquisições, fusões, investimentos, lucros, recursos humanos). Em meados dos anos 2000, as empresas passam a divulgar *balanços sociais*, contendo relatórios com mais informação sobre a atividade empresarial, para além de seu desempenho econômico. Contudo, mais recentemente, passaram a publicar *relatórios anuais de sustentabilidade*, muitas vezes em paralelo com os relatórios de administração e balanços financeiros, outras substituindo os balanços sociais. Esse último tipo de relatório diferencia-se dos outros, principalmente, por abordar a relação com o ambiente, sobre a perspectiva particular da sustentabilidade.

Quadro 3 – Período de publicação de tipos de documentos por empresa.

Empresa / Documento	Balanço Financeiro	Relatório Administrativo	Balanço Social	Relatório de Sustentabilidade
Braskem	2001 – 2013	1998 – 2013	1999 – 2005	2006 – 2013
Natura	2003 – 2013	2001	-	2002 – 2013
Kimberly-Clark	1994 – 2013	1999 – 2013	-	2004 – 2013
Danone	1999 – 2013	-	1998 – 2013	2006 – 2013
P&G	1994 – 2013	1999 – 2013	-	1999 – 2013
Toyota	2001 – 2013	1995 – 2013	2005 – 2011	1999 – 2013

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos divulgados no período.⁴²

O quadro acima ilustra a adesão das empresas aos diferentes tipos de comunicação no período mencionado. A partir dele pode-se inferir que não há uma necessária exclusão mútua entre os documentos, esses podem ser publicados de maneira conjunta pelas empresas, com

⁴² Para fins de pesquisa foram utilizados apenas os documentos divulgados e disponibilizados em formato eletrônico pelas próprias empresas em seus sítios na internet, nos portais das bolsas de valores em que negociam ações, e nos bancos de dados da CVM e da SEC.

diferentes finalidades e diferentes públicos. Pode-se também perceber que há uma relevante adesão aos relatórios de sustentabilidade nos últimos anos, sugerindo a expansão do espaço destinado aos problemas ambientais pelas empresas neste tipo de documento e indicando a centralidade da noção de sustentabilidade no tratamento da questão. O fato dessas empresas aderirem ao uso do plástico verde nos seus produtos reforça a relevância da problemática ambiental e da sustentabilidade nas suas gestões⁴³, pois implica a utilização de um produto com as mesmas propriedades materiais que o plástico convencional e com um custo relativamente maior, mas que se encontra em consonância com os critérios de sustentabilidade e proporciona uma redução nas suas emissões de gases do efeito estufa.

Outra inferência com base no quadro acima se refere à crescente exposição dos negócios privados a formas variadas de julgamento público (ABRAMOVAY, 2012). Se comparados aos padrões de prestação de contas de contextos históricos anteriores, exclusivamente de caráter fiscal e oficial, os variados documentos atuais representam não apenas uma expansão dos temas sob juízo, como a responsabilidade social e ambiental, mas também do público que julga. Esse movimento sugere uma crescente preocupação das organizações empresariais em comunicar e legitimar suas atividades junto a diversos grupos sociais (Estado, acionistas, comunidade, clientes).

Ademais, a publicação desses relatórios de sustentabilidade implica numa padronização dos documentos na sua abordagem sobre os problemas ambientais. Isso, pois, com exceção dos formulários legais dos balanços financeiros⁴⁴, não havia um padrão obrigatório para confecção desse tipo de documento. Contudo, recentemente as organizações têm aderido a um padrão internacional para elaboração de seus relatórios de sustentabilidade, o *Global Report Initiative* (GRI). A adesão a este padrão internacional, por cinco das seis empresas investigadas (Braskem, Natura, P&G, Kimberly-Clark e Danone), demonstra a relevância da sustentabilidade enquanto um valor emergente na orientação da conduta dessas organizações empresariais, mas também revela a importância da adesão a um padrão capaz de tornar suas práticas reconhecidas internacionalmente. Face a crescente legitimação da sustentabilidade e a possibilidade de contestação social oriundo das pressões ambientais, as empresas aderiram a critérios e parâmetros, formalmente padronizados e reconhecidos, a fim de coordenar suas ações e fortalecer suas posições no mercado. Essa adesão pode ser

⁴³ A ideia de gestão ambiental encontra-se intimamente vinculada à noção de sustentabilidade empresarial, isso pois expressa a lógica instrumental de manejo racional do ambiente. Traduzida em expressões citadas aqui, como “recursos naturais”, “impacto ambiental”, “pegada ambiental” e “manejo dos recursos”.

⁴⁴ Existem formulários padrão para esse tipo de comunicação e fiscalização, tais como as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), Informações Trimestrais (ITR), Informações Anuais (IAN), no Brasil; e os Securities and Exchange Commission (SEC) filing, 10-K, 10-Q e 20-F, nos E.U.A.

interpretada como a institucionalização de convenções e práticas sustentáveis no interior da esfera econômica, ou como sugere Fligstein (2001), como novas concepções de controle sobre o funcionamento e a estruturação do mercado.

Outro aspecto que sugere a crescente relevância da noção sustentabilidade para as empresas, pode ser percebido mediante a observação da expressiva expansão da frequência de termos como sustentabilidade e seus correlatos nos relatórios ao longo dos anos⁴⁵, principalmente em função da difusão do desenvolvimento sustentável. Uma expressão disso é o predomínio de termos como ambiente e responsabilidade ambiental para referir-se à relação com a natureza, nos documentos de tipo *balanço social*, em oposição ao atual e amplo uso dos adjetivos sustentáveis nos *relatórios de sustentabilidade*. No entanto, para melhor explorar a transformação da atitude empresarial diante da complexificação da questão ambiental, expressa nos documentos, foi considerada não apenas a frequência dos termos utilizados, mas a maneira com que as empresas abordam o ambiente por meio destes documentos.

Apesar da dimensão essencialmente discursiva dos documentos, esses encontram-se submetidos a organizações externas verificadoras e a padrões internacionais de confecção dos relatórios, tais como o GRI e empresas de auditoria independente. Contudo, estes são concebidos como uma ferramenta de comunicação com os diversos públicos interessados, e como tal expressam os valores, as condutas, o desempenho e as ações realizadas pelas empresas, naquele ano, em diferentes esferas de atuação. Portanto, a análise diacrônica destes documentos justifica-se pelo fato de expressarem uma alteração na forma como essas organizações relacionam-se com as demandas de públicos não exclusivamente ligados aos seus desempenhos econômicos. No caso em questão, interessa-se, mais especificamente, pelo crescente espaço reservado as demandas vinculadas ao ambiente nesses documentos.

Conforme demonstrado acima (Quadro 2), os critérios utilizados para categorizar os tipos de documentos foram: finalidade; público-alvo; enfoque; perspectiva sobre o ambiente; e indicadores. Esses critérios constituem categorias que, como todo tipo ideal, não comportam toda a realidade e suas múltiplas variações. Durante a análise foram encontrados documentos que fugiam ao enquadramento proposto pela organização dos critérios. Alguns documentos, por exemplo, possuíam características que os aproximavam de mais de uma categoria, documentos voltados para acionistas, mas com indicadores sociais e ambientais. Porém, uma vez que o objetivo da análise era fornecer um quadro capaz de demonstrar a permeabilidade

⁴⁵ Foi verificado em um estudo prévio (WOLFFENBUTTEL, 2014) que a frequência do termo sustentabilidade e seus correlatos cresceu consideravelmente nos relatórios investigados. Em alguns casos passou de 0,02% para 0,24% de cobertura do documento, mais precisamente de 5 para 91 referências, num período de dez anos.

das organizações empresariais aos valores e demandas sociais ao longo do tempo, as categorias formuladas abrangeram a grande maioria dos documentos e auxiliaram na compreensão das diferentes concepções desses e de seus papéis na relação com as pressões sociais.

Os *balanços financeiros*, publicados por todas as empresas investigadas devido ao seu caráter coercitivo, podem ser claramente identificados com uma lógica endógena ao mercado de capitais. Não autônoma, pois a própria instituição fiscalizadora e reguladora do Estado pressupõe sua imbricação no contexto social. Contudo, os agentes envolvidos nesta relação restringem-se ao papel coercitivo do Estado em regular a dinâmica interna dos agentes econômicos a fim de garantir a transparência das transações. As questões sobre o ambiente passam ao largo desses balanços financeiros. Focados principalmente em indicadores financeiros, bens de capital e informações acionárias das empresas, convertem grande parte das medidas de utilidade, bens e serviços à impessoalidade e ao formalismo do sistema de preços, aspectos que permitem aos investidores pautarem-se por esses critérios calculáveis de avaliação de desempenho por intermédio de uma racionalidade essencialmente formal.

Por sua vez, os *relatórios administrativos* diferem dos balanços financeiros por destinarem-se diretamente aos acionistas e não possuírem uma finalidade fiscal. Todavia, compartilham o enfoque sobre aspectos econômicos e a ênfase no desempenho empresarial, justificando-se enquanto um investimento seguro e lucrativo para acionistas. Esses documentos são utilizados pelas empresas para afirmar e divulgar seus valores, estratégias, compromissos e resultados, aspectos que atestam sua viabilidade como empreendimento econômico. Ou seja, fatores que inspirariam confiança nos acionistas na sua capacidade de crescer economicamente e gerar dividendos. Nestes documentos, as questões sobre ambiente raramente são abordadas e as ocorrências encontradas limitaram-se a mencionar a observância às legislações vigentes, ou afirmar seus compromissos no cumprimento dessas leis. Logo, assim como o balanço financeiro, trata-se de uma lógica centrada no econômico, de afirmação de sua relevância e robustez, justificada na sua capacidade de crescer e gerar lucro.

Entretanto, mesmo nesse tipo de documento, encontra-se alguns elementos que justificam a atividade empresarial por aspectos não estritamente econômicos. Esses tendem a aparecer na forma do desenvolvimento de produtos “essenciais” para a vida moderna, ou na geração de empregos de qualidade, promovendo a capacitação de profissionais e a qualidade de vida. Contudo, esses aspectos passam a ganhar destaque somente nos *balanços sociais*, onde a temática da responsabilidade empresarial ganha força junto aos aspectos econômicos e financeiros. Esses últimos mantêm seu papel fundamental no documento, porém não bastam

para justificar a atividade empresarial. Pois, segundo a lógica de Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas (CAPPELLIN; GIULIANI, 2006), o papel das empresas não se restringe à geração de lucros, essas devem estar atentas ao seu entorno e as possíveis externalidades geradas a partir de seus processos industriais, posicionando-se de forma responsável diante dos efeitos colaterais de sua atividade.

Este tipo de atitude pressupõe não apenas a responsabilização das empresas sobre esses possíveis aspectos nocivos de sua atividade, mas um posicionamento ativo frente às demandas e carências sociais. Uma das principais referências desse modelo de gestão é a noção de *Triple Bottom Line*, criado em 1994 pelo britânico John Elkington, fundador da ONG SustainAbility⁴⁶, e se pretende “economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto”. Esse modelo de sustentabilidade corporativa suportou as primeiras tentativas de conciliar os fundamentos do crescimento econômico com os valores sociais e ambientais. Segundo essa proposta, o pilar econômico engloba não apenas o capital físico e financeiro das empresas, mas também o capital humano e intelectual. Já o pilar ambiental baseia-se nos impactos gerados na natureza e na tentativa de minimizá-los a um patamar mais aceitável para o planeta. O pilar social diz respeito aos impactos das atividades empresariais na sociedade e nas comunidades próximas, envolvendo questões éticas, culturais e de melhoria da qualidade de vida.

Por conseguinte, o balanço social expressa uma lógica de gestão organizacional interessada em justificar sua atividade junto à opinião pública, por meio de atitudes e programas compensatórios, ou minimizadores, dos seus efeitos colaterais. Lógica essa que se vincula a perspectiva teórica da imersão do mercado e dos agentes econômicos em contextos sociais, pois essas práticas responsáveis, divulgadas nos balanços sociais, seriam uma forma de atenuar a tensão existente entre aquela racionalidade formal calculadora e a racionalidade material substantiva. Isto é, em face as pressões e críticas sociais, derivadas dessa discrepante “irracionalidade fundamental” (WEBER, 2009, p.70) entre estes dois tipos de racionalidade, essas empresas elaboram práticas e discursos de forma a mitigar os problemas substantivos oriundos de suas atividades e justificá-las.

Ademais, os balanços sociais tendem a contrapor-se a lógica autônoma do mercado ao flexibilizarem as fronteiras entre os interesses das comunidades e setores sociais e os interesses das empresas, pois, supostamente, levariam em consideração esses outros interesses na administração do seu negócio. Essa premissa orienta a lógica do capitalismo das partes interessadas, em que um dos aspectos centrais é a prestação de contas das atividades

⁴⁶ Noção que aparece pela primeira vez no livro de John Elkington, *Cannibals with Forks* de 1994.

corporativas a outros grupos sociais, além dos acionistas, afetados e interessados por essas operações empresariais. Logo, o público-alvo nesses documentos é muito mais abrangente do que nos relatórios anteriores. Essas comunicações são voltadas para grupos como funcionários, gestores, gerentes, proprietários, concorrentes, ONG's, clientes, fornecedores, Estado e sindicatos.

Nos balanços sociais investigados, o ambiente aparece como um dos elementos considerados pela atuação responsável. Em conformidade com a lógica dos pilares do tripé, esses aparecem de forma bem definida e segregada. Em alguns momentos, o pilar social e ambiental confundem-se, mas, em geral, mantêm-se predominantemente separados do pilar econômico. O pretendido equilíbrio entre os pilares ocorre por meio de maior controle sobre as externalidades geradas pela atividade econômica, sendo legitimado por certificações externas de boas práticas⁴⁷ e por condutas que visam a garantir a integridade dos outros pilares (como programas de capacitação profissional, projetos culturais, manutenção de áreas de preservação, projetos de voluntariado e programas de educação ambiental).

Em relação aos indicadores, os balanços sociais apresentam, além dos econômicos, indicadores sociais como taxa de frequência de acidentes, grau de instrução dos funcionários, treinamentos realizados, montantes gastos com os programas e número de pessoas beneficiadas por esses. Assim como alguns poucos indicadores vinculados aos programas ambientais. Tudo no interior da lógica de responsabilidade empresarial, que no caso da relação com o ambiente, propõe a manutenção do crescimento econômico *apesar* de respeitar esse pilar. Em outras palavras, aponta para a possibilidade de um crescimento responsável por meio de práticas que minimizem e compensem seus impactos sobre o ambiente, tais como a construção de estações de tratamento de efluentes, centros de reciclagem e parques de preservação ambiental.

Porém, os documentos mais recentes, categorizados aqui como *relatórios de sustentabilidade*, apresentam, além de uma significativa expansão dos temas referentes ao pilar ambiental, uma tendência à dissolução de suas fronteiras. Ou seja, os relatórios mais recentes, organizam-se de maneira mais imbricada. A sustentabilidade e o negócio confundem-se, não como elementos contraditórios e externos que devem ser controlados, tal como na relação entre os pilares econômico e ambiental, mas, por vezes, indistinguíveis entre si. Isto pode ser percebido, pois as seções que tratam sobre estes temas não se encontram mais separadas, mas frequentemente sobrepostas nos últimos relatórios, tal como em seções de *negócios e sustentabilidade* (Braskem) e *gestão da sustentabilidade* (Natura), ver quadro

⁴⁷ Normas Técnicas e Padrões Internacionais como os mencionados ISO 14001, OHSAS 18001 e ISO 26000.

abaixo. Nestes, a sustentabilidade aparece, hoje, como um aspecto central e indissociável da atividade econômica. Como um projeto em que os três aspectos do desenvolvimento (ambiental, econômico e social) atuam de forma “sinérgica” e não contraditória. Essa é uma diferença capital na concepção desse documento, a passagem de uma atitude responsável em relação ao ambiente, para a percepção da sustentabilidade como um elemento endógeno ao negócio, uma via para a inovação, afirmação e desenvolvimento da empresa.

Quadro 4 – Concepção de sustentabilidade endógena ao negócio.

Braskem (2012):

A linha de produtos Maxio foi lançada em outubro de 2012, inicialmente com 11 produtos de PP e EVA (copolímero de eteno e acetato de vinila), que apresentam melhor desempenho em suas aplicações, proporcionando aos clientes da cadeia do plástico ganhos como economia no consumo de energia, redução de peso e mais produtividade. Diversos testes foram realizados nas fábricas de clientes, com acompanhamento de outras empresas e do Instituto Mauá de Tecnologia para a validação de resultados. Melhorias nos impactos causados:

- eficiência energética e redução de custos, por causa do uso de temperatura mais baixa que a habitual no processamento da resina;
- eficiência energética, redução de custo e aumento de produtividade no processo de transformação, por causa das reduções nos ciclos das etapas;
- eficiência em materiais e redução de custos, por causa da redução no volume de matéria-prima utilizada.

Os benefícios são obtidos graças à evolução contínua das resinas, preservando ou melhorando propriedades mecânicas, químicas e óticas nos processos de transformação para produtos acabados de clientes. Em função dessas características, a família Maxio é, também, sinônimo de vantagens ambientais e está alinhada com a Visão 2020 da Braskem, de ser a líder mundial da química sustentável, tendo a inovação como um de seus pilares.

Natura (2012):

Nossa estratégia tem o desafio de tornar a sustentabilidade um dos principais vetores de inovação e geração de novos negócios por meio de soluções que criem valor compartilhado para toda a nossa rede de relações. Buscamos uma abordagem transversal em toda a organização com a inserção de diretrizes em todos os processos. O tema é hoje um componente relevante desde o planejamento da companhia, passa pela definição de indicadores e metas, embasa atividades de educação para os colaboradores e demais públicos de relacionamento, além de estar atrelado às análises de desempenho e remuneração de nossa liderança. Todo esse

processo é acompanhado pela alta gestão e comunicado periodicamente. Em um ciclo que evolui e se retroalimenta, nossa estratégia de sustentabilidade nasce do processo de relacionamento e engajamento com os nossos públicos, que nos ajudam a identificar os temas socioambientais mais relevantes frente às nossas escolhas para o negócio

Fonte: Relatórios de sustentabilidade Braskem (2012) e Natura (2012).

Não se trata mais de apenas exercer uma postura responsável diante das consequências de sua atividade, mas de aperfeiçoar seus processos a ponto de tornarem-se mais eficientes, consumindo menos matérias-primas e gerando menos perdas materiais, e promover novos mercados com base em produtos renováveis. A sustentabilidade passa a atuar como um vetor de inovação e escopo para a geração de novos negócios e soluções mais ecoeficientes. Lógica que se encontra em completa concordância com as máximas de manejo racional dos “recursos” finitos e redução dos impactos ao ambiente, em vista as condições futuras, que pautam a noção de sustentabilidade. Em outras palavras, as concepções de controle (conjunto de entendimentos sobre a estruturação e organização do mercado) destes agentes empresariais em relação ao ambiente, como um fator de instabilidade social, foram alteradas a ponto de estes aspectos ambientais serem completamente integrados às suas estratégias de gestão e sobrevivência empresarial.

Quadro 5 – Redução de emissões de gases do efeito estufa no ano de 2013 em relação ao ano de referência⁴⁸.

Empresa	Ano de Referência	Redução percentual de emissões de GEE	Metas
Braskem	2008	12,5%	17% em 2020
Natura	2007	33,2%	33% em 2013
P&G	2010	11%	20% em 2020
Toyota	2001	35%	34% em 2015
Danone	2007	37,4%	50% em 2020
Kimberly-Clark	2011	14,8%	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos relatórios de 2013.

Esse tipo de orientação aponta para um alongamento do escopo estratégico empresarial. Uma das principais críticas à racionalidade econômica utilitarista, reside no fato de operar considerando curtos períodos de tempo, pautado por retornos imediatos aos investimentos realizados. A sustentabilidade como estratégia empresarial envolveria períodos que extrapolam os períodos econômicos habituais (meses, anos, gestões), necessitando considerar períodos maiores que uma geração. Tal alongamento pode ser identificado pelos

⁴⁸ Redução percentual das emissões de gases do efeito estufa com base na relação t CO₂e/t produto.

objetivos das empresas nos relatórios de sustentabilidade: pautam-se não mais estritamente por critérios econômicos, mas se comprometem com metas substantivas que envolvem longos períodos de tempo, como o combate a mudança climática por intermédio da redução da emissão de gases do efeito estufa. Todas as empresas investigadas apresentaram, nos seus relatórios de sustentabilidade mais recentes, metas e resultados vinculados à mudança climática, conforme quadro acima.

Estes objetivos estariam vinculados aos mais recentes princípios e propósitos das empresas, voltados para termos como *soluções para uma vida mais sustentável* (Braskem) e *vida melhor* (Kimberly-Clark), que envolveriam ações e condutas muito mais abrangentes do que o simples desempenho econômico. Para fortalecer este tipo de posição, as empresas citam os prêmios e reconhecimentos externos conquistados que atestariam sua conduta sustentável (Guia Exame de Sustentabilidade), sua integração a carteiras financeiras sustentáveis, tais como Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e ICO₂ Índice de Carbono Eficiente, além dos diversos acordos e protocolos que são signatárias: Declaração Internacional da Produção mais Limpa do PNUMA, Pacto Global das Nações Unidas e Carta de compromissos Rio+20 (2012).

Todos estes parâmetros e reconhecimentos indicam uma clara mudança na agenda empresarial em direção à sustentabilidade como um valor importante para o negócio. Porém, não se pode sobrevalorizar essas metas e reconhecimentos, pois grande parte deles encontram-se no interior do circuito empresarial ou em fóruns onde estes possuem grande poder. Logo, percebe-se o papel de destaque dos próprios empresários na construção dos critérios de sustentabilidade, ou como sugere Sartore (2012, p.20), “eles constituem o polo dominante, ou seja, a versão sobre sustentabilidade criada por eles se tornou a linguagem comum” (sobre o evento da Rio+20). Isso não invalida os resultados indicados nesse tipo de iniciativa, mas aponta para seus limites em razão da lógica de validação endógena aos agentes do mercado.

Entretanto, em razão da adesão das empresas ao padrão internacional do GRI, alguns grupos sociais (partes interessadas) adquiriram maior espaço de influência na confecção dos relatórios. Pois, a própria elaboração do relatório passou a depender da participação de outros segmentos da sociedade, convidados pelas empresas para formular a matriz de temas relevantes (materialidade), com as quais as empresas elaboram os aspectos a serem contemplados pelos relatórios. Logo, não apenas o público-alvo do relatório tornou-se mais abrangente, direcionando-se para a sociedade em geral como um tema de interesse público, mas sua elaboração também passou a contar com a participação de alguns elementos convidados pelas empresas, além de empresas e institutos de pesquisa que são contratadas

para realizarem auditorias externas.

No que concerne aos indicadores, os relatórios de sustentabilidade apresentam um número maior e mais variado de indicadores e informações. Os novos conteúdos obrigatórios na construção do relatório GRI (perfil, forma de gestão e indicadores de desempenho) estenderam, em muito, a sua dimensão em comparação com os outros tipos de documentos. Contudo, não se trata apenas de uma quantidade maior de informação, há dois importantes movimentos nessa passagem, um de formalização dos indicadores ambientais e um segundo de hibridização. O mencionado modelo *Triple Bottom Line* e sua concepção de sustentabilidade, baseada no desenvolvimento sustentável e focada nas três dimensões, é alvo de críticas por suprimir outras importantes dimensões envolvidas neste projeto, tal como a dimensão política e cultural, consideradas essenciais para uma mudança de paradigma (NASCIMENTO, 2012) e por não abordar as mencionadas contradições envolvidas na lógica expansionista e consumista inerente ao modo de produção capitalista. Contudo, ainda que não resolva estas questões, o modelo proposto pelo padrão GRI estende o tripé da sustentabilidade ao desagregar a dimensão social em quatro diferentes categorias (Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente; Direitos Humanos; Sociedade; e Responsabilidade pelo Produto), além das dimensões econômica e ambiental. Todas estas categorias se dividem em uma série de aspectos, com diferentes indicadores, que refletem quantitativamente o desempenho das empresas nestes quesitos.

Por exemplo, pode-se observar a variação histórica do consumo de água por essas empresas nos últimos anos, como no quadro abaixo. Essas tendem a apresentar, juntamente aos resultados, os esforços empreendidos nesse sentido. Contudo, percebe-se que a variação no consumo de água nem sempre implica na sua redução absoluta. Em alguns casos (Braskem, Natura e Danone) o consumo cresceu em relação aos anos anteriores, mesmo assim, essas empresas reduziram sua intensidade de consumo de água por produto. Ou seja, desenvolveram processos e produtos mais eficientes, mas seguiram expandindo sua produção e seu consumo absoluto. Dinâmica que repete-se com outros indicadores como a emissão de GEE e consumo de energia, mas é apresentada nos relatórios como impacto positivo, pois, apresenta uma redução relativa aos volumes produzidos.

Quadro 6 – Consumo total de água e consumo de água por produto das empresas⁴⁹.

Empresa	Consumo de água em mil m ³			Consumo de água por produto		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Braskem	83324,4	78437,3	88359,8	4,15	4,48	4,23
Natura	200,9	247,9	250,2	0,42	0,4	0,4
P&G	81000	80200	70700	*	*	*
Toyota	12800	12600	12700	5	4,9	4,8
Danone	56253	57330	58707	1,3	1,31	1,27
Kimberly-Clark	2006,7	1815,8	1777,5	11	10,97	9,8

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos relatórios de 2010, 2011, 2012.

Os indicadores, por sua vez, desdobram-se em essenciais e adicionais⁵⁰ nos diferentes aspectos e são utilizados como critério para avaliação dos níveis de aplicação das diretrizes do GRI. Estes variam de C a A+, onde C é o nível mais baixo de aplicação e A o mais alto, o + significa que houve avaliação externa. Convém ressaltar que os últimos relatórios de três das seis empresas investigadas possuem nível de aplicação GRI A+ (Braskem, Natura e Kimberly-Clark). Logo, tratam-se de empresas plenamente adaptadas a esses padrões de comunicação. Por sua vez, a Danone possui o nível de aplicação B+, no relatório mais recente, e a P&G não declara, apesar de divulgar o relatório conforme o padrão. A Toyota é a única das empresas investigadas que não aderiu a esse padrão, seus relatórios de sustentabilidade possuem metodologia própria, porém compartilham a mesma concepção de sustentabilidade e alguns indicadores, como emissão de GEE, consumo de água, uso de energia renovável, entre outros. Todavia, comparativamente, o padrão GRI é muito mais abrangente nos indicadores que devem ser apresentados. Ademais, os indicadores devem obedecer alguns critérios de apresentação de dados: As informações devem contemplar além do período do relatório, sua tendência em relação aos períodos anteriores; Os dados, se normalizados, ou utilizarem índices, devem apresentar também os valores absolutos; Devem utilizar indicadores do sistema métrico internacionalmente aceitos e calculados usando fatores de conversão padrão, além de utilizar as unidades convencionadas em protocolos existentes internacionalmente reconhecidos (Global Reporting Initiative, 2006).

Nos balanços sociais, os critérios substantivos de responsabilidade social e preservação ambiental eram mensurados pelo valor social das iniciativas e sua relevância simbólica; nos relatórios de sustentabilidade, encontram-se formalizados e padronizados,

⁴⁹ As unidades apresentadas pelas empresas variaram de t de água por t de produto a m³ de água por unidade produtiva (A Kimberly-Clark informou seu consumo por unidade de produto em termos percentuais relativos a 2002), porém todas expressam uma relação de intensidade do consumo de água por produção.

⁵⁰ Por exemplo, nos indicadores de desempenho ambiental, o aspecto água divide-se em um indicador essencial (Total de retirada de água por fonte) e dois adicionais (Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água e Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada).

tornando-se possível comparar seus desempenhos quantitativamente. Essa é uma importante característica dessa concepção de sustentabilidade empresarial: é passível de cálculo e mensuração técnica com base nos critérios formais vigentes. Dessa forma, o desempenho das empresas pode ser mensurado e comparado em termos de m³, t/h, tCO₂, kW/h, etc. A segunda característica, vinculada a essa primeira, é a hibridização dos indicadores. Apesar de se manterem formalmente separados, os indicadores ambientais encontram-se, predominantemente, submetidos a uma lógica de eficiência, implicando que a redução das “perdas” derivada do uso racional dos recursos naturais possa se traduzir em termos de ganho de capital econômico.

Com isso, não se pretende afirmar que toda conduta desse tipo contenha uma motivação exclusivamente econômica, mas sim que essa racionalidade formal calculadora também se aplicaria a esses critérios. Uma expressão disso é a ocorrência de situações em que a maximização de lucro e de “recursos” entrem em contradição e uma escolha substantiva tenha que ser tomada, tal como nos casos de redução de emissões de poluentes abaixo do normatizado, a partir da utilização de processos com maior custo financeiro. Neste tipo de embate formal, um indicador parece despontar como um denominador comum capaz de fazer frente ao lucro econômico imediato: o índice de gases do efeito estufa emitidos. Grande parte das inovações produtivas e de processo, apresentadas pelas empresas nos relatórios, possuem como diferencial sustentável a redução da emissão de GEE. A adesão ao plástico verde por essas empresas é um expoente dessa lógica que, todavia, não se restringe a esse produto. Essas inovações vão desde a compactação de rolos de papel higiênico, com a finalidade de reduzir a quantidade de plástico utilizado na embalagem e o volume necessário para o transporte (Kimberly-Clark), até o desenvolvimento e a promoção de veículos movidos a células de hidrogênio (Toyota). Todas acompanhadas pela quantidade de emissão de GEE evitados.

Todavia, este tipo de indicador está vinculado a uma série de técnicas e estudos gerados em sistemas de peritos, sendo perpassados, na condição de estudo científico, por controvérsias metodológicas. A análise do ciclo de vida pode ser considerada um caso de conhecimento (gestão do ciclo carbônico dos processos) aplicado sobre o conhecimento (dos danos infligidos pela atividade industrial humana à natureza) sujeito a ambiguidades inerentes, tal como a relativização de outros aspectos importantes que também afetariam o ambiente. Ademais, a redução da emissão dos gases de efeito estufa desvinculada da lógica do crescimento econômico pode ser utilizada para justificar diversos tipos de empreendimentos econômicos que dentro da própria lógica do impacto ambiental seriam contraditórios. Por

exemplo, empresas que justificam a instalação de novos empreendimentos (plantas industriais) mais próximos dos consumidores com base na redução das emissões que seriam derivadas do transporte dos produtos. Isso ocorre quando as emissões são vinculadas ao volume produzido, ou seja, o balanço de emissões torna-se mais eficiente, mas no geral a emissão é maior, pois a empresa ampliou sua produção. Mesmo assim, a emissão de gases do efeito estufa aparece, nesses documentos, como o principal indicador comum da sustentabilidade empresarial, devido ao contexto político internacional e as mobilizações de grande parte da comunidade científica

Contudo, outros indicadores do desempenho ambiental, como água, energia e resíduos, também, são apresentados na maioria dos relatórios de sustentabilidade. Esta série de indicadores e aspectos padronizados contrasta com os indicadores apresentados nos balanços financeiros e relatórios administrativos analisados, em que, além dos detalhados demonstrativos financeiros, eram destacados indicadores como EBITDA, Receita Líquida, Receita Bruta, Volume de Produção, Volume de Vendas, Faturamento, Investimentos em Capital, Número de Empregados e Investimentos em Inovação. Nos relatórios de sustentabilidade os destaques ficam por conta da Receita Líquida, Expansões Acionárias, Volume de Produção, mas também indicadores formais de Emissões de Gases do Efeito Estufa, Pegada Hídrica, Geração de Resíduos Sólidos, Consumo de Energia, Volume de Efluentes Tratados, Número de Patentes Registradas e Taxa de Frequência de Acidentes. Isso sinaliza uma nítida expansão dos temas abordados pelo documento e uma permeabilidade da realidade econômica às emergentes máximas sustentáveis, inclusive como promotora dos critérios e modelos de sustentabilidade.

Por conseguinte, a análise dos documentos no período recente revelou mudanças nos padrões de comunicação das empresas investigadas em relação a diferentes grupos sociais. Por sua vez, esses documentos vinculam-se a diferentes e novas expectativas e demandas sociais sobre o papel atual das organizações empresariais. Tendo em vista que as empresas da rede foram selecionadas intencionalmente, com base em suas práticas de comunicação via publicação de documentos, não é possível inferir uma tendência geral deste tipo de relação com as pressões sociais, nem se buscou este tipo de consideração. Contudo, torna-se patente, a partir do exposto, a crescente relevância e o caráter institucional da noção de sustentabilidade integrada ao negócio para a estratégia empresarial das organizações investigadas.

Há, ainda, outro fator, expresso nas entrevistas e tratado na próxima seção, que potencializa os efeitos dessa constatação. Essas grandes empresas, adeptas dos padrões de

sustentabilidade, utilizam como critério de seleção de fornecedores a realização de práticas consideradas sustentáveis. Além disso, algumas dessas empresas (Braskem, Natura) buscam influenciar seus clientes por meio de cartilhas e diretrizes para o uso de suas marcas ou selos de qualidade. Essas grandes empresas tendem a influenciar a conduta das outras empresas da rede, contribuindo assim para certo isomorfismo organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 1983) por meio da difusão de concepções de controle e práticas pautadas pelos critérios da sustentabilidade. Isso se deve à percepção mais ampla do ciclo produtivo⁵¹, baseada na noção de sustentabilidade, e à possibilidade de relacionarem-se com mercados externos.

No entanto, permanece o risco de a suposta sinergia sustentável ocorrer somente mediante a expansão do consumo e do crescimento do lucro, reafirmando as críticas sobre o caráter intrínseco expansionista do modo de produção capitalista e a contradição que isto representa (BOFF, 2013). Logo, essa proposta de sustentabilidade deixa de fora a contradição central existente entre essa motivação acumuladora infinita do modo de produção capitalista e os aspectos finitos dos recursos naturais postos em causa pelos problemas ambientais. Essas críticas aproximam-se de algumas leituras contemporâneas dos clássicos sobre a questão ambiental (ver capítulo 1), voltadas para a contradição inerente e inescapável entre o modo de produção capitalista, aspectos tecnocráticos da modernidade e o novo problema da preservação do ambiente.

Contudo, ainda que os critérios que compõem essa versão da sustentabilidade e a forma como estes foram selecionados devam ser alvo desse tipo de crítica e contestação, a adoção de uma posição cética radical, que os nega antes de investigá-los, mostra-se pouco esclarecedora do fenômeno. Mais adequado torna-se uma perspectiva que se interesse pela dinâmica recursiva que perpassa esta lógica, os riscos envolvidos e as oportunidades geradas. Portanto, convém investigar, mais detalhadamente, as práticas e concepções elaboradas pelas empresas para melhor compreender no que consiste esta sustentabilidade, seus significados e implicações. Tarefa essa que será realizada com apoio das entrevistas a seguir.

3.2 CONCEPÇÃO E AÇÃO SOCIOECONÔMICA SUSTENTÁVEL

Com base na difusão de valores sociais em torno da questão ambiental, a institucionalização da sustentabilidade, como denominado no capítulo anterior, envolve uma série de modificações reformistas na maneira de se perceber e conceber a relação da

⁵¹ Vinculada a essa noção ampla do ciclo produtivo encontra-se a mencionada técnica de análise do ciclo de vida do carbono, que leva em consideração todas as etapas do processo.

sociedade com o ambiente. O tom reformista se traduz pela manutenção de uma concepção instrumental dessa relação, porém, consciente das consequências envolvidas no uso abusivo dos “recursos naturais”. Conforme demonstrado, essas mudanças de posição ocorreram de forma difusa em diversos âmbitos sociais, desde alterações em esferas regulatórias institucionais, até transformações de ordem cultural nos hábitos de consumo. Contudo, a mencionada ambiguidade presente na proposta de desenvolvimento sustentável e a complexidade envolvida nos desdobramentos futuros das práticas atuais possibilitaram uma interpretação particular da sustentabilidade pelas empresas.

Logo, a sustentabilidade difundida e referida pelos relatórios acima diz respeito a um valor que atribui sentido às transformações na ação empresarial, porém os conteúdos desse sentido são interpretados e coordenados pelos agentes empresariais na relação entre suas ações (concorrentes, parceiros, fornecedores) e as ações de agentes sociais considerados relevantes (acionistas, clientes, funcionários, movimentos sociais). Essa reorientação da ação empresarial está vinculada às pressões e expectativas sociais geradas pela sustentabilidade, assim como à busca por evitar sanções morais e financeiras. Nesse sentido, envolve a ressignificação e proposição desses sentidos à luz dos interesses dos agentes econômicos. Por isso, essa etapa da pesquisa voltou-se aos sentidos atribuídos a noção de sustentabilidade no interior dessa ordem econômica e às práticas produtivas e organizacionais decorrentes dessa orientação.

Para tanto, foram efetuadas entrevistas semiestruturadas com oito representantes de sete empresas integrantes da rede do plástico verde. Com intuito de preservar suas identidades não foram divulgados seus nomes nessa etapa, apenas a natureza das empresas que representam. Na seleção das empresas e análise dos dados, foram considerados diversos ramos de atividade das empresas investigadas, sua posição na rede produtiva (ver Figura 1) e o tempo de adesão aos parâmetros de sustentabilidade, conforme quadro abaixo.

Quadro 7 – Empresas investigadas, posição na rede e ano de adesão aos parâmetros de sustentabilidade⁵².

Empresas	Posição na rede	Adesão aos parâmetros de sustentabilidade
A – Grande empresa de cosméticos brasileira, presente em diversos países da América Latina.	Consumidor Intermediário	2002
L – Empresa transnacional brasileira do ramo químico e petroquímico, com plantas industriais em diversos países.	Petroquímica	2006
G – Rede de empresas nacionais voltadas para a produção de bobinas plásticas e reciclagem.	Indústria de Transformação	2010
T – Empresa nacional voltada para alimentação de animais domésticos.	Consumidor Intermediário	2011
J – Transnacional americana especializada na produção de farmacêuticos e utensílios médicos.	Consumidor Intermediário	2008
C – Empresa transnacional estrangeira do ramo de higiene pessoal e limpeza.	Consumidor Intermediário	2004
GP – Empresa nacional voltada para a produção de embalagens plásticas.	Indústria de Transformação	2011

Fonte: Elaborada pelo autor.

Por tratar-se de uma rede cuja conexão ocorre em função da aderência a uma inovação voltada para a sustentabilidade, com um variado leque de usos e aplicações, as empresas investigadas caracterizam-se pelos diferentes contextos em que se inserem. Essas possuem diferentes níveis de inserção no mercado internacional, vinculam-se a diferentes setores produtivos, ocupam diferentes posições na rede em relação ao processo produtivo e aderiram aos parâmetros da sustentabilidade em diferentes momentos. Todas essas diferenças são consideradas e relacionadas na análise e interpretação das bases comuns que dão sentido à noção de sustentabilidade, assim como as práticas que ela orienta.

Conforme mencionado, essas entrevistas⁵³ foram organizadas de forma a contemplar três dimensões da ação socioeconômica empresarial: a) uma dimensão produtiva e organizacional, b) uma da relação com as partes interessadas, e c) uma dimensão discursiva sobre a concepção de sustentabilidade. A partir das respostas formuladas pelas empresas, foram organizadas as categorias empíricas mobilizadas em cada dimensão. Esse procedimento inicial possibilitou a reorganização das categorias, com base na definição de desenvolvimento sustentável⁵⁴ e nos conceitos vinculados à dinâmica recursiva da ação socioeconômica (crítica, reflexividade, legitimidade, contestabilidade, justificação), em categorias mais abrangentes

⁵² Adesão aos parâmetros de sustentabilidade como estratégia interna a atividade empresarial, com base nas informações coletadas nos relatórios e nas entrevistas.

⁵³ Para mais detalhes sobre as questões das entrevistas ver Roteiro de Entrevista (Apêndice 1).

⁵⁴ Desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

que auxiliaram na compreensão do conteúdo de sentido, representações empíricas compartilhadas sobre a vigência dos critérios que constituem o valor sustentabilidade, mobilizado pelas empresas.

Quadro 8 – Categorias mobilizadas por dimensão de análise.

Dimensão Produtiva/Organizacional	Dimensão da Relação com as Partes Interessadas	Dimensão Discursiva (Concepção de Sustentabilidade Indireta)
Gestão alongada do tempo / espaço Finitude dos recursos Manejo dos impactos Inovações sustentáveis Difusão de práticas Legitimação externa	Monitoração reflexiva voltada para a crítica Mecanismos de justificação Ampliação da cadeia	Gestão do impacto do negócio Critérios de legitimação Voltada para o futuro Sistêmica e interdependente Padrão tecnológico mais eficiente Novo padrão de consumo

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em relação à dimensão *produtiva e organizacional*, voltada para as alterações no processo produtivo ou na forma de organização da produção, foram identificadas uma série de práticas que expressam as principais representações de sustentabilidade nessa dimensão. Estas são: a gestão alongada do tempo e do espaço na organização da produção, a finitude dos recursos naturais, o manejo dos impactos sobre o ambiente, o desenvolvimento de inovações sustentáveis, a difusão interna de melhores práticas, e a legitimação com bases externas. Dessas categorias, as três primeiras podem ser consideradas o núcleo das transformações produtivas que se orientam pela noção de sustentabilidade. Todas as empresas investigadas realizam, atualmente, ações voltadas para a utilização mais eficiente dos recursos naturais, para minimização dos impactos envolvidos em suas atividades, com base em períodos maiores de tempo e fronteiras mais amplas de sua cadeia produtiva.

Essa orientação é expressa em processos produtivos que geram menos perdas, capazes de reaproveitar e reutilizar recursos, ou que utilizem matérias-primas renováveis. Ou seja, condutas que estariam em conformidade com a concepção sobre a finitude dos recursos naturais e com a necessidade de geri-los “racionalmente”⁵⁵, como no caso dos mencionados indicadores formais de consumo de energia, de água e de utilização de fontes renováveis. Segundo essa lógica, a adesão a produtos e processos mais eficientes se justificaria por empreender um uso mais racional e responsável dos recursos naturais, contribuindo assim para a sustentabilidade da atividade produtiva. Justificativa que se aplica também ao uso do plástico como um material mais eficiente, conforme trecho da entrevista abaixo.

⁵⁵ Essa racionalidade vincula-se a uma racionalidade formal, quantitativa e calculadora desses recursos.

A situação do plástico não é esse risco, não é proibido produzir plástico, porque o plástico, acho que a nível contemporâneo, é um produto que mais tem contribuído para o meio ambiente, por incrível que pareça. Todos os produtos que são substituídos pelo plástico, principalmente os metais, eles geram muito mais gás carbônico na sua produção que o polietileno, que o plástico em si. E ele vêm substituir, principalmente reduzindo o peso e aumentando a resistência, por exemplo tem plástico nos aviões, nos carros, nos meios de transporte, nas embalagens de bebida e tudo isso aí gera um mínimo de consumo na geração de matéria-prima, e à nível de transporte, economiza combustível e esse sim é o pior, porque 70% do petróleo vai para combustível, 4% vai pro plástico, então não adianta atacar o plástico. Não é que o plástico não esteja gerando problemas, mas tu não vai atacar o plástico, mas sim o problema que é gerado depois (Empresa G, Estância Velha, 13/05/2014).

As empresas do ramo mobilizam a categoria da finitude dos recursos e a eficiência do plástico para justificar seu uso, retomando o contexto social de críticas ao plástico e tentativas de substituí-lo por outros materiais com base nos danos ao ambiente que causariam. E relativizariam seus impactos ao estender o problema do pós-consumo a um segundo momento, manejando-os com o apoio da sociedade e do governo por meio de práticas de reuso e reciclagem. Por conseguinte, as categorias de finitude dos recursos e manejo dos impactos podem ser contraditórias, um processo pode ser mais eficiente, consumindo menos recursos e gerando menos perdas, mas pode envolver um produto que seja mais agressivo ao ambiente. O ideal na noção de sustentabilidade, contudo, envolve uma complementaridade entre essas duas.

Por seu turno, a redução do impacto da atividade empresarial sobre o ambiente ocorre, principalmente, por meio de alterações no processo que visam a reduzir ou a tratar a emissão de poluentes. Sejam elas emissões atmosféricas, resíduos sólidos ou efluentes líquidos. Vinculadas à ideia de gestão ambiental, essas práticas ocorrem, em geral, por meio da instalação de filtros, reprocessamento de correntes, tratamentos de efluentes, uso de insumos menos agressivos e redução de emissões. Apesar das contradições científicas envolvidas, o risco de uma mudança climática planetária ocupa um papel privilegiado na hierarquia dos riscos que orientam boa parte das organizações internacionais (ONU, PNUMA, IPCC). Neste contexto, o indicador de emissão de gases do efeito estufa se sobressai face aos outros indicadores de impacto dessa categoria. Novamente, todas as empresas investigadas apresentaram esforços no sentido de reduzir suas emissões de gases do efeito estufa, a ponto desse critério, por vezes, confundir-se com a própria noção de sustentabilidade.

Algumas das empresas investigadas (A, L, J, C) fazem uso de técnicas e instrumentos capazes de mensurar as emissões em todo seu processo. Chamada de gestão de carbono na cadeia de valor, esse conjunto de práticas conta com estudos (ACV) e planilhas que visam a

mensurar o inventário das emissões realizadas pelas empresas, de forma a poder minimizá-las. A redução da “pegada de carbono” é uma das principais metas dessa gestão, sua sistemática ampla e complexa envolve todo o ciclo produtivo e vincula-se a objetivos de longo prazo, como o combate ao aquecimento global. Por isso envolve formas de gestão que englobam todas as etapas do processo, incluindo fornecedores e clientes, e aquilo que alguns gestores chamam de estratégias de longo prazo.

Dentro de uma estratégia empresarial você tem que pensar no médio e longo prazo. As empresas que pensam só no imediato, elas não vão sobreviver. E aí quando você começa a pensar em médio e longo prazo, você começa a vislumbrar aquelas questões, e alguns riscos, algumas ameaças ao seu negócio, às vezes viram oportunidades. Então você tem que começar a desenvolver estas oportunidades, muito em cima destas estratégias de longo prazo. E é isso mesmo, então você pode ter estratégias onde você começa trabalhar sua linha de produtos atual, melhorando, reduzindo o impacto ambiental, e tentando fazer com que ele seja atrativo do ponto de vista econômico e nesse conceito de sustentabilidade, onde você enxerga o ganho do ponto de vista social, ambiental e econômico. E começar a trabalhar novas linhas de produtos já pensando nessa estratégia de futuro, trazendo estas soluções sejam sustentáveis que possam fazer com que as empresas sobrevivam a médio e longo prazo – (Empresa L, Porto Alegre, 06/04/2014).

É importante notar que essas três categorias nucleares da sustentabilidade encontram-se intimamente imbricadas e vinculadas às inovações sustentáveis, isto é, novas tecnologias produtivas e organizacionais capazes de tornar os processos mais eficientes e reduzir seus impactos. O plástico verde é um expressivo expoente dessa imbricação, pois se apresenta como um produto baseado em uma nova tecnologia, cuja matéria-prima é de origem renovável e cujo o impacto sobre o ambiente é menor, uma vez que seu processo contribui para captura e fixação do CO₂, ao invés de emití-lo como no caso das fontes fósseis. Todavia, convém ressaltar novamente que emissão de CO₂ é um dos critérios para mensurar o impacto no ambiente.

Essa lógica de aplicação de inovações tecnológicas aos processos produtivos com base em formas mais limpas de produção aproxima-se da tese da modernização ecológica. De fato, a ideia geral de que a contínua modernização da produção possibilite a manutenção do crescimento econômico sobre bases menos agressivas ao ambiente, também chamada de crescimento verde, parece orientar as transformações da ação empresarial nessa dimensão produtiva e organizacional. Logo, os agentes econômicos que orientam-se a partir da noção de sustentabilidade coordenam suas ações na estrutura produtiva e organizacional com base nessas categorias de utilização “racional” e eficiente dos recursos naturais e minimização dos impactos ao ambiente, numa clara tentativa de apoiar o crescimento econômico no uso

decrecente de materiais, de energia e na geração de poluição (ABRAMOVAY, 2012). Essa busca pelo descolamento do crescimento econômico dos fluxos materiais e energéticos parece ser uma das pedras fundamentais da sustentabilidade na perspectiva empresarial. A coordenação conjunta dessa ação baseia-se na probabilidade de outros agentes considerarem essa orientação válida, a partir de critérios morais, mas também na expectativa em relação aos concorrentes e ao sucesso econômico envolvido.

Nessa dimensão, outras duas categorias formuladas a partir das entrevistas aparecem em menor intensidade, a difusão de práticas, por meio de treinamentos e capacitações aos funcionários e lideranças, e a legitimação externa, por intermédio da adequação a parâmetros e sujeição a auditorias de órgão certificadores externos. Tais aspectos vão ao encontro dos programas de treinamento e adesão a padrões internacionais divulgados nos balanços sociais e relatórios de sustentabilidade. Essas alterações na produção e na forma de organização relacionam-se também com as transformações na dimensão de análise a seguir.

No que se refere à dimensão da *relação com as partes interessadas*, as categorias elaboradas apresentaram uma significativa recorrência após sua aglutinação. Nesse particular, convém recordar que a noção de sustentabilidade para as empresas não se limita ao seu aspecto ambiental, mas baseia-se naqueles três pilares que envolvem também aspectos econômicos e sociais. Isso significa que algumas das práticas realizadas pelas empresas situam-se nesses outros aspectos. Portanto, as categorias formuladas reúnem elementos não diretamente vinculados ao ambiente. Tendo isso em vista, as representações sobre vigência dos critérios que orientam as condutas, nessa dimensão, puderam ser categorizadas em: monitoração reflexiva voltada para a crítica, desenvolvimento de mecanismos de justificação, e ampliação das relações da cadeia.

A monitoração reflexiva da ação empresarial refere-se a práticas de consulta e pesquisa voltadas para as demandas e pressões dos grupos sociais considerados relevantes para as empresas. Ou seja, as empresas pautadas pela noção de sustentabilidade estariam interessadas e preocupadas com sua imagem e reputação junto a esses grupos. Contrariando a lógica neoclássica de que os preços conteriam toda a informação necessária, essas empresas estariam atentas às possíveis fontes de contestação social de suas atividades e às novas oportunidades de mercado. Uma expressão dessa conduta é a formulação de matrizes de materialidade, uma matriz dos impactos causados pelas empresas, elaborado em conjunto com esses grupos denominados *stakeholders*.

Então a empresa, ela relacionou 30 impactos baseado no padrão GRI, que é o padrão

hoje reconhecido mundialmente e utilizado pelas empresas. E convidamos os *stakeholders*, onde ela tem operações, para identificar aqueles aspectos que seriam mais impactados pelo negócio da empresa. De acordo com o negócio tem um padrão mundial, que coloca tudo, e diz assim, você tem que avaliar isto ele manda um pacote completo, e deste pacote completo você avalia aquele que tem maior impacto no seu negócio. Então foram avaliados considerando esse impacto no negócio da empresa e o grau de controle que a empresa tem, porque às vezes você tem alguma coisa mas não tem nenhum grau de controle. E aí conseguimos selecionar quais seriam estes itens que seriam mais impactados pelo negócio da empresa, e essa escolha foi feita por todos os *stakeholders*, quando a empresa faz bem sua matriz de materialidade ela convida os *stakeholders*, ela convida fornecedor, cliente, academia, imprensa, comunidade, consumidores, concorrentes, representantes do governo, todos aqueles que podem ser impactados pelo negócio de alguma forma e aí a visão que sai não é somente da empresa... Então é bom ter a visão diversificado porque todos são impactados pelo seu produto. Daí saíram os dez principais temas dos aspectos que seriam impactados pela empresa (Empresa L, Porto Alegre, 06/04/2014).

A partir dessa matriz, as empresas A, L, C e GP, elaboram suas estratégias de ação sobre os impactos considerados mais relevantes. Essa forma de atuar baseia-se no padrão formulado pela *Global Reporting Initiative*, porém outras formas de consulta como canais de comunicação com clientes, ou ouvidorias, administrados pelas empresas T, G e J, seguem a mesma lógica recursiva de orientar-se e modificar suas ações com base em demandas sociais, perpassadas por valores e critérios supostamente externos ao mercado. A adesão das empresas produtoras de embalagens e sacarias plásticas (G e GP) ao plástico verde deve-se, em parte, as pressões exercidas por grupos ambientalistas contra as sacolas plásticas (ver capítulo 2). Além dessas sondagens relacionadas às alterações na cultura de consumo e valores, as empresas mostram-se atentas para possíveis modificações de ordem institucional. A gestão do carbono, por exemplo, foi citada por algumas empresas (A e L) como uma antecipação a uma possível regulamentação nesse sentido. Porém, outras medidas, em conformidade com padrões mais rígidos que a legislação, como tratamento de fluídos (T) e utilização de produtos menos agressivos (G e J), são mencionadas para afirmar o comprometimento das empresas com a sustentabilidade. Segundo esta perspectiva, as empresas não devem se limitar aos aspectos coercitivos das normas, mas proporem novas formas, desenvolverem novas tecnologias e estabelecerem limites mais rígidos para suas emissões. As distintas estratégias relacionam-se aos diferentes graus de inserção no mercado internacional, que em alguns casos possuem demandas mais rígidas, como no caso das empresas G e J; a adesão ao padrão GRI, que utiliza a matriz de materialidade como uma de suas principais ferramentas para a gestão dos impactos; e aos setores produtivos em que se inserem, mais ou menos contestados socialmente.

Essa postura reflexiva das empresas está vinculada à institucionalização da

sustentabilidade, aos riscos de contestação social e às oportunidades de mercado envolvidas, ou seja, é um dos elementos desse processo recursivo de modificação das condutas empresariais. No contexto estudado, percebe-se que a partir dessas demandas e pressões, as empresas comprometidas com os parâmetros de sustentabilidade não só alterariam suas práticas de forma a legitimar suas atividades, mas também divulgariam essas ações de forma a ganhar maior visibilidade para seus públicos. Esses mecanismos de justificação atuariam com base nas críticas, buscando neutralizá-las ou incorporá-las parcialmente ao processo. Tal qual na dinâmica proposta por Boltanski e Chiapello (1999), os agentes econômicos buscam integrar parcialmente as críticas formuladas a fim de justificar e legitimar suas atividades. Essas incorporações refletem-se nas transformações produtivas e organizacionais analisadas anteriormente, porém estendem-se para além desse âmbito, pois necessitam comunicar-se. Logo, envolvem programas e campanhas voltados para a conscientização ambiental, promoção de eventos culturais, prêmios e peças publicitárias, além de soluções que integram uma parcela da comunidade, como centros de formação e capacitação profissional.

Então, nós temos ecopontos na entrada da empresa e nesse ecoponto nós disponibilizamos dois coletores, um coletor para depositar óleo vegetal e outro para coletar pilhas e baterias. Então assim, isso aí é uma forma de a gente envolver os colaboradores, para que os colaboradores tragam de suas residências esses dois tipos de resíduos, que são extremamente agressivos ao meio ambiente se eles forem descartados de forma inadequada, então os colaboradores e seus familiares podem depositar nestes coletores seu óleo vegetal dentro de uma garrafa “pet” por exemplo, e também a pilha e a bateria. Então assim, se um litro de óleo vegetal pode contaminar um milhão de litros de água, então nos primeiros três meses desse projeto foram coletados quase 100 litros de óleo, ou seja, foram 100 milhões de litros de água que nós deixamos de contaminar caso fosse descartado de forma errada, porque maioria das pessoas joga óleo pela pia. Foram coletadas quase 400 pilhas e baterias, então imagina 400 pilhas e bateria jogadas no solo de forma errada, jogadas na água de forma errada, representaria um impacto ambiental. Então a gente coleta esses resíduos de óleo vegetal e nos mandamos para um instituto socioambiental que possui uma fábrica mantida pela prefeitura de Sorocaba, totalmente licenciada ambientalmente, essa fábrica produz um sabão ecológico e com a venda deste sabão, a renda gerada com a venda do sabão ecológico ajuda uma creche de crianças carentes que foram abandonadas pelos pais, então esse projeto é um projeto ambiental, social e econômico. Porque está ajudando crianças, tá gerando renda e tá destinando de forma ambientalmente correta (Empresa T, Sorocaba/ Porto Alegre, 19/08/2014).

A terceira categoria dessa dimensão relaciona-se com as mudanças na produção com base na gestão alongada do espaço, mais especificamente com a representação ampliada do ciclo produtivo. Em conformidade com essa categoria, as empresas adotaram uma percepção ampliada de sua cadeia produtiva, tornando-se corresponsável pelos impactos que ocorrem em outras etapas do processo. Esse tipo de relação com fornecedores e consumidores favorece a

difusão de práticas e estratégias organizacionais voltadas para a sustentabilidade. Dinâmica que justifica a utilização do conceito de rede produtiva no lugar de cadeia, pois envolve, além das etapas produtivas, o fluxo de informações que circula entre as empresas. Essa orientação da ação promove a seleção de fornecedores com base na adesão de práticas sustentáveis e o monitoramento de condutas ou participação em consultas com clientes, formas de expandir a sustentabilidade do seu ciclo produtivo.

Por exemplo, a empresa G, preocupada com os padrões ambientais de seus consumidores internacionais, não utiliza tintas com metais pesados na confecção de suas bobinas plásticas. E, portanto, exige de seus fornecedores tintas isentas de metais pesados, que poderiam contaminar os lençóis freáticos, e comprovação por meio de análise de laboratório. A empresa L desenvolveu um código de conduta para seus fornecedores de etanol, que devem obedecer alguns princípios em relação a redução de queimadas, preservação da biodiversidade, boas práticas ambientais, respeito aos direitos humanos e práticas trabalhistas, e fornecimento de informações para a realização dos estudos de Análise de Ciclo de Vida (ACV). Além disso, realiza auditorias externas para verificar a cumprimento destes princípios. Já a empresa A, estimula seus fornecedores a desenvolverem práticas pautadas pela sustentabilidade, porém sempre realiza estudos de ACV antes de aderi-las ou contabilizá-las no seu inventário de carbono. Cada um desses exemplos ocupa uma posição diferente na rede em relação processo produtivo, porém influenciam-se mutuamente na difusão de práticas consideradas sustentáveis.

Portanto, de acordo com essas representações de sustentabilidade empresarial, os limites relativos às responsabilidades das empresas estendem-se para além das fronteiras comerciais ou produtivas. Juntamente a essa concepção ampliada de sua atividade, a relação com as partes interessadas – por intermédio de canais de consulta, pesquisas de reputação e matrizes de materialidade – configura-se como um sistema aberto, em que essas partes atuam fornecendo informações, contestando e pressionando por alterações. Ao que as empresas responderiam, incorporando parte das demandas, críticas e detratores ao seu escopo e divulgando, posteriormente, numa lógica recursiva, seus resultados em busca de justificação e legitimação de suas atividades. Essas práticas, em conformidade com esse tipo de orientação, demonstram não apenas a imbricação existente entre a sociedade, natureza e mercado, mas a tentativa das empresas de aumentar a sintonia dessa comunicação de maneira a tirar o máximo proveito da relação.

O exemplo das variadas campanhas e programas de pós-consumo do plástico, mencionados durante as entrevistas, é ilustrativo dessa dinâmica. Preocupadas com as críticas

relativas aos danos provocados pelo plástico, quando destinado incorretamente, algumas empresas investigadas (G, L, C e J) elaboraram campanhas de coleta seletiva e programas de reciclagem, além de peças publicitárias sobre as vantagens do plástico e sua contribuição para a qualidade de vida, para justificar sua produção e consumo responsável. Nesse sentido, a empresa G elaborou uma campanha e envolveu clientes e comunidade, por intermédio do incentivo a coleta seletiva e desenvolvimento de um produto de material reciclado, um móvel de jardim.

Nosso cliente supermercadista, que é quem acaba oferecendo esta embalagem para o consumidor, que depois vai ficar no meio ambiente, ele que capitalize-se, que vire protagonista, do efeito, do ganho ambiental. Porque ele que está em contato com o consumidor final, ele que pode estar comprando no supermercado esta embalagem, que é ambientalmente melhor do que outras e dar um descarte correto para ela. Então para fomentar isso aí, a gente incentiva os clientes a comprarem, quando a gente começou a oferecer os produtos, quem comprava o nosso produto verde tinha direito a campanha e a gente dava nosso mobiliário próprio e daí eles doavam para as escolas municipais. E a nossa exigência nossa era, nossa equipe dava apoio, que as escolas que participavam tivessem um projeto de educação ambiental com as crianças que envolvesse principalmente o plástico. Então as crianças juntavam plástico, levavam no supermercado, iam no supermercado para ver a embalagem e depois recebiam o mobiliário, então viam assim o saquinho que juntei, a sacolinha que juntei, a tampinha que juntei e levei no supermercado se transformou no mobiliário. E aquelas escolas que estão por perto, teve visita na indústria, então o mais importante que nós podemos dar é a educação (Empresa G, Estância Velha, 13/05/2014).

Outras, como a empresa A, desenvolveram uma linha de produtos que utiliza até 70% menos plástico em suas embalagens, o que implica em uma redução considerável no consumo de plástico. Por sua vez a empresa L, além de campanhas de reciclagem e pós-consumo, inclusive em parceria com a empresa G, recentemente elaborou uma série de peças publicitárias divulgando a importância do plástico para o bem-estar e qualidade de vida das pessoas, devido as suas múltiplas aplicações e vantagens, em áreas como a saúde, medicina e alimentação.

Entretanto, o grau de interação dessa dinâmica pode variar conforme a empresa investigada. Esse depende de diversos fatores relacionados, tais como: o setor produtivo da empresa e seus impactos sobre o ambiente, a percepção social sobre esses impactos, os mercados em que a empresa está inserida, a mobilização social contrária às atividades empresariais, o grau de abertura às demandas sociais, e o tipo de gestão da contestabilidade realizado pela empresa. Isso, pois existem setores mais sujeitos a contestação social (organismos geneticamente modificados, nuclear), mercados mais rigorosos no controle de processos e produtos, e empresas mais ou menos abertas às pressões sociais. No caso das

empresas diretamente vinculadas à produção de materiais plásticos (L, G, GP), as contestações tendem a ser voltadas para esse produto. Porém, as empresas que apenas utilizam o plástico nas suas embalagens (T, A, J, C) enfrentam diferentes críticas, vinculadas as suas atividades principais, como o uso de produtos nocivos, no caso das empresas de farmacêuticos e medicamentos (J), ou práticas de biopirataria, no caso de empresas produtoras cosméticos (A). Todavia, um dos fatores mais importantes nessa relação é a forma com que a empresa lida com essas críticas e a maneira com que concebe e adere aos parâmetros da sustentabilidade, conforme será visto a seguir.

Na dimensão *discursiva sobre a concepção de sustentabilidade* foram elaboradas categorias com base na definição indireta de sustentabilidade para os entrevistados, isto é, a partir de perguntas indiretamente relacionadas a noção de sustentabilidade. Essa dimensão da análise mostrou-se relativamente mais heterogênea que as anteriores, não tanto pela ocorrência dos temas, mas pelos diferentes graus de sofisticação apresentados na argumentação. Ainda assim, foi possível elaborar um grupo de categorias que correspondem a definição de sustentabilidade. Essa foi organizada da seguinte forma: gestão do impacto do negócio, sistêmica e interdependente, baseada em critérios objetivos de legitimação, voltada para o futuro, e vinculada a um novo padrão tecnológico e de consumo.

Essas categorias relacionam-se, na sua grande maioria, com as representações apresentadas nas dimensões de análises anteriores. Trata-se de uma forma de gestão de negócio que percebe a necessidade de adequar-se aos parâmetros da sustentabilidade como uma estratégia para garantir sua própria sobrevivência no mercado, como um novo modelo negócio, mais eficiente, transparente e interdependente. Concepção essa que encontra-se em concordância com as máximas do desenvolvimento sustentável, de manejo racional dos recursos finitos e redução dos impactos ao ambiente, em vista ao futuro de nossas gerações.

Baseada num equilíbrio entre os pilares (social, ambiental e econômico), essa concepção não considera o crescimento econômico e o aumento da qualidade ambiental contraditórios. Todavia, quando instigados sobre a expansão do consumo, o aumento de recursos necessários e seus danos ao ambiente, alguns dos entrevistados mobilizaram a necessidade de crescer como algo fundamental para atender o crescimento populacional previsto. Porém, um crescimento equilibrado com base em tecnologias mais limpas e eficientes.

Não é que ele é possível, ele é necessário [equilíbrio], porque a sustentabilidade é uma coisa muito nova, é um conceito que ainda não está fechado e bem disseminado. As projeções elas mostram que esses impactos que nós estamos

gerando na Terra, eles vem em cima da quantidade de pessoas, o quanto nós estamos consumindo vezes o impacto daquilo que consumimos. A população da Terra está aumentando assustadoramente, então se você fizer uma previsão para 2050 nós vamos praticamente dobrar, e o nível de consumo também está aumentando, porque se você for olhar a classe média ela tá aumentando, os padrões estão melhorando, a pobreza está sendo erradicada, então se você tiver sucesso e continuar com essa política o padrão de consumo aumenta. E as previsões é que ela vá quintuplicar, se você está multiplicando a população e o padrão de consumo por dez, você tem que dividir seu impacto por dez, para manter o mesmo nível de impacto de 1970. Então, não há como, se nós só temos uma terra, e estes recursos estão vindo desta terra, não há como a gente conciliar desenvolvimento, qualquer aspecto dentro desta área sem pensar na questão da sustentabilidade. Porque é uma questão de preservação do planeta e da própria raça humana (Empresa L, São Paulo/ Porto Alegre, 07/07/2014).

Logo, essa concepção de sustentabilidade percebe o consumo e o crescimento econômico como algo inerente a essa lógica. Nos argumentos mais elaborados, como os apresentados pelas empresas L e A, existe a consciência de que a expansão das atividades, ainda que dentro dos parâmetros sustentáveis, contribui para o aumento geral do impacto ambiental da empresa. Contudo, ao atribuir o equilíbrio aos três pilares como meta, as empresas justificam seu impacto ambiental com base nos impactos sociais e econômicos que causariam caso não crescessem economicamente.

É uma questão de filosofia, você não crescer e manter o mesmo nível de impacto. É preferível que cresça e reduza seu impacto. O fato é, quanto mais você cresce absolutamente, você vai aumentar seu impacto. O que a gente tenta fazer e nesta visão é tentar gerar impacto positivo. E isso tangibiliza não só as esferas ambientais, mas também as econômicas e sociais, então é um trabalho que não é fácil, é preciso fazer as pessoas conversarem. Sempre que vou fazer uma palestra eu sempre instigo com a seguinte pergunta. Qual que é a situação de menor impacto ambiental positivo para uma empresa? Ela não existir. Uma vez que eu não produzo, uma vez que eu não gero não tenho nada. Mas meu impacto econômico e social é o maior possível (Empresas A, São Paulo/ Porto Alegre, 21/07/2014).

Essa percepção traz à tona importantes considerações em relação ao crescimento econômico e suas implicações para extratos sociais diretamente vinculados a estas atividades, que não devem ser ignoradas, em especial em economias em desenvolvimento. Contudo, retomando as críticas ao modelo, não há garantias de que este equilíbrio ocorra conforme o esperado e não submeta os outros dois aspectos ao predomínio do econômico. Neste sentido, o social e o ambiental seriam essenciais para a continuidade do desenvolvimento econômico da empresa, logo caberia preservá-los o máximo possível, conquanto não contrariem a expansão econômica do negócio. Todavia, ainda que essa concepção não se encontre disposta a abrir mão do crescimento econômico, elemento intrínseco do modo de produção capitalista, se distinguiria dos outros modelos de gestão por estar apta a relativizá-lo frente ao peso de

outras variáveis consideradas importantes e adequá-lo aos parâmetros e práticas da sustentabilidade.

Logo, a legitimidade dessa lógica repousaria sobre o peso dessas outras variáveis na tomada de decisões. De acordo com as entrevistas, a melhor forma de garantir a relevância das outras esferas ocorre por intermédio do estabelecimento de metas, claras, vinculadas a práticas e aprovadas pela alta liderança das empresas. Trata-se de estabelecer critérios objetivos, passíveis de serem verificados por auditores e órgãos externos, que possibilitariam a avaliação do cumprimento das condutas e que diferenciaram as empresas daquelas que praticam o *greenwashing*. Definida como uma concepção de negócio, a sustentabilidade se distinguiria das práticas de *greenwashing* por não se limitar a um anúncio publicitário ou a estratégias de *marketing* desvinculadas de práticas efetivas, envolveria, pois, práticas objetivas (atestadas por especialistas e estudos que legitimariam a conduta das empresas).

Novamente a racionalidade formal desempenha um papel importante na legitimação das práticas sustentáveis. A quantificação e formalização dos “impactos ambientais” permite a avaliação da conduta das empresas e a própria gestão de suas metas em comparação com os aspectos econômicos. Aqui também percebe-se o peso dos sistemas de peritos em avaliações como a análise do ciclo de vida, uma técnica utilizada para avaliar o ciclo de vida de produtos e mensurar sua pegada de carbono. Apesar de mencionadas algumas divergências entre métricas, é uma das principais técnicas para avaliar e comparar a sustentabilidade de processos e produtos.

Essa legitimação com base em critérios objetivos, comparáveis e calculáveis, vincula-se a padronização desses parâmetros em um âmbito global e a questão da mudança climática. A percepção interdependente das causas do aquecimento global demanda uma redução sistêmica dos impactos provocados pela atividade humana, mensurados por intermédio de técnicas e indicadores formais, tais como a análise do ciclo de vida e a emissão de gases do efeito estufa. Por sua vez esses padrões e métodos são utilizados para atestar e difundir o comprometimento das empresas com esses problemas globais e com os valores sustentáveis. A proximidade com a tese da modernização ecológica e com a proposta de uma reestruturação ecológica torna-se evidente, o enquadramento dos problemas ambientais sob a ótica destes parâmetros aponta para a necessidade de uma governança ambiental global, com base em conhecimentos técnicos e científicos. As implicações e riscos dessa leitura foram mencionadas no primeiro capítulo, porém convém lembrar que envolvem uma relativização das ambiguidades promovidas pelo desenvolvimento tecnológico e um enquadramento cultural específico sobre a questão.

Neste sentido, a concepção de sustentabilidade empresarial está ligada a uma continuidade da lógica expansionista do capitalismo moderno, com base em uma nova ética, vinculada as consequências ambientais da atividade industrial, mas disposta a uma reestruturação a partir de inovações sustentáveis que manteriam o motor capitalista rodando. Em concordância com essa lógica, algumas empresas mobilizam o conceito de economia verde, uma economia que “resulta no bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2011). Um modelo econômico que se opõe a “economia marrom” e viabiliza a realização da sustentabilidade mediante o descolamento energético e material do crescimento, ao mesmo tempo que promove o crescimento da renda e a inclusão social.

Por conseguinte, a sustentabilidade enquanto um projeto mais amplo dependeria não apenas de novas formas de produzir e organizar a produção, mas de formas mais igualitárias de distribuição de renda e de padrões mais responsáveis de consumo. Aspectos que se estendem além dos limites das empresas ao envolverem relações sociais e âmbitos públicos.

Um dos melhores elementos é a questão das políticas públicas. O governo, ele tem um papel é fundamental porque ele é um elemento comum, com as empresas, com o consumidor, com o meio acadêmico, com todos os atores. Então, o governo consegue fazer isso. Porque às vezes para mudar um padrão de consumo você só consegue fazer isso através de política pública. As pessoas não vão estar mudando seu padrão de consumo sem ter um incentivador, assim como as empresas também precisam começar a ter incentivos para desenvolver produtos mais sustentáveis, então você precisa ter essas políticas de fato, que mudem que incentive esse novo padrão de consumo. Às vezes, há essa questão do pós- consumo, do lixo, e colocam muito isto em cima da empresa que está gerando o produto, mas a empresa está gerando aquele produto porque a sociedade demanda. Se você não produzir este produto, como é que você vai conseguir fazer com que a vida continue e que você consiga facilitar essa rotina. Agora, é claro que a empresa tem responsabilidades, mas não é só dela, o consumidor a sociedade, o governo e todos os entes envolvidos têm que saber qual é o seu papel dentro deste processo e desempenhar (Empresa L, Porto Alegre, 06/04/2014).

Entretanto, essa concepção ampla e sistêmica, quando levada as últimas consequências, dá margem para argumentos que contrariam o pressuposto da expansão contínua de capital, pois nada impede que esse novo padrão de consumo e os novos papéis desempenhados pelos entes possam significar formas estacionárias de mudança social (DALY, 2008), isto é, mudanças qualitativas sem necessidade de expansão do subsistema econômico. Ou como bem lembrou Veiga (2011), essa sustentabilidade sistêmica não precisa necessariamente coincidir com a durabilidade das organizações e empresas, podendo, pelo contrário, prescindir de determinados ramos ou atividades setoriais. De acordo com Abramovay (2012), essa proposta de economia verde, que levaria a sustentabilidade da

sociedade, não deve manter-se presa ao mito do crescimento verde, expansão generalizada a partir de padrões tecnológicos mais ecoeficientes como objetivo da economia. Mas promover alterações nos padrões de consumo de forma a atender propósitos substantivos do sistema econômico: preencher as necessidades básicas, aumentar as capacitações humanas e promover a regeneração dos ecossistemas degradados.

Portanto, ainda que com diferentes graus de sofisticação, a sustentabilidade empresarial apresenta critérios centrais que a orientam, caracterizam e a distinguem de práticas puramente comerciais, atribuições indevidas ou enganosas que buscam passar uma imagem ambientalmente responsável para adquirir vantagens competitivas. No entanto, incapaz de abranger toda a incerteza vinculada a eventos futuros e todas as controvérsias científicas em pauta, a concepção tende a envolver critérios específicos, em conformidade com padrões globais, mas de preferência não contraditórios a sua atividade. O que implica na defesa da manutenção do crescimento econômico, sobre bases mais limpas e novas, que garantiriam a continuidade do processo de destruição criativa.

Por sua vez, os variados graus de complexidade dos argumentos seriam influenciados pelo tamanho da empresa e por sua interação com diferentes públicos (clientes, fornecedores, Estado) que reconheçam a sustentabilidade como valor empiricamente válido. Logo, relacionam-se ao tempo de adesão, aos parâmetros de sustentabilidade e a percepção das empresas sobre o grau de validade empírico dessa ordem. Quanto maior a chance das orientações e valores sociais serem considerados legítimos pelas empresas, maior sua adesão a essas formas de gestão e maior sua contribuição para a formulação do conteúdo de sentido que orienta essas condutas. Isso tende a favorecer o desenvolvimento de mecanismos de justificação mais elaborados e a adesão a critérios de legitimação mais formais e abstratos, como os apresentados pelas empresas L e A.

Tendo isso em vista, percebe-se que as empresas que desempenham um papel central na rede, por intermédio de um protagonismo na difusão de práticas e estratégias organizacionais, encontram-se mais adaptadas aos parâmetros e critérios da sustentabilidade empresarial. Não apenas pelo grau de sofisticação de seus argumentos na elaboração de suas concepções de sustentabilidade, mas devido à sistematização de suas práticas em relação aos diferentes públicos, que viabilizam o desenvolvimento de mecanismos de justificação que auxiliam na legitimação e expansão de suas atividades, em direção a mercados considerados mais sustentáveis. Essa sistematização depende de consideráveis investimentos em formas de gestão mais abertas e atentas às demandas sociais, desenvolvimento de novas tecnologias, estudos e metodologias capazes de atestar a sustentabilidade das práticas e produtos, e

projetos de modificação dos processos. Ou seja, são empresas que adotaram a sustentabilidade como um modelo de gestão endógeno ao negócio, sensível a crescente legitimação dos valores sustentáveis, mas perpassado por suas limitações em relação ao crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debruçar-se sobre as implicações sociais e econômicas decorrentes da questão ambiental, a presente pesquisa analisou, a partir do enquadramento teórico relacional da Sociologia Econômica, aspectos da recente transformação da ação empresarial, por meio da investigação do caso da rede produtiva do plástico verde. Com isso, pretendeu-se explorar uma alternativa às leituras mais reducionistas que tendem a perceber a questão exclusivamente pela ótica material/ econômica, como uma simples reordenação das condutas empresariais devido à escassez das matérias-primas, coerção legal do Estado, ou ao surgimento de novos nichos de mercado. Igualmente, buscou-se evitar leituras estritamente construcionistas, que enfatizam excessivamente as lutas discursivas e descuidam das implicações materiais, objetivas, sobre as quais esses embates ocorrem.

Por seu turno, a perspectiva adotada não ignora as construções sociais e os interesses envolvidos nas mudanças de postura das empresas; tampouco desconsidera a base material natural que condiciona a produção industrial e é afetada por essa atividade. Pelo contrário, a interpretação proposta, busca uma relativa complementaridade entre a objetividade das condições materiais e a subjetividade dos discursos sociais para a compreensão destas transformações na ação socioeconômica empresarial. Por conseguinte, essas transformações e inovações, como o plástico verde, são baseadas em critérios materiais (finitude das matérias-primas fósseis, impactos dos processos sobre o clima), mas não são pautadas, exclusivamente, por critérios técnicos, legais, ou de eficiência, pois são perpassadas por princípios éticos, pressões sociais e interesses de setores específicos.

A sustentabilidade, como um valor legitimado e institucionalizado no contexto brasileiro atual, opera como um dos elementos mobilizados para dar sentido a essas transformações. Contudo, conforme visto no segundo capítulo, trata-se de uma noção derivada de uma longa trajetória de disputas em torno da questão ambiental, assentada sobre um conceito político (desenvolvimento sustentável), e difundida num contexto de grandes mudanças tecnológicas e organizacionais. Sua legitimação como um valor que orienta as condutas, está vinculada à intensificação dessas mudanças, à crescente expansão da atividade industrial humana e às alterações na percepção sobre os riscos latentes dessa atividade. Logo, trata-se do resultado da popularização dos problemas ambientais, fomentada pelos desequilíbrios e desastres naturais ocorridos em meados do século passado, que deram origem a uma sensibilidade ecológica ampla e sincrética, capaz de mobilizar e pressionar por mudanças nas formas de se relacionar com a natureza.

Entretanto, as possibilidades envolvidas na demanda por mudanças na forma de se relacionar com a natureza são muitas, e por vezes contraditórias. Vão desde a revisão no status (ontológico, legal) privilegiado da humanidade sobre a natureza, até propostas de estagnação quantitativa do crescimento econômico. Por sua vez, a sustentabilidade emerge nesse contexto como uma noção que percebe nessa mudança em relação à natureza: a necessidade de gerir de maneira mais eficiente os recursos naturais, de forma a reduzir os impactos sobre o ambiente, e preservá-los para as futuras gerações. Ou seja, uma noção que possibilita a manutenção dos pressupostos modernos de relação instrumental com a natureza, contanto que se tornem mais eficientes e racionais.

No contexto produtivo industrial, toda ação que vise a essa eficiência pode ser subjetivamente atribuída à sustentabilidade. Inovações de produto, melhorias em processos e utilização de produtos menos agressivos podem ser interpretadas com base na sustentabilidade como um valor que orienta essas condutas. Todavia, enquanto um valor normativo, a sustentabilidade é vaga e imprecisa, uma vez que, devido à complexidade da questão, a mesma prática pode, ou não, ser considerada sustentável, conforme o critério selecionado. No plano da orientação da ação, a adesão ao plástico verde, pode ser considerada sustentável quando vinculada a emissão de GEE. Ou não, caso seja privilegiada a questão do uso da terra e de agrotóxicos. Isso demonstra, novamente, que não são apenas critérios objetivos que determinam o caráter sustentável de uma conduta, esses constituem a noção, mas não a encerram.

Contudo, para evitar recair em um relativismo que esvaziaria a noção, a pesquisa voltou-se para a coordenação da ação mutuamente referida entre os agentes sociais, visando a apreender o conteúdo de sentido da sustentabilidade no contexto empresarial. Em outras palavras, voltou-se para os critérios mobilizados, convencionados e considerados empiricamente válidos pelos agentes. Essa postura permitiu perceber a recente reordenação das condutas empresariais no interior de um quadro mais amplo, em relação às expectativas e demandas dos próprios agentes empresariais, mas também de outros grupos sociais, como clientes, comunidades próximas, acionistas e agentes estatais. Portanto, foi nesse processo de legitimação da sustentabilidade, enquanto um conjunto de convenções e direitos instituídos, que se buscou compreender a transformação da ação empresarial.

A abordagem da sociologia econômica permitiu captar a permeabilidade entre os processos econômicos e sociais, percebendo-se essa dinâmica de influência mútua entre instituições políticas, demandas sociais, mercados e natureza, sem a necessidade de atribuir autonomia a estas esferas. Logo, o gradual processo de reconhecimento da sustentabilidade

como um conjunto de critérios e convenções, das quais o não cumprimento implica uma desaprovação social (tácita, financeira, contestação via movimentos sociais), passou a atuar como um elemento de tensão nessa relação. Essa tensão é derivada da dissonância entre as práticas industriais e as expectativas suscitadas pelo reconhecimento da sustentabilidade como um valor legítimo. A necessidade de reduzir os impactos da atividade industrial e gerir os “recursos naturais” de maneira mais eficiente, devido à sua finitude, criou demandas e pressões sociais sobre as esferas produtivas. Essas, por sua vez, tendem a elaborar formas de gestão, desenvolver produtos e aderir a processos que visam a maximizar o uso dos recursos e minimizar seus impactos como resposta.

Por conseguinte, ao explorar essa dinâmica na rede produtiva do plástico verde, foi constatada uma relativa permeabilidade das empresas integrantes às expectativas sociais, assim como a adesão aos parâmetros da sustentabilidade, instituídos nos seus modelos de gestão⁵⁶. Esses modelos, inclusive, apresentaram canais de comunicação voltados para as demandas de seus públicos e mecanismos de justificação de suas atividades. Aspectos que demonstram a preocupação dessas organizações com julgamento público a ponto de integrá-lo aos seus modelos de gestão.

Em um contexto de crescente relevância da relação com o ambiente nos conflitos sociais e sob risco, cada vez mais difuso, de uma crise de contestabilidade social, as empresas que integram a rede produtiva do plástico verde, passaram a gerenciar reflexivamente o impacto de suas atividades sobre a natureza. Esse gerenciamento, entretanto, passa por uma nítida construção da sustentabilidade com base em critérios formais de eficiência, quantificáveis e calculáveis, apropriados e trabalhados pelas empresas, com vistas a adequarem-se as novas formas socialmente aceitas de produzir, sem contrariar as bases do modo de produção capitalista.

Logo, essas iniciativas visam a não apenas legitimar suas atividades e evitar sua contestação social, via pressões sociais, mas buscam, por intermédio desses modelos de gestão, oportunidades de melhorias e diferenciais competitivos. Em outras palavras, essa adequação faz parte de uma estratégia empresarial pautada pela sustentabilidade, ou seja, uma estratégia de médio e longo prazo que percebe a adesão a esses critérios como necessária e oportuna para o futuro da empresa na sociedade. Isso ocorre não somente com base no futuro das regulamentações, possivelmente mais restritivas, e pressões de mercado, mas tendo em vista suas próprias reputações perante a opinião pública e os riscos vinculados a isto. Ademais, a noção de sustentabilidade torna-se ainda mais atrativa por envolver retornos

⁵⁶ Ver capítulo 3.

tangíveis como a redução de custos a partir do aumento da eficiência e gerar novas oportunidades de mercado, traduzindo-se em termos como *capital natural*, *empreendedorismo sustentável* e *economia verde*.

Portanto, foi possível constatar que as empresas investigadas realizaram esforços no sentido de implementar uma gestão mais sustentável de suas atividades. O que significa um consumo menor de recursos naturais e menores impactos ao ambiente por volume produzido, uma percepção integrada sobre as responsabilidades em todas as etapas da cadeia, com base em períodos maiores de tempo, uma maior transparência e diálogo com as partes interessadas, e o uso de indicadores formais de desempenho. Entretanto, nem todas as empresas que integram a rede do plástico verde apresentam o mesmo grau de comprometimento com a sustentabilidade. As empresas que aceitaram realizar entrevistas e as que tiveram seus documentos pesquisados são empresas relativamente comprometidas, com práticas desenvolvidas e iniciativas organizadas há alguns anos, e, portanto, não restringem sua adesão ao plástico verde a simples estratégia de *marketing*. Porém, mesmo entre essas foram constatados diferentes graus de adesão a sustentabilidade como estratégia de negócio. Isso ocorre devido ao tempo de adesão ao modelo de gestão sustentável, mas, principalmente, em função do grau de interação das empresas com públicos que considerem a sustentabilidade legítima, como um conjunto de convenções e direitos empiricamente válidos. Empresas que operam como nós centrais na rede, exercendo um papel difusor de práticas e estratégias organizacionais, apresentaram mais informações, desenvolveram mecanismos de justificação mais elaborados e a aderiram a critérios de legitimação mais formais e abstratos.

Todavia, trata-se de uma concepção de sustentabilidade integrada ao modelo de negócio, voltando-se para o uso eficiente dos recursos e para a redução dos impactos envolvidos em suas atividades. Trata-se de uma sustentabilidade endógena ao negócio, constituindo uma via para a inovação, afirmação e desenvolvimento *da empresa*. Portanto, uma concepção pautada pelo imperativo do crescimento econômico. Ponto central das críticas a esse tipo de reordenação capitalista da gestão, a motivação acumuladora infinita é contrária ao aspecto finito dos recursos naturais, posto em causa pelos problemas ambientais crescentes. Contradição que torna razoável as críticas e desconfianças dos céticos em relação às potencialidades destes modelos, uma vez que se assemelham a uma superficial apropriação econômica destes valores. Principalmente quando baseados em propostas voltadas exclusivamente para mecanismos de mercado como solução para os problemas ambientais, tais como os créditos de carbono, ou quando depositam uma fé inabalável nas transformações tecnológicas, deixando de lado questões relevantes ao capitalismo industrial, tais como a

acumulação ilimitada e a expansão generalizada do consumo de bens de massa.

De fato, segundo a concepção de sustentabilidade apresentada pelas empresas industriais investigadas, não há uma contradição necessária entre o crescimento econômico e a gestão sustentável da produção. Isso ocorre, pois são mobilizados elementos sociais e econômicos na sua avaliação da sustentabilidade, tais como a geração de renda e empregos. Logo, os impactos ambientais são mensurados em relação aos volumes produzidos (tCO_2/t de produto, m^3 de água/ t de produto), e apresentam, na maioria dos casos (emissão de GEE, consumo de energia, consumo de água, geração de resíduos), reduções significativas. Essa lógica baseia-se na expectativa de descolamento energético e material do crescimento econômico. Todavia, apesar desses esforços, nem sempre esse descolamento é suficiente para acompanhar o crescimento absoluto do impacto, ligado ao crescimento da produção, como no caso do consumo absoluto de água, visto no terceiro capítulo.

Aspecto que não invalida ou deslegitima essas iniciativas pautadas pela crescente eficiência técnica desses produtos e processos, mas aponta para suas limitações enquanto estratégia. De acordo com a abordagem proposta, as condutas guiadas pelos critérios apresentados são consideradas sustentáveis e obedecem às expectativas sociais geradas pela noção, sendo reconhecidas e destacadas por organizações voltadas para isso⁵⁷. Por sua vez, a busca pelo crescimento econômico também é, no contexto estudado, considerada uma conduta legítima das organizações empresariais, em razão de condições como a ascensão de estratégias desenvolvimentistas, o estímulo ao consumo de massa e à produção de commodities minerais e agrícolas. Contudo, a legitimação e institucionalização da sustentabilidade nessas organizações estabeleceram novas condições e novas oportunidades para o crescimento, que passa a observar e considerar aspectos sociais e ambientais relacionados a sua atividade produtiva.

A mencionada limitação diz respeito à contínua expansão do consumo de recursos, apesar do aumento da eficiência. Por outro lado, uma proposta de estagnação econômica dessas organizações tem implicações que se estendem para além da dimensão privada das empresas, que envolvem a geração de empregos, o consumo de bens, distribuição de renda e qualidade de vida. Portanto, trata-se de uma questão vinculada às estratégias governamentais de desenvolvimento, mas também aos diferentes contextos geopolíticos em que se inserem as economias nacionais. Nesse sentido, nada impede que em países pobres o crescimento econômico ocorra em sintonia com melhoras significativas na conservação do ambiente e na

⁵⁷ Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da BM&F Bovespa; GHG Protocol Brasil; Prêmio Época Empresa Verde; Índice Dow Jones de Sustentabilidade; Programa Global de Sustentabilidade (CDP).

distribuição de renda. Contudo, essa sintonia não pode ser obscurecida pelo imperativo do crescimento, esse deve ser um dos meios possíveis para buscar os ideais que projeta-se, não seu fim último e absoluto.

O estudo em tela debruçou-se sobre um contexto de empresas capitalistas industriais, inseridas numa economia dita “em desenvolvimento”, numa estratégia governamental desenvolvimentista. Nesse contexto, o processo de legitimação da sustentabilidade nas realidades produtivas investigadas passou ao largo da questão do crescimento econômico. Apesar de mencionados novos padrões tecnológicos e de consumo, o crescimento permanece como uma meta e um dos principais indicadores de desempenho e de políticas públicas. Logo, trata-se de um enquadramento sobre uma realidade produtiva específica, centrada no crescimento econômico a partir de ganhos de eficiência, da redução dos impactos relativos e da gestão ampla e interdependente de seus processos produtivos.

Portanto, foram abordadas as estratégias de crescimento econômico das indústrias da rede do plástico verde, que buscam legitimar-se por meio desses critérios, mas que não abrangem todas as possibilidades e matizes do crescimento. Este pode, em alguns casos, estar baseado em estratégias e setores mais ou menos intensivos em energia, extrativistas, predatórios e concentradores de renda. Por isso, torna-se relevante problematizar a questão do crescimento, não necessariamente bani-lo de todo escopo estratégico, mas questionar sua condição de imperativo indispensável para a mudança social, questionar o tipo de crescimento considerado socialmente legítimo, suas bases energéticas e materiais e suas implicações sociais.

Por conseguinte, as transformações na ação socioeconômica empresarial, a partir da legitimação da sustentabilidade, são consideradas indícios de uma mudança na gestão empresarial com base em outros critérios que não os econômicos. Estes seguem pautando a gestão, porém passam a ser tencionados por esses critérios sociais e ambientais. Essas transformações isoladas podem ser encaradas como insuficientes para evitar a mudança climática e outros desequilíbrios ambientais oriundos da atividade humana. Todavia, considerando a limitada relação que as empresas capitalistas mantinham com a sociedade, pautadas exclusivamente pelo lucro e pela geração de empregos, justificando toda sua atuação no interior dos limites legais a partir destes dois aspectos, essas transformações representam, no contexto atual, um elevado grau de interdependência entre a realidade empresarial selecionada e este novo valor sustentabilidade. Ou seja, essas organizações são “moldadas por fatores que, longe de exprimir uma essência imutável, refletem circunstâncias históricas que podem ser transformadas pela intervenção humana” (ABRAMOVAY, 2012, p.194).

Todavia, esta dinâmica se mostra complexa e multilateral. Ainda que o processo de legitimação da sustentabilidade reflita-se na conduta das empresas investigadas, estas não a adotam de forma passiva e automática, pelo contrário, procuram atuar recursivamente sobre a própria noção, construindo e legitimando-a a partir de critérios de eficiência energética, emissão de gases do efeito estufa, pós-consumo, pegada hídrica e análise do ciclo de vida, sem contrariar os pressupostos do crescimento econômico. O fato de as transformações na ação econômica empresarial pautarem-se por estes critérios, construídos por peritos e apropriados aos seus fins, reflete uma noção de sustentabilidade sintonizada com a formalização destes princípios orientadores em um nível global. Contudo, a questão da solidariedade sincrônica e diacrônica proposta pela noção de sustentabilidade, derivada do desenvolvimento sustentável, é complexa e perpassada por fatores imponderáveis, que a impedem de abranger todos os aspectos deste impasse.

Torna-se imperativo, portanto, reconhecer e valorar esses esforços, assim como os meios desenvolvidos para comunicá-los com os públicos interessados. Porém, é preciso intensificar a dinâmica do julgamento público, extrapolar a lógica do crescimento econômico como móvel e finalidade principal da organização econômica. Reconhecer as iniciativas e resultados apresentados de maneira relativa ao volume produzido, mas sem desconsiderar os valores absolutos. Pois, não há descolamento, tecnologia, captura, ou armazenamento de carbono que acompanhe a acumulação ilimitada de capital industrial como uma meta válida por si. É preciso reinserir a esfera econômica no seu contexto social, destiná-la ao atendimento das necessidades básicas e à redução das desigualdades, e na sua base material e energética, a fim de evitar a ruptura de fronteiras ecossistêmicas irreversíveis. É preciso parar de rolar a pedra de Sísifo em direção à acumulação infinita, antes que ela caia sobre nós.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e a interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v.16 n. 2, novembro de 2004.

_____. Responsabilidade socioambiental: as empresas no meio ambiente e o meio ambiente nas empresas. In: VEIGA, José Eli da (org.). **Economia Socioambiental**, São Paulo: Editora Senac, 2009.

_____. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Ed Abril, 2012.

ACSELRAD, Henri. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, Apr. 2014.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004

ALPHANDÉRY, Pierre et al. **O equívoco ecológico: riscos políticos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANDRADE, Flávio A. Empresas “responsáveis” pela comunidade: o ativismo social empresarial como estratégia de gestão. **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, GT 28, 2009.

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar F.. **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, Apr. 2014.

ARBIX, G.. Estratégias de inovação para o desenvolvimento. **Tempo Social**, v.22, n.2, p.167-185, novembro/2010.

BALDISSERA, Rudimar; KAUFMANN, Cristine. Comunicação Organizacional e Sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada. In: **Organicon**, São Paulo, n 18, ano 10, p. 59 – 70, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: *Edições 70*, 2011.

BARBOSA JÚNIOR et al. Conceitos e Aplicações da Análise do Ciclo de Vida (ACV) no Brasil. **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 39-44, 2008

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

_____. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995. p.11-72.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o Intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BLANCO, Gabriela Dias. **Do paradigma global de modernização ecológica às apropriações locais**: o mecanismo de desenvolvimento limpo (mdl) no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O espírito do capitalismo e o papel da crítica. In: **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURG, Dominique. **Natureza e técnica**: ensaio sobre a ideia de progresso. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.

BOVESPA. O que é ISE? , disponível em:
<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br> ,
acessado em novembro de 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, 26 (2): 203-230, 2006.

BRITO, G.F., AGRAWAL, P., ARAUJO, E.M., MELO, T.J., Biopolímeros, Polímeros Biodegradáveis e Polímeros Verdes. In: **Revista Eletrônica de Materiais e Processos**. v. 6. 2, 2011.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (org.). **Nosso futuro comum**. Editora da FGV, 1987.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. 5ª ed. Recife: Cortez, 2001.

BUTTEL, Frederick H.. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo a ecologia humana. In: **Perspectivas**, São Paulo, 15, 1992. p. 69-94.

CAPPELLIN, Paola; GIULIANI, G. M. **A economia política da responsabilidade empresarial no Brasil**: As dimensões sociais e ambientais. Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social. Estudo número 14, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V.1. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **O Poder da Identidade**: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTON JR, Willian; DUNLAP, Riley. **Environmental Sociology**: a new paradigm. In: The American Sociologist, Washington, vol. 13 (february), 1978, p. 41-49.

COSTA, Sérgio. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. **Tempo Sociológico**. São Paulo, v. 16, n. 2, Nov. 2004

DALY, Herman. Crescimento sustentável, não obrigado. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004

DALY, H. A Big Idea. A State-Steady Economy. Economics. Towards a Steady-State Economy, IN: **UK Sustainable Development Commission**, abril de 2008.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: **American Sociological Review**, volume 48, issue 2, apr., 1983.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e cultura**. São Paulo, Campus, 2012.

DUPAS, Gilberto. O Mito do Progresso. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. nº 77: 73-89. Março de 2007.

ETHOS, Instituto. **O balanço social e a comunicação da empresa com a sociedade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

FERRY, Luc. “Pensar como uma montanha”: o grande desígnio da “ecologia profunda”. In: **A nova ordem ecológica**. São Paulo, 1994.

FLEURY, Lorena C. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da usina hidrelétrica de belo monte em perspectiva**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Tese de Doutorado, 2013.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**. Ano VI, n.9, 1º sem/2001.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. A Sociologia dos Mercados. In: **Cadernos CRH**, Salvador, v.25, 66, p. 481-504, Set/Dez, 2012.

FLORIT, Luciano F. Teoria Social e relação sociedade-natureza a partir da obra de Anthony Giddens, **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, Pós-Graduação em Sociologia – IFCH/UFRGS, no. 10, 1998.

FREEMAN, R.E.. **Strategic Management: A Stakeholder Approach**. Boston: Pitman Publishing, 1984.

FRIEDMAN, Milton. The social responsibility of business is to increase its profits. **The New York Times Magazine**, September 13, 1970

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

_____. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo. Ed. Unesp, 1996.

_____. “A vida em uma sociedade pós-tradicional”, in: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. (orgs.). **Modernização Reflexiva**, São Paulo, Ed. da UNESP, 1997.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. São Paulo, 2006.

GROSSMAN Gene. M.; KRUEGER Alan B. Economic Growth and the Environment. In: *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 110, No. 2, Cambridge, maio de 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Lisboa: edições 70, 1968.

HANNINGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HAJER, Maarten. Ecological Modernisation as Cultural Politics. In: LASH, Scott; SZERSZYNSKI, Bronislaw; WYNNE, Brian. **Risk, Environment and Modernity: towards a New Ecology**. Sage Publications, 1996. p. 246-268.

HAEYK, Friedrich A. **The Use of Knowledge in Society**. 1945.

HOFFMAN, A, J. Integrating environmental and social issues into corporate practices. **Environmental**, 2000.

HOMMEL, Thierry; GODARD, Olivier. Contestação social e estratégias de desenvolvimento industrial: aplicação do modelo da gestão contestável a produção industrial de OGM. In: Varella, Marcelo Dias & Barros-Platiau, Ana Flavia (orgs.). **Organismos geneticamente modificados**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

INMETRO. Dados estatísticos, disponível em: http://www.inmetro.gov.br/gestao14001/dados_estat.asp?Chamador=INMETRO14&tipo= acessado em novembro de 2013.

IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change. **Working Group I Contribution to the fifth Assessment Report: Summary for Policymakers**. 27 setembro, 2013.

JACKSON, Tim. **Prosperity without grow?** The transition to a sustainability economy. Relatório. Londres: Sustainable Development Commission, 2009.

JULIEN, Pierre-André. A economia do conhecimento: incertezas, ambiguidades e potencialidades (Cap.1). In: **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010. p.51-71.

OLIVIERI, Alejandro. **A teoria da Modernização Ecológica: Uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos**. 2009. 199 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

LINO, Geraldo Luís. **A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2ª. ed., 2010.

LIMA, Raphael J.C.; SANTOS, Rodrigo. **Formas de Ação Econômica e Economicamente Relevante na Mineração de Ferro: o caso dos conflitos socioambientais em Congonhas**

(MG). 37º Encontro anual da ANPOCS, ST 09, 2013

LOPES, Jose Sergio et al. (orgs.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

LOVELOCK, James. **Gaia**: A New Look at Life on Earth (3rd ed.). Oxford University Press (2000) [1979].

MAIMOM, Dália. Responsabilidade Ambiental das Empresas Brasileiras: Realidade ou Discurso. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. 5 ed. Recife: Cortez, 2001.

MEADOWS, Donella H; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. – **Limites do crescimento**, SP: Editora Perspectivas, 1972.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história dos movimentos ambientalistas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, Dec. 2007.

MOL, A. P. Ecological Modernization and the Global. **Global Environmental Politics**. Massachusetts Institute of Technology. 2:2, 92-15. 2002

MURPHY, Raymond. **Rationality & Nature**: a sociological inquiry into a changing relationship. Boulder: Westview, 1994.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 26, n. 74, 2012.

NAESS, Arne. **Ecology, community and lifestyle**. Cambridge University Press, 1989.

NETO, José Cretella. **Curso de direito internacional de meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2012.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício (orgs.). **Desenvolvimento Sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: Ibama, 2002.

O'CONNOR, James. **Natural Causes**: essays in ecological marxism. Nova York: Guilford Press, 1997.

PNUMA, **Rumo a uma economia verde**. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão, www.unep.org/greeneconomy, 2011.

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2005.

_____. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política e Sociedade**, v. 8, n. 15, outubro de 2009.

RAUD-MATTEDI, Cecile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber. Uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. RBCS, v. 20, n. 57, fevereiro de 2005.

RIST, G. **The history of development**: from western origins to global faith. 3rd ed. London: Zed books, 2008.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: Crescer sem Destruir, São Paulo: Editora Vértice. 1986.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro Garamond, 2004.

SARTORE, Marina de Souza. **Investimento e Sustentabilidade**: a construção de uma nova agenda de pesquisa. 36 ° Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

_____. **Da filantropia ao investimento socialmente responsável**: novas distinções. XXV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letrass, 2010.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **O desencantamento do mundo**: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2014.

SCHNAIBERG, Allan. The political economy of environmental problems and policies: Consciouness, conflict, and control capacity. **Advances in Human Ecology**, volume III, Greenwich, CT: JAI Press, 1994.

SCHUMPETER, Joseph A. “O fluxo circular da vida econômica” e “O fenômeno fundamental do desenvolvimento”. In: **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo : Nova Cultural, 1985.

SILVERSTEIN, Michael. **A Revolução Ambiental**. Editora Nórdica. 1993.

SOUZA, Jessé. A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, Oct. 1998.

_____. Apresentação e comentários. In: WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ed.Ática, 2006.

SOUZA, Renato Santos de. **Fatores de Formação e Desenvolvimento de Estratégias Ambientais nas Empresas**. Tese de Doutorado em Administração, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

STEINER, Philippe. “Da antiga à nova Sociologia Econômica”. In: **A Sociologia Econômica**.

São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. Markets in Society. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (Org.). **The handbook of economic sociology**. 2. ed. New York: Princeton University Press, 2005.

_____. **Max Weber e a Ideia de Sociologia Econômica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

_____. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. V.16, N.2, nov/2004, p.7-34.

TAVARES, Francinei Bentes. **Os princípios de justificação em jogo nos conflitos socioambientais**: o caso do extrativismo florestal no litoral norte do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

TOURAINÉ, Alain. Uma visão crítica da modernidade. In: **Cadernos de Sociologia**. Número 5, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFRGS, 1993.

VARANDAS, Maria José. As raízes européias do ambientalismo norte-americano: Rosseau no novo mundo. **Perspectiva Filosófica**, Recife, v. 1, n. 39, p.123-138, jan/jun 2013.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. 3ª ed, Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac, 2010.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. V.1. 4ª ed. São Paulo: Editora UNB, 2009.

_____. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WOLFFENBUTTEL, Rodrigo. Sustentabilidade e ação social econômica na rede produtiva do plástico verde. **38º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu – MG, 2014.

ZELIZER, Viviana A.. Dualidades perigosas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, abr. 2009.

_____. A economia do care. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, set/dez. 2010.

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, June 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Nome:

Empresa:

Cargo:

Formação:

Contexto Histórico

- 1 Qual a perspectiva da empresa em relação ao ambiente? Quando esta perspectiva foi adotada e como foi este processo?

Transformações no processo produtivo e organizacional

- 2 Houve alguma alteração produtiva em função da adesão a esta perspectiva?
- 3 Neste sentido, quais são as principais medidas da empresa em relação às matérias primas, energia, resíduos e emissões (programas, campanhas, tecnologias)?

Relação com as partes interessadas

- 4 E nas práticas sociais/ comunitárias?
- 5 Que outras dimensões estas transformações envolvem além do ambiente?

Expressão discursiva dos agentes empresariais

(Contradições; Inovação; Globalização)

- 6 Qual o papel da sustentabilidade neste novo contexto e como diferenciá-la do *greenwashing*?
- 7 Na sua percepção é possível o equilíbrio entre o crescimento econômico e a sustentabilidade?
- 8 Qual o papel da inovação e pesquisa neste processo?
- 9 Você acredita que está é uma tendência global? Por quê?

APÊNDICE B – Análise temática não apriorística das categorias

Categorias Empíricas

- a. inovações tecnológicas e logísticas
- b. novas formas de gestão
- c. redução do consumo matérias-primas e insumos
- d. matérias-primas renováveis
- e. uso de material reciclado
- f. tratamento de resíduos / efluentes
- g. redução da geração de resíduos/ efluentes
- h. redução de emissões
- i. uso de material menos agressivo
- j. treinamentos / capacitações
- k. uso de produtos certificados / certificações

Dimensão Produtiva/Organizacional											
Empresa	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k
A	x	x	x	x	x	x		x			
L	x	x	x	x			x	x			
G		x	x	x	x	x		x	x		
T		x	x	x		x		x		x	
K	x	x	x	x		x	x	x			x
C	x	x	x	x	x	x	x	x			x
J	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
GP		x	x	x	x	x		x		x	x

- a. consultas com as partes interessadas
- b. antecipação das demandas do Estado
- c. diálogo com as demandas sociais
- d. desenvolvimento de fornecedores
- e. desenvolvimento de clientes
- f. soluções para o pós-consumo
- g. promoção e participação em eventos
- h. programas de educação e capacitação

Dimensão da Relação com as Partes Interessadas								
Empresa	a	b	c	d	e	f	g	h
A	x	x	x	x	x		x	x
L	x		x	x		x		x
G			x	x				x
T		x	x			x	x	x
K	x	x	x	x	x	x	x	x
C	x					x		x
J			x		x	x		x
GP	x			x	x			x

- a. gestão do impacto do negócio
- b. equilíbrio nos três pilares
- c. estratégia de negócio
- d. com base em instrumentos técnicos e auditorias externas
- e. metas vinculadas à práticas
- f. visão de longo prazo
- g. visão ampla e sistêmica da cadeia
- h. interdependência global
- i. novo padrão tecnológico
- j. novo padrão de consumo

Dimensão Discursiva (Concepção de Sustentabilidade Indireta)										
Empresa	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
A	x	x	x	x	x		x	x	x	
L	x	x	x		x		x	x	x	x
G	x	x	x	x		x	x	x		
T	x	x	x	x	x		x	x	x	
K	x	x	x	x	x		x		x	
C	x		x	x			x		x	
J		x	x	x			x			
GP	x	x					x			

Reorganização das Categorias

<u>Dimensão Produtiva/Organizacional</u>	
a. inovações tecnológicas e logísticas	Inovações Sustentáveis
b. novas formas de gestão	Gestão Alongada do Tempo / Espaço
c. redução do consumo matérias-primas e insumos	Finitude dos recursos
d. matérias-primas renováveis	
e. uso de material reciclado	Manejo dos impactos
f. tratamento de resíduos / efluentes	
g. redução da geração de resíduos/ efluentes	Difusão de práticas Legitimação externa
h. redução de emissões	
i. uso de material menos agressivo	
j. treinamentos / capacitações	
k. uso de produtos certificados / certificações	
<u>Dimensão da Relação com as Partes Interessadas</u>	
a. consultas com as partes interessadas	Monitoração Reflexiva voltada para a Crítica
b. antecipação das demandas do Estado	
c. diálogo com as demandas sociais	Ampliação da cadeia
d. desenvolvimento de fornecedores	
e. desenvolvimento de clientes	Mecanismos de Justificação
f. soluções para o pós-consumo	
g. promoção e participação em eventos	
h. programas de educação e capacitação	
<u>Dimensão Discursiva (Concepção de Sustentabilidade Indireta)</u>	
a. gestão do impacto do negócio	Gestão do impacto do negócio nos três pilares
b. equilíbrio nos três pilares	
c. estratégia de negócio	Critérios de Legitimação
d. com base em instrumentos técnicos e auditorias externas	
e. metas vinculadas à práticas	Voltada para o futuro
f. visão de longo prazo	
g. visão ampla e sistêmica da cadeia	Sistêmica e interdependente
h. interdependência global	
i. novo padrão tecnológico	Padrão tecnológico mais eficiente Novo padrão de consumo
j. novo padrão de consumo	

Memos:

- a – elaboração ou adesão de inovações voltadas para a sustentabilidade
- b – formas de gestão de longo prazo e vinculadas a concepção mais ampla da cadeia, envolvendo clientes e fornecedores
- j – treinamentos voltados para a segurança e redução de impactos

Memos:

- b – adequação a uma possível legislação futura
- c – canais permanentes de comunicação com a sociedade
- d – práticas sustentáveis como critérios de escolha de fornecedores
- e – monitoramento de condutas e participação em consultas
- f – programas de reciclagem, formação de centros comunitários e pontos de coleta
- g – promoção e em eventos culturais, feiras e eventos políticos
- h – treinamentos, capacitações para o público interno ou externo, voltados para a conscientização ambiental, ou não

Memos:

- a – expressão máxima é a matriz de materialidade
- b – social, ambiental e econômico
- c – aprovada pela alta liderança (missão, visão, valores)
- d – indicadores e selos
- f – vinculada a sobrevivência da empresa

Categoria Analíticas

Dimensão Produtiva/Organizacional						
Empresa	I	II	III	IV	V	VI
A	x	x	x	x		
L	x	x	x	x		
G		x	x	x		
T		x	x	x	x	
K	x	x	x	x		x
C	x	x	x	x		x
J	x	x	x	x		
GP		x	x	x	x	x

- I. Inovações Sustentáveis
- II. Alongamento do Tempo/ Espaço
- III. Finitude dos recursos
- IV. Manejo dos impactos
- V. Difusão de práticas
- VI. Legitimação externa

Dimensão da Relação com as Partes Interessadas			
Empresa	I	II	III
A	x	x	x
L	x	x	x
G	x	x	x
T	x		x
K	x	x	x
C	x		x
J	x	x	x
GP	x	x	x

- I. Monitoração Reflexiva
- II. Ampliação da Cadeia
- III. Mecanismos de Justificação

Dimensão Discursiva (Concepção de Sustentabilidade Indireta)						
Empresa	I	II	III	IV	V	VI
A	x	x		x	x	
L	x	x	x	x	x	x
G	x	x	x	x		
T	x	x	x		x	
K	x	x		x	x	
C	x	x		x	x	
J	x	x		x	x	
GP	x		x	x		

- I. Gestão do impacto do negócio nos três pilares
- II. Critérios de Legitimação
- III. Volta para o futuro
- IV. Sistemática e interdependente
- V. Padrão tecnológico mais eficiente
- VI. Novo padrão de consumo

APÊNDICE C – Fontes dos Relatórios

Braskem

<http://www.braskem-ri.com.br/Default.aspx>

<https://www.nyse.com/quote/XNYS:BAK/sec>

Natura

<http://natura.infoinvest.com.br/ptb/s-15-ptb.html>

<http://natu.infoinvest.com.br/ptb/s-20-ptb.html?idioma=ptb#1>

Kimberly-Clark

<http://www.kimberly-clark.com/sustainability/reporting.aspx>

http://www.kimberly-clark.com/investors/financial_information/annualreports.aspx

<https://www.nyse.com/quote/XNYS:KMB/sec>

P&G

http://www.pg.com/en_US/sustainability/report.shtml

<https://www.nyse.com/quote/XNYS:PG/sec>

<http://www.pginvestor.com/GenPage.aspx?IID=4004124&GKP=1073748359>

Danone

<http://finance.danone.com/phoenix.zhtml?c=95168&p=irol-reportsannual>

Toyota

http://www.toyota-global.com/investors/ir_library/annual/

<https://www.nyse.com/quote/XNYS:TM/sec>

<http://www.toyota-global.com/sustainability/report/archive/>